

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAISPROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**DO LUXO AO LIXO: A VALORIZAÇÃO DE OBJETOS A
PARTIR DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV**

Pricila Loretti Tavares

Rio de Janeiro, 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DO LUXO AO LIXO: A VALORIZAÇÃO DE OBJETOS A PARTIR DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV

PRICILA LORETTI TAVARES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Orientadores: Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Rio de Janeiro

Março de 2010

DO LUXO AO LIXO: A VALORIZAÇÃO DE OBJETOS A PARTIR DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV

Pricila Loretti Tavares

Orientadores: Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva

Prof. Dr. Marco Antônio da Silva Mello

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada por:

Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva (Orientador) – (PPGSA/IFCS-UFRJ)

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello (PPGSA/ICHF-UFF e DAC/IFCS-UFRJ)

Prof. Dr. Fernando Rabossi (PPGSA/IFCS-UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Neiva Vieira da Cunha (FEBEF-UERJ)

Suplentes

Prof^a Dr^a Mirian Goldenberg (PPGSA/ IFCS-UFRJ)

Doutor LÊNIN PIRES (INCT-InEAC/UFF)

LORETTI, PRICILA.

Do lixo ao luxo: a valorização de objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV. / Pricila Loretti.

Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2010.

xii,114 f.: il ;

Orientadores: Luiz Antonio Machado da Silva e Marco Antonio da Silva Mello

Dissertação (mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2010.

Referências bibliográficas: f. 105-106

1.Objetos. 2. Antiguidades. 3. Mercados urbanos. 4. Feira de Antiguidades. 5. Feira da Praça XV. I. Machado da Silva, Luiz Antonio & Marco Antonio da Silva Mello. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Do lixo ao luxo: a valorização de objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV.

Aos expositores da Praça XV que por suas conversas informais me mantiveram sempre motivada e sem os quais não teria sido possível realizar este trabalho.

RESUMO

DO LIXO AO LUXO: A VALORIZAÇÃO DE OBJETOS A PARTIR DA FEIRA DE ANTIGUIDADES DA PRAÇA XV

Pricila Loretti

Orientadores: Luiz Antonio Machado da Silva

Marco Antonio da Silva Mello

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Uma vez fora da esfera econômica, uma grande quantidade de produtos e utensílios domésticos ocupam ao espaço público. Sem perder de vista as variadas formas de classificação, que um objeto é capaz de assumir em diferentes mercados, a etnografia de uma feira sazonal pretende trazer à reflexão as implicações sobre o retorno de objetos a um mercado complexo e duvidoso – a saber, o de “antiguidades”. Entretanto, essa forma de classificação escorregadia e de difícil definição, que dá nome a feira, não é alcançada por qualquer objeto. De maneira que, o conhecimento de narrativas sobre a trajetória das coisas comercializada no âmbito da feira pode contribuir para compreensão do processo de valorização/desvalorização de mercadorias e seus diferentes modos de classificação através da relação entre vendedores e compradores da feira. O processo de valorização desses objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV é o assunto principal desta pesquisa de campo

Palavras-chaves: Mercados Urbanos; Antiguidades, Feira da Praça XV, Feira de Antiguidades

Rio de Janeiro
Março
2010

ABSTRACT

FROM WEALTH TO GARBAGE: The valorization of objects from the “antiques market” at Praça XV

Pricila Loretti

Orientadores: Luiz Antonio Machado da Silva

Marco Antônio da Silva Mello

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Once out of the economic sphere, a large quantity of goods and housewares occupy public space. Without losing sight of the variety of forms of classification, an object can take on different markets, the ethnography of a seasonal market intends to bring to reflection on the implications of the return of objects to a complex and uncertain market - namely, that of "antiques". However, this form of classification is slippery and difficult to define, which gives its name to the market, is not reached by any object. So, knowledge of narratives about the biography of things marketed under the flea trade can help to understand the process of appreciation / depreciation of goods and different ways of breaking through the relationship between sellers and buyers at the fair. The process of recovery of such objects from the Antiques Fair in Praça XV is the main subject of this research field

Keywords: Urban Markets, Antiques, Market Square XV Antiques

Rio de Janeiro
March
2010

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o sabor do acaso e da intuição, que se tornaram elementos chaves na construção de um saber específico, sem as contingências que colocaram em meu caminho pessoas que contribuíram para formação de meu espírito inquieto, inquisitivo, questionador, científico. Vínculos quase sempre iniciados por afetos e afinidades intelectuais, mas que acabaram por tornar-se acadêmicos.

Sou grata, particularmente, aos expositores da feira da Praça XV, que, ao invés de tentarem “empurrar” suas mercadorias a mim, compreenderam uma necessidade ainda maior de explicações sobre seus ofícios. Agradeço-lhes pela atenção e paciência diante das minhas perguntas infantis formuladas no calor dos acontecimentos, que poderia causar aborrecimento. Muito obrigada por aturarem, de bom grado, esta hóspede indesejada. Agradeço ao dispêndio de tempo e pela amizade. Entretanto, de modo algum, poderia me arrepender de ter me tornado cliente de alguns deles, porque suas mercadorias são realmente valiosas para mim, tanto quanto as explicações sobre suas práticas. Agradeço pelos presentes recebidos durante a pesquisa, que guardarei com carinho, e pelo privilégio de ter sido ouvinte de suas histórias.

Agradeço ao organizador Rafael Barbeito, por colaborar com o desenvolvimento dessa pesquisa através de suas conversas sobre a organização da feira.

Ao Professor Doutor, meu orientador, Luiz Antônio Machado, que mesmo com tantas orientações e compromissos acadêmicos não desistiu de apostar também no meu trabalho, pelo seu voto de confiança e interesse pelo assunto. Notável a sensibilidade com que apresentou suas críticas, absolutamente relevantes a essa pesquisa, e, que fizeram cair por terra alguns de meus despercebidos e infundados juízos de valores.

Sou grata especialmente ao professor Marco Antonio da Silva Mello, por ter aguçado ainda mais meu interesse pelas pesquisas urbanas. Agradeço-lhe ainda pelos deliciosos cafezinhos, idas à livraria Leonardo Da Vinte e ao sebo Berinjela, pelas “*lettres sans addresses*”, tardes de conversas na sala 417 e contato com seus incríveis alunos e alunas do LeMetro/IFCS-UFRJ (Laboratório de Etnografia Metropolitana). Verdadeiras injeções de ânimo durante as crises de identidade pela qual passamos durante a graduação e, finalmente, por ter me sugerido o campo desta pesquisa, enquanto eu me debatia entre diferentes temas.

Ao querido professor Fernando Rabossi, a quem devo a percepção tardia sobre conceitos acerca do Estado e políticas locais, que fez render maiores discussões no âmbito

político. Além das sugestões bibliográficas fundamentais, sem as quais, não teria podido avançar nesta pesquisa.

Obrigada a professora Neiva Vieira, também pesquisadora do nosso laboratório de pesquisas urbanas, por ter aceitado ao convite para participar da minha banca, pelo carinho com que acolheu meu trabalho, por seus comentários e correções.

Ao Dr. Lênin, minhas mais sinceras saudações flamenguistas. “Viva o Império do Amor!” O entusiasmo que encara suas pesquisas de campo contagia qualquer estudante, considero seu trabalho uma fonte de inspiração para realização do meu. Obrigada!

À professora Mirian Goldenberg do PPGSA.

Sou grata também a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS-UFRJ. Em especial, a Claudinha e Denise, que não perderam a paciência diante de todas as minhas dúvidas sobre assuntos administrativos do PPGSA. Também à CAPES, que me beneficiou durante cinco meses com uma bolsa de estudos, de grande valia nesta reta final.

À minha amiga Tarcila Formiga, por sua intelectualidade aguçada e rara, pelo apoio moral e dedicação com que leu e criticou o texto desta dissertação, por suas notas sociológicas pertinentes e correções ortográficas necessárias.

À Vivian, minha amiga de infância.

Ao meu psicanalista, Dr. Renato de Carvalho, que cuidou da minha sanidade mental durante o mestrado, ouvindo atentamente os meus discursos afetivos, conflitos acadêmicos e inquietações antropológicas.

Aos meus colegas de mestrado pelo incentivo, troca de experiências, compartilhamento de angústias. Por seus ouvidos atentos, discursos afiados e críticos, sensibilidade aos problemas sociais. Dentre eles, Frank, Alexandre, Ludmila, Thais, Gisele, Sabrina, Ana Gabriela, Antônio, Nina, que sempre acolheram minha fala com imensa curiosidade e compartilharam comigo de suas pesquisas.

Em particular, um agradecimento, aos meus amigos do LeMetro/IFCS-UFRJ Pedro, Soraia, Felipe, Letícia, Débora, Fátima, Verinha, Marco Aurelio, Paulo Thiago pela motivação constante de equipe.

À Luciana pelo nosso “casamento”, seu companheirismo e compreensão durante todos esses anos de estudo, por dividir as contas, a moradia e parte da vida comigo.

À Thalia, cadelinha meiga e fiel, que apesar dos pregadores e cabides destruídos, me fez companhia nas madrugadas solitárias, tão propícias à reflexão.

Ao Thiago Picchi, minha “musa”, agradeço por acreditar e me fazer crer que minha aventura antropológica não se tratava de mera quimera quixotesca, e que todo esse percurso extraordinário não seria em vão.

Espero corresponder às suas expectativas e ser digna da confiança e dedicação de cada um de vocês.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPITULO I

FEIRAS E ANTIGUIDADES	14
1.1 Produção de Mercadorias no Mercado de Antiguidades: Conhecimento, Procedência, Valores e Preços.....	18
1.2.Cadeia de Produção.....	19
1.3.Objetos de Desejo	20
1.4 Controle Social: Identidade e Reputação dos Atores Sociais	26

CAPITULO II

CIDADES E MERCADOS	32
2.1 As Histórias das Feiras na Praça XV	33
2.2 Fim da “Feira do Alba Mar” e Início da “Feira de Antiguidades da Praça XV”	36
2.3 Localização da Feira de Antiguidades na Praça XV	42
2.4 Montagem e Desmontagem:	44
2.5 De objeto a Mercadoria: A Produção de antiguidades no Mercado da Praça XV	50

CAPITULO III

DO LIXO AO LUXO: DA VALORIZAÇÃO DE OBJETOS E DESVALORIZAÇÃO DE PESSOAS.....	59
3.1 Sobre o Conjunto de Categorias e Critérios de Avaliação	62
3.2 A Feira do Rafael	67
3.3 (Di-)Visão: A Feira de Antiguidades e o Shoppinh Chão	70
3.4. O Choque de Ordem na Praça XV	74
3.5 Descrição de uma Situação	75

CAPITULO II

CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
BIBLIOGRAFIA	88
Anexo 1	90
Anexo 2	101

Introdução

Na história da antropologia, os objetos sempre estiveram presentes de modo independente e despertaram o interesse de diversas áreas desta disciplina. Objetos do cotidiano, etnográficos, raros, de segunda mão, usados, antigos, de arte, de coleção; podem não ser somente elementos das trocas econômicas; mas também dádivas e marcadores diacríticos. Trazidos como ilustração de evolução e difusão, caracterizando determinadas áreas geográficas no contexto dos museus e compondo coleções. *Fetiches*, totens, símbolos de prestígio, sinais diacríticos e mercadorias, os objetos sempre ocuparam e ocupam uma posição central na antropologia econômica ou na antropologia social em geral (Appadurai:2008:18).

No presente trabalho, nos valem das críticas às teorias materialistas e economicistas, a partir de autores que privilegiam o caráter simbólico do consumo (Mary Douglas e Isherwood: 2004; Veblen:1988; Simmel:2002; Bourdieu: 2007, Baudrillard: 1968 e Appadurai: 2008). Neste particular, devemos encarar o consumo, apenas como o outro lado da moeda da produção, já que este trabalho limitou-se a descrever a produção de mercadorias a partir de uma feira de “antiguidades”.

Para pensar o lado contrário à produção, a antropóloga Mary Douglas e o economista Isherwood encaram os objetos como um poderoso sistema de comunicação, conceituando-o enquanto “um processo ritual cuja função primária consiste em dar sentido ao rudimentar fluxo de acontecimentos e através do qual se experimenta a relatividade dos valores.” (MaryDouglas:2004). Desse modo, o consumo não é só um divisor de classes que integra a sociedade, visto que a racionalidade integrativa e comunicativa também se constrói a partir dos hábitos de consumo.

Neste sentido, a aposta teórica e metodológica do meu trabalho, é encarar o mundo das coisas, menos pelas relações sociais do que por sua morfologia; pois o valor do símbolo, como vimos, prescinde da atribuição de significados. Por outro lado, não devemos desconsiderar que o papel dos objetos como ótimos mediadores das relações sociais. O uso dos objetos permite, por exemplo, que o sujeito represente a si mesmo, pois eles nos constituem enquanto pessoas. Para além da função cognitiva, objetos são bons para pensar os vínculos estabelecidos entre pessoas, retomando o clássico debate sobre o *fetichismo*. Assim, considero também os discursos dos atores sobre suas trocas,

buscando oferecer um canal que dê visibilidade aos seus discursos e práticas a respeito das coisas que manipulam em seu cotidiano.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo I “*Feiras e Antiguidades*” apresenta o contexto geral da Feira da Praça XV e discute a procedência das mercadorias vendidas neste mercado, visto que, se por um lado, a feira é apresentada através de sua atraente forma de sociabilidade, por meio de um “escambo” divertido e alternativo, por outro é revelada enquanto uma alternativa para trabalhadores desempregados não absorvidos pela economia formal, que tentam a sorte com a venda de rua.

O Capítulo II “*Cidades e Mercados*” trata empiricamente da organização da feira, isto é, preocupa-se com a descrição de sua estrutura social, expondo os dados coletados ao longo de quatro anos de pesquisa etnográfica, que teve início ainda na época da graduação.

O capítulo III “*Do luxo ao Lixo: da valorização de objetos e desvalorização de pessoas*” dedica-se à análise da pesquisa de campo, através do diálogo entre diversos modos de abordagens antropológicas, tais como a antropologia econômica, antropologia dos objetos e antropologia do consumo, que constituem a base teórica deste trabalho.

Além dos três capítulos, o Anexo 1 “*Cadernos de notas de leitura: os objetos valiosos e a antropologia, teorias e caminhos de uma pesquisa*” apresenta a perspectiva teórica deste trabalho e uma discussão entre autores que tiveram influência nos rumos da pesquisa de campo. E por fim, o Anexo 2 “*Caderno de Imagens, Mapas e Documentos*”, com materiais trazidos do campo, como um mapa de localização da feira, desenhos, anúncios e matérias de jornais; além de documentos fornecidos pelos próprios expositores.

Cabe lembrar que neste trabalho, método de análise e teoria se conjugam, pois a chave metodológica foi encontrada através da coletânea de textos organizada por Appadurai – a saber “A vida social das Coisas: mercadorias sob uma perspectiva cultural”. A exposição das demais teorias antropológicas acerca dos objetos visa suscitar o debate entre autores que se dedicaram a pensar a mercadoria e o mundo dos objetos. Assim, o estudo das formas de classificação dos objetos em meio a uma política de valores é o objeto dessa pesquisa.

A perspectiva teórica e metodológica pretende encarar o sistema de relações dos objetos através de uma cadeia produtiva com seus vários nichos, que formam o mercado de antiguidades, onde passam a ser valorizados e comercializados. Além disso, notamos

uma correspondência entre a hierarquia do mundo das coisas e entre as pessoas que os manipulam.

CAPÍTULO 1

Feiras e Antiguidades



Feira de Antiguidades da Praça XV, sábado 6 AM.
Foto: Pricila Loretti

Dentre os vários lugares visitados ao longo da pesquisa de campo, que teve início ainda na época da graduação, o presente trabalho se atém, particularmente, à organização da “Feira de Antiguidades da Praça XV”, por entender que este é o contexto mais favorável à compreensão da maneira pela qual é produzido o complexo sistema classificatório das mercadorias ali comercializadas, dentre elas as “antiguidades”, que dão nome à feira. Vantajoso também pelo fato de tratar-se do estudo da organização social de um grupo de feirantes que se encontra exposto num espaço público de amplo acesso, como pela receptividade e colaboração do grupo.

Neste particular, algumas questões se colocam de antemão: Como são produzidas as “antiguidades” em relação às demais categorias de objetos nesta feira? Que especificidade apresenta este mercado em relação aos demais? Quem são os atores responsáveis por atribuir valores aos objetos?

Como em qualquer feira, também na feira da Praça XV somos atraídos pela diversidade de mercadorias oferecidas, pelos inusitados tipos urbanos e seus interesses, pelo frenesi das barganhas, apelo do comércio ambulante e pelo tráfego de transeuntes que embarcam e desembarcam na estação das barcas.

Tal descrição ainda bastante genérica poderia ser aplicada a muitos mercados de rua, até mesmo a uma feira livre, que, em tese, possuiria as mesmas características até então descritas. Contudo, tão logo começamos a observar mais atentamente os produtos em oferta, nos saltam aos olhos uma infinidade de coisas, cuja procedência é desconhecida e para as quais não identificamos preços. Por essa razão, este mercado torna-se específico, pela dúvida acerca dos valores, procedência, utilidade e preço de seus produtos, ora subestimados, ora superestimados pelos atores sociais.

Em pouco tempo descobrimos que a impressionante eloquência dos expositores da feira da Praça XV acerca da procedência das coisas é quase sempre imprecisa e indeterminada, porque eles nos contam histórias que ouviram de parentes, clientes, amigos, colecionadores, catadores de lixo ou comerciantes. Não raras são às vezes em que não sabemos identificar o período do advento industrial dos produtos ofertados. Então, somos impelidos a recorrer às explicações dos feirantes para saciar nossa curiosidade a respeito das coisas expostas. Estes, por sua vez, gabam-se imediatamente de seu conhecimento e parecem nos dar verdadeiras aulas de arqueologia.

Geralmente o discurso dos expositores sobre a origem de seus produtos está fundamentado em experiências pessoais ou de família, estilo de vida ou gosto pessoal. Em alguns casos, os expositores se desfazem de coleções particulares ou a de algum parente. Assim descobrimos também, que muitos possuem um conhecimento parcial sobre os produtos que negociam neste mercado. Nestes casos é comum ouvirmos explicações tais como:

“A pessoa que me vendeu essa peça disse que pertencia a sua bisavó.”

“Comprei isso de um colecionador.”

“Arrematei no leilão.”

“Um amigo deixou para venda consignada.”

(expositores da feira da Praça XV, sobre a origem de suas mercadorias).

Nos três primeiros casos, os expositores buscam a valorização do objeto. No primeiro caso, o fator “antiguidade” da peça é ressaltado, por tratar-se de algo que pertencia à bisavó daquele que o teria passado adiante. A segunda afirmativa procura legitimar o valor da mercadoria através do fator “coleção”. Contudo, ficamos curiosos

para saber o motivo pelo qual um colecionador procura desfazer-se de um objeto de sua coleção.

O terceiro caso revela uma das fontes do expositor, ou seja, o percurso que teve que fazer para conseguir comprar sua mercadoria. O leilão aparece como uma das fontes mais procuradas e confiáveis, porque, em tese, as peças costumam passar por uma espécie de perícia ou avaliação, e são ambientes altamente didáticos para os expositores, já que apresentam catálogos descritivos dos produtos, apesar de manter a imprevisibilidade de valores e preços.

O último exemplo sugere que o expositor procura ajudar alguém. Apesar do fato de que qualquer venda por consignação garanta também uma porcentagem do lucro ao expositor, o que sugere, em parte, é que alguém, que não seja expositor na feira, necessitando de dinheiro, busque desfazer-se de seu objeto pessoal através de um expositor.

Além disso, os expositores costumam falar sobre os percursos urbanos onde encontram suas mercadorias. Os objetos são adquiridos de diversas fontes, como por exemplo, de outros feirantes como eles, colecionadores, por meio de leilão, ou ainda, diretamente de residências particulares; mas podem ser também obtidos através dos “garimpeiros”.

Neste particular, a expressão “garimpeiro” é usada para definir aqueles que procuram objetos valiosos em meio à toda sorte de coisas, mas mais precisamente em referência a objetos de valor encontrado nos lixos urbanos. “Garimpeiro” é uma categoria nativa bastante utilizada por todos os expositores da “Feira de Antiguidades da Praça XV”, numa clara analogia à prática de exploração de um terreno de onde se visa extrair metais preciosos.

Assim, percebemos que se formos suficientemente curiosos e pacientes podemos ouvir dos próprios vendedores parte da trajetória dos objetos expostos, que em alguns casos, coincide com seu gosto e estilo de vida. Um ex-bibliotecário, por exemplo, vende livros, um professor de história, vende cartões com monumentos e paisagens históricas do Rio de Janeiro. Um ex-delegado de polícia exhibe mercadorias bélicas, dentre as quais uma variedade de armas – facas, espadas, canivetes, spray de pimenta –, com exceção das armas de fogo e a pretexto de serem exclusivas a colecionadores. Mulheres vendem roupas, sapatos, chapéus, louças, “bibelots” e “biscuits”, cristais,

jóias, bijuterias; o antigo colecionar de “Netsuke”¹, que expõem diversos objetos japoneses de sua antiga coleção; admiradores da pintura, que vendem e compram quadros; expositores de brinquedos, que são também seus colecionadores, e assim por diante.

No entanto, o gosto particular de cada vendedor se mistura com aquisições de mercadorias diversas para atender aos interesses dos clientes. Pois, segundo sua lógica, quanto maior a variedade de produtos em oferta, maiores as chances de vantagem econômica. Assim, na feira, além da circulação de pessoas e coisas, deparamo-nos com um fluxo de saberes e conhecimentos singulares, idiossincráticos. O acúmulo de conhecimento torna-se crescente àqueles que procuram manter-se informados através de suas trocas.



Desenho retirado da Internet

¹ Netsuke são esculturas em miniatura talhadas em madeira, metal ou marfim atravessadas por orifícios. Invenção japonesa do século XVII, o netsuke tinha uma função prática, apesar de ser usado como adorno, servia para prender uma pequena bolsa ou sacola à faixa do quimono tradicional, que não possui bolsos. Os homens utilizavam para guardar seus pertences, tais como, tabaco, dinheiro, selos e medicamentos. Com o tempo, os netsuke passaram a ser valorizados pelo seu aspecto artístico e não mais utilitário, tornando-se objetos raros de colecionadores, como também por seu caráter de antiguidade. Hoje, tanto na Europa como nos Estados Unidos e Japão essa peça chega a alcançar altos preços no mercado.

1.1 Produção de Mercadorias no Mercado de Antiguidades: conhecimento, procedência, valores e preços

Uma vez adquirido o hábito de freqüentar a feira para conversar com os expositores, é possível reconhecer e familiarizar-se com suas fisionomias e mercadorias. Do mesmo modo, logo nos tornamos conhecidos de todos.

Outro fato curioso é que, no mercado de “antiguidades”, grande parte das mercadorias não é nem embalada, nem marcada por etiquetas de preços. Neste sentido, é necessário recorrer aos vendedores para saber o preço. Mas é altamente recomendável consultar os amigos, fazer uma pesquisa de mercado, recorrer a sites da internet, para se ter uma noção mínima a respeito do que se deseja comprar quando se trata de iniciar uma negociação com vendedores, pois, por princípio, os comerciantes buscam vantagens econômicas e estão preparados para enfrentar as inúmeras situações de barganha previstas em seu negócio.

No âmbito da política de valores e preços atribuídos aos objetos através das inúmeras transações entre vendedores e compradores na Feira de Antiguidades da Praça XV, constata-se que a formação de ambos depende essencialmente das informações e do conhecimento da procedência das coisas ofertadas neste mercado, o que, entretanto, é quase sempre muito difícil averiguar.

Um expositor me explica que parte de suas mercadorias é comprada em leilões. Ele sabe que esta fonte, apesar de não ser a mais vantajosa economicamente, é a mais segura. Ele acredita ser este um bom meio de preservar a sua reputação diante dos seus colegas expositores e clientes. Como no leilão o leiloeiro é obrigado a emitir uma nota fiscal das peças vendidas, quando compra peças de leilão, o feirante pode se defender caso venha a sofrer difamações ou injustas acusações acerca da sua conduta, como por exemplo, de vender mercadorias roubadas. Nestes casos, quem quer que seja terá de buscar explicações com o leiloeiro.

Apesar de pairar a dúvida e desconfiança sobre a origem de uma mercadoria que esteja sendo revendida, se algo de errado acontece, como por exemplo, se algum cliente acusar o expositor de vender mercadorias falsificadas ou de vender mercadoria ilegal, o expositor pode responsabilizar o leiloeiro e ainda mostrar a nota do leilão. Por outro lado, o expositor da feira, geralmente, não emite qualquer nota.

Deste modo, valor e preço estão diretamente relacionados à genealogia dos objetos expostos; e, especificamente à capacidade – seja do vendedor, seja do

comprador –, de levantar informações e demonstrar conhecimento a respeito dos produtos que comercializam. O conhecimento representa para aqueles que os negociam uma moeda de troca valiosa.

Entretanto, cabe questionar como aqueles que participam das trocas neste mercado incerto buscam e exibem a erudição e a eloquência necessárias a seus empreendimentos. Isto é absolutamente necessário para esclarecer sob quais processos de interação repousa o mercado da Praça XV. Neste sentido, se faz imprescindível a etnografia da organização social da feira, pois através da descrição de sua estrutura e das contingências, dar-se-á o nosso conhecimento sobre os diferentes nichos da cadeia produtiva deste mercado, que tem como topo de sua pirâmide as “antiguidades”.

1.2. Cadeia de Produção

A relação entre diversos tipos de vendedores e compradores pode ser apreciada por uma dimensão hierárquica, que sempre leva em consideração o conhecimento de cada um acerca do objeto negociado. Assim, a valorização de uma peça antiga ocorre de acordo com a *expertises* que os vendedores têm sobre o mercado de antiguidades. Quanto mais se sabe a respeito delas, mais chance tem o mercador de tirar vantagem na hora de dar o preço, como descrito abaixo:

Saio às 5 da manhã, vou à Praça XV. Um morador de rua encontra um cinzeiro e o vende por 2 reais, alguém compra e leva para a sua barraca; mais adiante acontece outra troca e o objeto passa a fazer parte de outra feira, vendido por um preço acima do inicial, daí, vem outra pessoa e leva a peça para um antiquário, este pode falar com um leiloeiro e colocar a peça num leilão, mas se a peça encalha, fica exposta na sua loja, aguardando um comprador; e assim por diante. Daí, produzimos um valor agregado às mercadorias, que passam de mão em mão; mas, às vezes, a peça muitas vezes só é considerada uma antiguidade quando exposta num antiquário. Bem, isto é o que muita gente que vem aqui pensa.

(Marinho, Presidente da ABA e antiquário de shopping na Siqueira Campos, setembro, 2009)

Se por um lado na feira da Praça XV um objeto, em sua carreira, passa a ser produto da troca econômica, ainda que alienado por um valor inexpressivo; no antiquário verifica-se a elevação do preço e ascensão social do objeto a uma posição reconhecidamente superior na hierarquia das coisas. Neste caso, o preço neste mercado

é resultado não só da oferta, demanda, produção de mercadorias; mas, sobretudo, do (re-) conhecimento do produto enquanto uma “antiguidade”, de acordo com sua valorização na cadeia produtiva. Assim, diante de muitas situações de barganha, o valor do objeto passa a ser representado por uma quantidade monetária, passando a ter um preço de mercado, ainda que variável, e é considerada ainda a possibilidade de tratar-se de uma peça antiga e rara, podendo ser negociada novamente, numa circulação e sistema de valorização constante.

Segundo os expositores, uma feira de antiguidades seria o lugar de intercâmbio de objetos antigos e difíceis de serem encontrados em lojas, escassos, raros no mercado varejista e atacadista, visto que a maioria dos objetos já não seja mais fabricada. Apesar de ser unânime entre os expositores e seus clientes, o fato de uma “antiguidade” ser um objeto com mais de 100 anos, nota-se o uso do termo para muitos produtos que apenas pararam de ser fabricados recentemente, e que, por algum motivo, tenham marcado uma fase. Neste sentido, o que existe muitas vezes é a aposta de que um objeto possa vir a ser uma “antiguidade”, alcançando elevado valor comercial. Assim, cabe notar, que as pessoas buscam “possibilidades” e não exatamente “antiguidades”.

1.3 Objetos de Desejo

Geralmente, os objetos comercializados na feira – considerando o discurso dos expositores e a observação direta –, são provenientes de famílias tradicionalmente abastadas, que os transmitiram a sucessivas gerações como patrimônio material. Essa classe possuía em suas casas objetos valiosos como quadros, esculturas, móveis de madeiras nobres, tapetes, prataria, porcelanas, azulejos, cristais, jóias, livros, discos. O fato é que, afetadas por crises econômicas, em razão de partilhas de inventários ou ainda por motivo de desinteresse dos herdeiros na posse dos bens de família, esta classe se desfaz de parte destes objetos.

Ainda que tenham tido outros donos estes objetos são extremamente cobiçados e valorizados por pelo menos quatro classes de pessoas que os desejam, não obstante ao fato de não os terem herdado. São elas: os comerciantes, que almejam o lucro, resultante da vantagem econômica; os colecionadores, que pretendem conquistar peças raras para suas coleções e os emergentes ou *nouveaux riches*, que procuram imitar os ricos de nascença, visando adquirir seu *status* social. E por último, mas não menos importantes, alguns membros de famílias tradicionalmente abastadas, que procuram restabelecer o *status quo* perdido após uma fase de decadência. Assim, na visão dos

antiquários, parte de seus clientes estaria interessada na aquisição ou reposição de *status* social.

Segundo os vendedores de “antiguidades”, os emergentes que oferecem uma festa em sua propriedade gostam de exibir e ostentar objetos de valor a seus convidados, procurando causar a impressão de que, como anfitriões, pertencem à classe de famílias tradicionalmente ricas. Contudo, a aquisição de objetos, pura e simplesmente, não garante o domínio dos modos e técnicas pelas quais estes objetos devam ser usados e ostentados. Assim, os clientes emergentes, além de comprar com os antiquários, geralmente, recorrem a manuais e a aulas de etiqueta para convencer seus convidados sobre seus hábitos e costumes:

Tenho várias clientes que dizem para as amigas que suas roupas, jóias, cristais e móveis, comprados, em brechós, antiquários e feiras de antiguidade pertenceram a seus parentes, como tios e avós. No final, elas me pedem para guardar segredo... para não contar aos outras clientes que compraram aqui.

(Marinho, Antiquário na feira da Gávea e presidente da Associação Brasileira dos Antiquários)

Adquirir prestígio na sociedade, no entanto, é apenas uma das razões para o consumo de “antiguidades. Para garantir o sigilo, este tipo de cliente, o emergente, costuma pagar e tratar muito bem aos vendedores. Por outro lado, as famílias tradicionais mais conhecidas socialmente, que ostentam seus sobrenomes, mas que enfrentaram crises econômicas e que tiveram que se desfazer de seus bens mais antigos para quitar dívidas buscam readquirir objetos semelhantes aos que existiam em seus domicílios. Assim, comprar “antiguidades” sugere o desejo de pertencimento do comprador não só a uma classe social a qual não se poderia pertencer, mas também a uma classe social à qual não se pertence mais. E, neste sentido, a identidade dos clientes é mantida sob sigilo pelos vendedores.

Além de conhecer bem os produtos, o vendedor demonstra o domínio das regras de etiqueta, bem como a técnicas de uso e conservação, como por exemplo, produtos químicos e cuidados indispensáveis a limpeza de porcelanas, prataria e cristais. Formalidades e técnicas absolutamente necessárias, por exemplo, quando se trata de colocar à mesa um aparelho de jantar de prata brilhante e, logo em seguida, mostrar que sabe discriminar e usar o garfo para peixes dentre os vários talheres. Alguns vendedores

oferecem a seus clientes aulas de etiqueta para que se possa impressionar seus comensais.

Ao contrário dos compradores emergentes que buscam, através da aquisição das “antiguidades”, marcar o pertencimento à classe social dos tradicionalmente ricos, cujos valores são identificados através de comportamentos gestuais e discursivos, os vendedores assumem uma postura oposta. Geralmente, expositores e antiquários vestem roupas velhas e surradas, apresentando um aspecto sujo, devido ao manuseio de tantas coisas (antigas, velhas, usadas) das quais é preciso “retirar a poeira”. Entretanto, se não há ostentação das riquezas materiais – e de fato não o fazem –, não se furtam de esbanjar sua erudição e conhecimento acerca do mundo material.

Neste sentido, no âmbito da formação de uma política de valores, estão em jogo, tanto a informação e o conhecimento como a ignorância e a desinformação de todos os atores engajados nos processos de negociação. Informação e conhecimento são, portanto, capitais valiosos no que se refere à produção das mercadorias, particularmente das “antiguidades”. Assim, devemos considerar o que dizem as pessoas sobre suas mercadorias para tentar entender quais valores são fundamentais nesta economia política.

Cabe notar, que não só nos discursos dos atores é possível encontrar dados sobre a vida e a carreira dos objetos, mas também propriamente nos objetos em si. Um cristal Baccarat trincado, um tecido de seda puído, um tapete persa rasgado, e assim por diante, são indicativos de acidentes ou incidentes, de possíveis maus tratos aos objetos por seus possuidores durante sua trajetória de vida. Assim, a *trajetória do objeto* – o ponto de partida; como e em que momento foi concebido; como e onde nasceu; que caminho percorreu; até seu ponto de chegada –, se opõe a sua *carreira* – relativa às expectativas e posições que este pode alcançar apesar dos obstáculos em seu destino; o sucesso ou o fracasso de acordo com sua trajetória de vida.

Bastante comum é a dúvida acerca da procedência, sem a qual será sempre mais difícil fazer previsões sobre a *carreira* a ser alcançada pelos objetos, se ele será ou não considerado uma “antiguidade”, por exemplo. De todo modo, para fazer previsões sobre a carreira de um objeto, assim como a de uma pessoa, me parece razoável conhecer sua trajetória de vida, ainda que parcialmente, através de duas maneiras, fundamentalmente: suas características intrínsecas e o discurso dos que o manipulam.

Buscar as impressões no próprio objeto é um modo de interação entre clientes e mercadorias, independente do que lhes diga o expositor. Durante um passeio na feira é

possível sentir atração, mas não só; pode-se sentir repulsa pelos objetos e nem mesmo admiti-los enquanto mercadorias. Assim, através da relação que estabelecemos diretamente com os objetos, seja de atração ou repulsão, é que os clientes se protegem das “conversas dos expositores” e criam seus próprios discursos sobre as coisas quando afetados diretamente por elas, isto é, a partir dos objetos em si mesmo, pois, de várias maneiras, o próprio objeto pode fornecer elementos-chave que ajudam a intuir um valor.

Contudo, não é o bastante admitir, simplesmente, o valor de um objeto, ser ele ou não uma “antiguidade”. O amplo conjunto de categorias possíveis nas quais os objetos são, particularmente, classificados e (re-) classificados na feira, relevante é saber como e por que se produzem tais valores e classificações, e, sobretudo, para quem e para quê.

Nota-se que na Feira da Praça XV predominam a ignorância, a desconfiança e ainda, a falsa informação, muitas vezes por conveniência, seja por parte dos compradores, seja por parte dos vendedores, ou mesmo desta pesquisadora, sobre a origem e autenticidade das peças expostas. Em relação à procedência das mercadorias, existem pelo menos dois motivos pelos quais vendedores e compradores mantêm uma desconfiança mútua. Na maioria dos casos, os expositores pretendem apresentar a mercadoria da melhor forma e atrair o interesse dos clientes, que, por sua vez, apesar da curiosidade provocada pelo objeto em si, desconfiam – ou fingem desconfiar para tirar proveito, do que lhes dizem os expositores.

E ainda que, em geral, as situações de barganha sejam favoráveis exatamente por não haver um preço fixo, a possibilidade de produção de valores está justamente nas disputas por determinar o preço. Assim, o preço neste mercado é situacional, dependente de muitas variáveis e, portanto, variável. Outro dado relevante é que, apesar de não haver preço fixo para as mercadorias, os expositores, diante de um cliente, agem como se realmente houvesse. Em razão desta disputa entre o discurso do vendedor sobre sua mercadoria e a visão do freguês em relação à mercadoria do vendedor, se torna possível a barganha, particularmente bem vinda neste ambiente. Em princípio, esta desconfiança mútua está associada ao desconhecimento das informações necessárias quanto à possibilidade do objeto assumir ou não valores no mercado. E ainda mais especificamente; faltam informações acerca de suas origens e rotas previsíveis para a carreira do objeto. Tudo isso conta na hora dos atores sociais escolherem uma mercadoria na feira da Praça XV.

Outra razão para que os clientes desconfiem dos vendedores e de suas mercadorias, está no fato de que estes não costumam emitir qualquer certificado ou nota. Não há garantias, é escolha do cliente assumir os riscos tanto na hora da compra como na hora da (re-) venda. Riscos que vão desde o prejuízo econômico a ocorrências no artigo penal, quando, por exemplo, uma mercadoria é produto de roubo ou furto.

Vejamos um caso paradigmático onde os objetos passam a ser valorizados. A fim de compreender melhor a relação entre a feira e outros âmbitos deste mercado, acompanhei três dias de um leilão no bairro de Copacabana, através do qual foi possível ter uma noção de como se formam valores e preços para os diferentes tipos de objetos encontrados na feira, onde nada possui um preço fixo. No leilão, identifiquei a presença de oito expositores da Praça XV, dentre os quais seis compareceram durante os três dias, e dois ao último dia do evento.

Anotei a maior parte dos lances no catálogo da exposição, o que veio a se constituir em uma noção sobre o preço dos objetos arrematados no leilão. Nota-se a predileção dos expositores por objetos de tamanho pequeno e médio pela facilidade de transportar e manusear. Em sua maioria estes objetos se relacionam ao mercado da arte, interessando aos comerciantes e também aos colecionadores. Apesar da presença de alguns objetos etnográficos não soube da presença de nenhum antropólogo, ou museólogo no recinto. Notei também que as mulheres gostam das louças, de vasos e de jóias. Os homens mantêm o interesse pelos metais, como a prata e o bronze. A maioria dos quadros, móveis e esculturas raramente são vendidas durante o leilão. Os objetos que não são vendidos durante o leilão, geralmente permanecem no estágio anterior ao evento. Entretanto, podem existir pessoas interessadas nos objetos, que não foram vendidos, mesmo depois de terminado o leilão.

Será uma vantagem comprar um objeto, quando ninguém mais o quer? Qualquer que seja o objeto, poderá ser vendido pelo preço do catálogo após o leilão? Com sorte um expositor pode conseguir comprar uma mercadoria valiosa pelo preço do primeiro lance livre, que é uma dezena de real. Contudo, cabe um acordo com o leiloeiro que pode desejar testar o potencial de sua mercadoria em outro leilão. Além do mais, não é muito comum alguém interessar-se por algo pelo qual ninguém do grupo esteja interessado.

Na maioria dos casos, ocorre uma disputa pelo menos entre dois participantes do grupo presente no leilão. Quando não, o leiloeiro recebe ofertas pelo telefone. Alguns expositores afirmam que são “ligações do além”, mas que o leiloeiro e suas assistentes

juram de pés juntos, ser verdadeiras. Há também a desconfiança de que lances sejam feitos para a parede e que ocorram disputas imaginárias, já que no leilão nem todos conseguem se olhar. O foco da platéia está nos objetos, e não nos participantes do jogo. Contudo, o leiloeiro possui um campo de visão privilegiado. Quanto aos quadros, apesar de despertarem pouco ou nenhum interesse dos expositores de “antiguidades” da Praça XV, visto que exigem uma *expertise* para poucos, uma situação em particular me chamou bastante atenção:

O leiloeiro faz a oferta de um guache chinês, de autoria de LIN FON MINGE, dizendo que desconhecia o autor, mas que a dona lhe informara o nome do artista. Apesar da maioria das peças apresentarem lance livre, o preço do quadro iniciava em R\$1.000,00. Um homem de blusa vermelha, de mais ou menos uns 57 anos de idade fez a oferta. E do outro lado da pilastra que dividia o salão, ouvia-se a voz de outro senhor que disputava com ele o quadro. Apenas os dois faziam a licitação, todo o resto da audiência permanecia calada, aguardando que o leiloeiro batesse o martelo. Os lances corriam dezena a dezena. A disputa seguia cada vez mais acirrada e emocionante. O homem de blusa vermelha, num rompante, foi se sentar nas primeiras cadeiras porque quis saber quem é que estava “brigando” com ele. Os lances continuaram subindo, só que desta vez aos milhares. Depois os impulsos foram contidos e os lances foram reduzidos a cem. O valor do quadro já estava em R\$ 32.500,00, quando o senhor de blusa vermelha desistiu e saiu furioso do salão para fumar um cigarro do lado de fora.

Alguns minutos depois, saiu também um senhor de 70 anos acompanhado de um rapaz chinês, provavelmente conhecedor da pintura e do pintor em questão, o jovem portava uma cópia do desenho do quadro impressa, que parecia ser tirada da internet. Motivada pela curiosidade, saí do salão para ouvir a conversa que se seguiu entre os dois antagonistas. Mas não foi possível acompanhar a situação que se desenrolava nos bastidores do leilão. Os rivais haviam desaparecido, deixaram o local juntos, todavia.

Ao final do leilão, me dei conta de que, enquanto anotava os lances, havia perdido um piscar de olhos entre os dois participantes, perdido também o sentido da situação. O senhor de blusa vermelha voltou ao salão esclareceu o caso no momento em que conversava com seu mais novo "sócio" sobre a obra de arte que havia arrematado. Quando lhe perguntei sobre o que o havia feito desistir do quadro, ele explicou que, como o valor do quadro subia vertiginosamente, ele teve a idéia de conhecer seu rival, indo para frente do salão, onde deu mais alguns lances e disse ter piscado o olho para o adversário, e que se quisesse poderia ter continuado a dar os lances, mas ambos

deixariam de lucrar, caso o valor do quadro ultrapassasse o valor máximo em outros mercados.

Neste sentido, estão em jogo a informação e a *expertise* dos *connaisseurs*. Enquanto todos os outros participantes mantiveram-se calados aguardando o resultado dos lances, duas pessoas que compreendiam o valor do quadro leiloado o disputavam. O leilão se revelou um lugar interessante para perceber quem tem ou não o conhecimento sobre as mercadorias.

Baudrillard (1981) buscou definir o *ethos* do leilão de arte como:

Como festa ou jogo, institui uma verdadeira comunidade de troca entre pares. Independentemente de quem arrematar os lances, a função essencial do leilão é a instituição de uma comunidade dos privilegiados que se autodefinem como tais por meio de especulação agonística sobre um restrito *corpus* de signos. A competição de tipo aristocrático legitima sua *paridade* (que não tem nada a ver com a igualdade formal da competição econômica) e, assim, sua privilegiada casta coletiva diante de todos os outros, de quem não se separam meramente pelo poder de compra, mas pelo ato suntuário e coletivo de produzir e trocar valores e signos.

1.4 Controle Social: Identidade e reputação dos atores sociais

O controle social em relação aos excessos e mentiras dos vendedores é feito através de uma política que ataca ou defende a reputação de cada um, particularmente. Da mesma forma, ao crédito de confiança dado ao cliente na hora da compra, como por exemplo, quando o vendedor aceita um cheque ou permite que o cliente leve para casa a mercadoria sem receber o pagamento no momento da compra. Neste sentido, o expositor confia na palavra do comprador em liquidar a dívida no prazo determinado. É possível, às vezes, levar uma mercadoria e pagar na semana seguinte, sem nenhum sinal e sem juros. Em alguns casos, acordos de cavalheiros podem ser feitos e, neste mercado, a palavra vale mais do que o papel.

Entretanto, ao contrário dos objetos mercantilizados, o conhecimento a respeito das mercadorias não está à venda, e, do mesmo modo, o caráter ou a moral do vendedor ou cliente, que não podem ser identificados imediatamente, mantendo-se ocultas, sendo compartilhadas apenas entre um pequeno grupo de comerciantes, colecionadores, clientes melhores informados.

Este é o segundo motivo pelo qual as informações e as identidades que circulam neste tipo de mercado nem sempre são confiáveis. Ou pelo menos, se aprende que não

se deve confiar nas aparências. Assim, um expositor pode ser tanto um vendedor, comprador, colecionador, de acordo com sua conveniência, conhecimentos, interesses, e principalmente, de acordo com as situações.

Como os papéis sociais desempenhados pelos atores da feira da Praça XV são, muitas vezes, ininteligíveis – principalmente aos desavisados, que buscam relacionar-se através dos estereótipos, dependemos das conversas e da construção de confiança com os expositores para ter acesso a suas identidades secretas, por assim dizer. Por exemplo, dizer que meu trabalho se tratava de uma pesquisa acadêmica sobre a organização da feira ajudou, porque os expositores acreditam que publicações no mundo acadêmico não os possam afetar de modo algum. Depois de explicar que meu trabalho resultaria em uma dissertação de mestrado, aos expositores pareceram-lhes absolutamente inofensivas as observações e perguntas que eu fazia sobre seu modo de vida.

Esta dificuldade de identificar ocupações e papéis dos atores sociais, dentro e fora da feira, é recorrente não somente entre os *outsiders*, os de fora, os clientes; mas também, refere-se aos próprios expositores, principalmente os recém chegados. Entretanto, isto não significa dizer que eles não estejam interessados em conhecer-se, mas este conhecimento acontece de forma implícita. Os feirantes, sobretudo, estão interessados em identificar as identidades e os interesses de seus clientes. Uma vez feito isso, o seu desejo passa a ser atender ao desejo de outrem. Passam, então, a buscar objetos capazes de atrair o desejo do cliente. Pela concepção nativa, cabe identificar e explorar, principalmente, o desejo dos colecionadores que devotam aos objetos de sua coleção (ou coleções) verdadeira idolatria, paixão, fetiche.

Vale notar que alguns clientes apresentam aos expositores gostos bastante idiossincráticos, como um homem que colecionava “selinhos de fruta” que traziam a marca da fábrica agrícola. Ele confessou o motivo da sua coleção ao “expositor-colecionador” de brinquedos, que ficou rindo. O cliente ficou um pouco chateado, mas continuou a andar pela feira a procura de seus “selinhos de qualidade”. Depois o expositor se convenceu de que podia ser interessante este tipo de coleção, pelo seu valor histórico, e também os considerou como *memorabilia*.

Outra situação curiosa são rumores sobre a morte de colecionadores que supostamente tivessem deixado para trás importantes coleções. Se assim o fazem é com a pretensão de revelar as intenções de pessoas interessadas e, por conseguinte, as identidades dos atores. Em certa ocasião, quando conversava com um expositor bastante antigo na feira, um “cliente” se aproximou. Depois de mútuas provocações, em tom

jocosos, acerca de alguma negociação mal sucedida, ou ainda não sucedida, houve enfim o comentário de que um conhecido colecionador de azulejos havia “batido as botas”, por assim dizer. De forma breve, os dois conjecturaram sobre a *causa mortis*, passando sem mais delongas para a discussão sobre o destino da coleção.

Procurei saber notícias a respeito do colecionador conhecido de todos a partir dos expositores da feira, e um deles me disse indignado com a informação que eu acabava de lhe transmitir:

Vou averiguar, mas acho improvável, porque estive ontem mesmo com ele. Estava mais vivo do que nunca, fazia mil planos sobre sua coleção e me pareceu muito bem.

(Ismar, expositor da Feira da Rua do Lavradio)

Um dia depois, o expositor me ligou dizendo que o colecionador estava realmente muito bem de saúde e que buscava construir um museu para expor sua coleção de azulejos.

Dentre os atores sociais observados, o colecionador presente em quase todas as ambiências mencionadas neste trabalho é aquele que procura um conhecimento sistemático sobre os objetos de sua coleção. Quem coleciona, geralmente compra mais do que vende, disputando e acumulando peças que possivelmente interessem a outros colecionadores e, evidentemente aos comerciantes, que visam tirar proveito desta mediação. Por essa razão, o colecionador tem um papel preponderante na determinação dos valores das coisas e, também, a maioria dos comerciantes apreciam as conversas com os colecionadores, aproveitando para se situar sobre as fundamentais características das peças e dos valores.

Alguns comerciantes orientam-se por seus clientes colecionadores com quem estão constantemente em contato, de modo que é bastante comum que os próprios vendedores se especializem no conhecimento de um certo tipo de peça através de um colecionador. Contudo, não só os colecionadores detêm o conhecimento sobre as peças encontradas no mercado de “antiguidades”.

Antiquários, catadores, feirantes, pessoas que trabalham com a produção de cenários e realizam pesquisas históricas sobre objetos de época buscam os produtos na feira. Nestes casos, é mais comum a locação de um objeto. De uma maneira geral, os produtores culturais preferem alugar as peças dos expositores, porque não há interesse da parte deles em revendê-las no mercado. Os comerciantes, geralmente, exigem um

cheque “calção” do objeto no valor da peça, apenas por garantia, no caso de perda ou danificação do objeto. Ao fim do prazo, o locatário devolve a peça alugada e recebe de volta seu cheque, pagando apenas uma porcentagem pelo empréstimo. Este é o caso de Sônia e seu marido, que além de expor suas peças em duas feiras, a da Praça XV e da Gávea, freqüentam e realizam leilões. Mario conta que é muito comum alugar suas peças para cenografias de teatro e televisão.

Alugar peças é melhor do que vender. Muitos dos meus clientes preferem o aluguel das peças, porque precisam delas uma única vez, para a composição de uma cenografia, por exemplo. Nestes casos, a pessoa costuma deixar um cheque calção. Se algo acontece à mercadoria descontamos o cheque. Se não nós o devolvemos. Quanto à peça podemos alugar ou vender para outros.

(Mário, expositor na Feira da Praça XV e na Feira dos Antiquários)

Além disso, muitos são aqueles que nutrem um gosto particular pelo antigo, e buscam objetos característicos de épocas específicas. Em geral, os vendedores estão, evidentemente, interessados em aprender a identificar os valores das peças, e também a demanda. Todos estão interessados em aprender sobre o valor dos objetos para comercializá-los.

Na disputa pela informação acerca dos objetos, entre clientes, colecionadores, expositores, antiquários, leva vantagem aquele que for capaz de responder uma série de perguntas que se colocam cada vez que se encontram diante dos produtos: qual a procedência do objeto? Como reconhecer objetos valiosos? De quem comprar? A quem vender?

Os vendedores que tem as respostas para tais perguntas conseguem prever valores e mercados para seus produtos. Assim, para entender como esses valores e, por conseguinte, preços são formados é preciso destacar o talento dos vendedores para realizar *expertises* necessárias para identificar os objetos que serão valorizados no mercado de “antiguidades”.

Inicialmente a partir da Feira da Praça XV, através das estratégias de compra e venda observadas na relação entre expositores e seus clientes, é possível perceber que para compreender o valor das mercadorias é preciso ir além, seguindo o exemplo dos

próprios negociantes. É preciso conhecer-lhes os percursos diários, quando estão em busca das melhores peças, candidatas ao *status* de “antiguidades”.

Durante a semana, muitos vendedores percorrem circuitos urbanos específicos, como por exemplo, os leilões, em busca de peças “virgens” – objetos que ainda não tenham sido expostos na feira –, em oposição às peças “viciadas”, que já são conhecidas, ou seja, que foram vistas muitas vezes e já não apresentam novidade. Assim, durante a semana muitos comerciantes, além dos leilões, visitam domicílios, em busca de peças exclusivas para o mercado.

Entretanto, essas aquisições não se restringem, necessariamente, às “antiguidades”, mas abrangem, em certa medida, quaisquer objetos passíveis de receber, pela segunda vez, um valor de mercado. Este tipo de atividade, motivo de disputa entre os comerciantes, é conhecida como “garimpagem”, isto é, o momento da busca por objetos valiosos, da fonte, das mercadorias.

Como todo vendedor, os feirantes possuem uma extensa rede de clientes, entre os quais e para os quais saem em busca de objetos específicos, de acordo com o gosto ou interesse de cada um. Apesar de competir com toda a classe de “garimpeiros” – catadores de lixo, antiquários, leiloeiros –, os feirantes da Praça XV mantêm uma relação *simbiótica* com todos os outros elementos que compõe esse nicho de mercado, como procurei demonstrar através da hierarquia de produção de valores para os objetos candidatos a este mercado.

Enquanto os clientes manifestam seu desejo por objetos específicos, os expositores detêm o conhecimento das fontes. Assim, os clientes, principalmente os colecionadores, sabem o que querem, e os expositores sabem onde encontrar o que seus clientes buscam. Os mais experientes freqüentam todas as rotas e se relacionam com quase todos os participantes desta cadeia de produção, em busca dos objetos de valor, visando intermediar negociações entre um elemento e outro do mercado para que, assim, possam obter alguma vantagem econômica através da valorização de seus produtos.

A revenda, que é um processo em que um vendedor compra de outro e repassa a mercadoria por um preço superior a um terceiro, é uma prática constante na feira. Após terem suas barracas montadas e todas as mercadorias expostas, os feirantes aproveitam para circular entre as barracas vizinhas para ver o que há de “novo” na feira e, eventualmente, comprar mercadorias de seus vizinhos. A exposição de mercadorias na

Praça XV indica o quão rentável pode ser este negócio – como compradores de suas mercadorias, os expositores têm os próprios feirantes.

Contudo, nem sempre as peças mais valiosas são expostas na feira, que é antes um lugar para ampliar a rede de clientes dos expositores. Durante o trabalho de campo, foram relatados pelos expositores alguns casos de roubo e furto de peças de valor, o que faz com que os mais experientes não levem suas melhores peças para expor na feira, muito embora quase toda a negociação possa ser feita a partir deste lugar.

Assim, nota-se que o conhecimento sobre o mundo material acontece, na prática, através das trocas e de acordo com seus usos e categorias, mobilizadas estrategicamente pelos expositores. As trocas entre os diversos participantes conferem valor e prestígio a alguns objetos expostos, que encontram novamente um lugar no mercado.

Os processos de classificação social pelos quais estão constantemente submetidos os objetos encontrados na Feira da Praça XV estão, portanto, relacionados à sua origem, carreira, trajetória de vida e, particularmente, ao modo como são transformados em mercadorias.

Como disse, deve-se considerar na *trajetória de vida* de um objeto o seu destino final, a posição em que se encontra e o trajeto que teve de percorrer para chegar a determinado ponto. E, por *carreira* do objeto, uma previsão, a expectativa dos atores em relação ao sucesso ou fracasso do objeto em sua vida social, considerando ainda um *telos*, que marca a sua trajetória de vida.

Em relação à carreira do objeto é preciso verificar as posições sociais que ele ocupa em meio a uma hierarquia de classificações engendrada pelos atores sociais, isto é, se o objeto consegue ou não alcançar o reconhecimento dos clientes a respeito do valor e classificação proposta pelo expositor.

De acordo com essas ponderações, podemos tentar entender por que certos objetos são considerados “antiguidades” em meio a um conjunto de categorias complexas. Através da relação com os demais mercados é possível compreender a lógica de produção das “antiguidades”, considerando ainda o papel determinante dos atores que as manipulam e onde expõem suas peças; como também por quais atores estas peças passam a ser desejadas. Além disso, os processos de aquisição – se fácil ou difícil – são, evidentemente, importantes na formação de valores e carreiras de objetos.

CAPÍTULO II

CIDADES E MERCADOS

A discussão central sobre a produção de “antiguidades”, a partir de uma praça de mercado, tem como base a análise das interações entre os diferentes atores sociais que contribuem para a existência das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. Assim, tal fenômeno não se pretende exclusivo à feira organizada na Praça XV. Feiras de antiguidades, assim como a maioria dos mercados de rua, não são fatos do passado, e também não estão situados à margem da economia política moderna.

A partir da pesquisa foi possível notar o esforço da administração pública pelo controle dos usos dos espaços urbanos. Não obstante, notamos também que a dinâmica do mercado se revela extremamente capaz de subverter as regras impostas pelo Estado, “fagocitando” lugares como ruas e praças da cidade.

Já na década de 80, feiras e mercados de rua adquiriam destaque na economia mundial. Em princípio, essa forma de comércio sugeria uma forma provisória de enfrentar graves crises econômicas com altos índices de desemprego. No entanto, a proliferação de mercados em lugares públicos passou a se constituir enquanto um fenômeno econômico em escala global e a ser discutido como formas alternativas de trabalho, o que por si só já mereceria uma série de estudos no campo das ciências sociais.

Todavia, não deixa de ser curioso que, enquanto o mercado formal dava fortes sinais de ineficiência e o estado demonstrava toda a sua inoperância para controlar os movimentos de trabalhadores de rua, havia pessoas que, apesar da crise, apenas “sobreviviam”, mas se gabavam orgulhosas de poder pagar suas dívidas e guardar dinheiro através de seus próprios esforços, sem precisar submeter-se a altas taxas de impostos cobrados pelo governo, ou qualquer outro patrão.

Diante de tal fenômeno social, devemos nos perguntar a que se deve a proliferação internacional de mercados de rua. Em que contexto países da América Latina como Brasil, Uruguai, México, Argentina e Paraguai enfrentam fortes crises que atingem suas economias formais? Quais as alternativas e que estratégias buscam para o enfrentamento? Dentre os inúmeros mercados de rua que proliferam nos grandes centros urbanos encontramos a realidade das feiras de antiguidades, dentre as quais

podemos citar algumas das mais conhecidas: Ladra, em Portugal, Santelmo, na Argentina, a feira de Tristán Narvaja, no Uruguai, os “*marchés aux puces*”, na França, os “flea markets” nos Estados Unidos, a Feira de Antiguidades da Praça XV, no Brasil, que é o objeto de estudo da presente dissertação.

Para explicar como a Praça XV de Novembro teve seu cenário transformado, passando a ser palco para a montagem de uma feira de final de semana, é preciso voltar no tempo e analisar as contingências que produziram a presente estrutura da feira.

2.1 As Histórias das Feiras na Praça XV

Em 1979, foi fundada a Associação Brasileira de Antiquários (ABA) e no mesmo ano inaugurada a primeira feira de antiguidades do Brasil pelos antiquários do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como “Feira do Alba Mar”. Neste mesmo período, o prefeito Marcos Tamoio instituía a “Feira do Troca”.

Os vendedores mais antigos contam que a “Feira do Troca” esteve concentrada em volta da estátua de Dom João VI, no Largo do Paço Imperial. Naquele tempo, os feirantes se divertiam com a troca de objetos pessoais, numa espécie de escambo.

Ambas as feiras eram realizadas aos sábados nas intermediações da Praça XV de Novembro, por volta, das seis da manhã às duas da tarde. Os feirantes contam que para fazer parte da “Feira do Alba Mar” podiam comprar ou alugar uma barraca, que, nesta época, eram cotadas em dólar americano. A maioria dos expositores que participava desta feira possuía também estabelecimentos comerciais em shoppings e antiquários.

Havia, portanto, duas feiras: a “Feira do Troca” e a “Feira do Alba Mar”. A primeira era administrada por um senhor, que cobrava um valor pelo aluguel das barracas (desde essa época o transporte dos tabuleiros era feito pela Distribuidora de Tabuleiros Guanabara, a DTG, que, segundo relatos dos feirantes, teria ganhado a licitação da prefeitura para fornecer tabuleiros para todas as feiras livres da cidade, inclusive as feiras de alimentos); a segunda era organizada pela Associação Brasileira dos Antiquários, que atualmente coordena a feira de antiguidades na Gávea.

Ao contrário da “Feira do Troca”, a “Feira do Alba Mar” não era popular. Considerada uma feira internacional, a “Feira do Alba Mar” era organizada por uma elite de antiquários – proprietários de estabelecimentos comerciais em shoppings e galerias da cidade. Esta elite comercial estava acostumada a expor suas mercadorias no Shopping Cidade, na Siqueira Campos, também conhecido como Shopping dos Antiquários, e no Cassino Atlântico, ambos localizados no bairro de Copacabana, mas

também em outros locais e bairros como no Casa Shopping, localizado, ainda hoje, na Barra da Tijuca. Além disso, estes comerciantes, por vezes, organizavam e participavam de leilões residenciais ou em salas comerciais, que algum leiloeiro e sua equipe tratavam de providenciar para o evento.

Assim, a “Feira do Alba Mar” era freqüentada por consumidores com alto poder aquisitivo, como por exemplo, pessoas importantes de classes abastadas, que costumavam almoçar no restaurante Alba Mar – que deu nome à feira –, ricos colecionadores, estrangeiros e também por antiquários de diversos lugares do Brasil e do mundo. Enquanto a “Feira do Troca” inicialmente funcionava através da troca de mercadorias por mercadorias. Com o passar dos anos, os expositores da “Feira do Troca” percebendo as vantagens econômicas do mercado de “antiguidades” acabaram por introduzir o dinheiro em suas transações econômicas. A “Feira do Troca” passou a ser freqüentada por todas as camadas da sociedade, principalmente as mais populares, sendo vista por todos como uma feira muito “ecclética” e “democrática”, tanto em termos de público como de mercadorias. Até mesmo os antiquários da “Feira do Alba Mar”, beneficiavam-se das compras na “Feira do Troca”, revendendo alguns de seus produtos na “Feira do Alba Mar”.

A feira, outrora, organizada ao redor do restaurante Alba Mar, pelos antiquários é ainda motivo de orgulho para muitos expositores, que recordam os anos de glória vividos. Nos discursos dos expositores mais antigos, percebemos que esse período é quase sempre referido, pela maioria dos expositores, como a “época de ouro” da Praça XV, porque muitos expositores enriqueciam através de um comércio lucrativo e abriam seus próprios antiquários. Outros preferiam, no entanto, investir em viagens ao exterior, para conhecer outros mercados, fazer contatos e trazer novas mercadorias para o Brasil. Da mesma forma muitas de nossas “antiguidades” também saíram do país para o exterior.

Naquele tempo, como recordam os expositores, os negócios eram sempre vantajosos, mesmo em dias difíceis e de pouco movimento. Assim me disse Lúcia, uma antiga expositora, que participou do início da “Feira do Alba Mar”, ainda no final da década de 70. Ela conta que comprou sua barraca por 15.000,00 dólares com o dinheiro das vendas de suas peças.

Aquilo lá era uma maravilha! A feira estava cheia de pasdecalais [azulejos franceses de séculos passados], prataria, cristais, jóias. Num dia ruim, vendíamos o equivalente a dois mil reais! Isso num dia ruim.

(Lúcia, expositora na feira da Gávea e sócia da ABA).

Contudo, aos poucos, o valor das barracas foi caindo conforme o Centro do Rio de Janeiro ficava cada vez mais desvalorizado. Os feirantes consideraram a possibilidade de vender suas barracas a outros colegas por preços mais acessíveis. Esta era uma forma de não perder o capital investido num comércio que apresentava sinais de decadência. Os antiquários da “Feira do Alba Mar” buscaram expor suas mercadorias na Zona Sul da cidade, área urbana de maior especulação imobiliária, e, por conseguinte mais atraente economicamente.

Os custos para fazer parte da Associação da Brasileira dos Antiquários e, conseqüentemente, da “Feira do Alba Mar”, eram cada vez mais altos. Para associar-se a feira era preciso ser antiquário, o que significava constituir firma e tornar-se pessoa jurídica, o que também representava pagar os impostos e taxas ao fisco (Receita Federal). Entretanto, era permitida a locação das barracas da associação, ao invés da compra. Mas logo que as economias permitiam, o expositor da “Feira do Alba Mar” comprava sua barraca.

Paralelamente, a “Feira do Troca” crescia em números de participantes e barracas alugadas. Os que não tinham dinheiro para alugar ou comprar barraca na “Feira do Alba Mar” e que não possuíam título de antiquário, se uniram aos feirantes do ‘Troca’, passando a concorrer com os antiquários da “Feira do Alba Mar”. Ao longo do tempo, as barracas da “Feira do Alba Mar” ficaram desvalorizadas. Dizem os expositores que o fato se deve ao descaso do Estado, principalmente com o Centro da Cidade. Como Marinho, o atual presidente da ABA, que atribui a decadência da “Feira do Alba Mar” ao descaso da prefeitura.

A Praça XV foi transformada em estacionamento para deputado, funcionário público que vinha para o Centro da cidade. Deformaram tudo. Antes tinha jardim, flores. Ficou um lixo. Ninguém mais queria colocar peças caras num lugar tão feio e mal cuidado. Cabia a prefeitura restaurar isso. Então, começou a não dar dinheiro e tivemos que nos mudar.

(Marinho presidente da ABA e lojista no Shopping dos Antiquários).

De fato, não havia segurança e faltava limpeza pública. Mais tarde foi construído um estacionamento ao lado de onde estava localizada a feira. Além disso, tiveram início as obras do mergulhão. O local tornou-se um canteiro de obras pouco atraente ao comércio e ao turismo local. As mercadorias ficaram cada vez mais desvalorizadas, porque, segundo os expositores, já não restavam muitas “antiguidades”, os estrangeiros as teriam levado para seus países de origem.

Com tantas mudanças, a “Feira do Alba Mar” já não era mais a mesma. Sua administração havia mudado e os antiquários encaminharam-se para outro lugar para comercializar suas mercadorias. Neste sentido, os expositores começaram a relativizar o que entendiam por “antiguidade” e a empregar o termo de acordo com o contexto que, aos poucos, se estruturava.

Grosso modo, os expositores compreendiam que uma “antiguidade” representava um objeto antigo e raro, isto é, com mais de “cem anos de existência”, e que caso houvesse objeto semelhante, admitiam apenas alguns poucos exemplares. Mas como a demanda por “antiguidades” era cada vez maior, foi necessário criar novas estratégias para (re-)produzi-las, colocando-as em circulação em um mercado específico.

Como as mercadorias dos antiquários sofriam com a desvalorização nos arredores da Praça XV, os membros da ABA resolveram armar suas barracas em uma área mais valorizada da cidade e foram parar na Praça Santos Dumont, no bairro da Gávea. Não era vantajoso para os antiquários da ABA, que seus clientes comprassem direto da concorrente e lucrativa “Feira do Troca”, ou expor suas peças valiosas num ambiente tão hostil, segundo a sua lógica.

Na década de 1980, a “Feira do Alba Mar” chegou ao fim, um ano após de fundada a Associação Brasileira dos Antiquários. A partir de então, passou a existir apenas a “Feira de Antiguidades da Praça XV”.

2.2 Fim da “Feira do Alba Mar” e início da “Feira de Antiguidades da Praça XV”

Quando indagados sobre o término da feira organizada pelos antiquários, os expositores coçam a cabeça, num gesto de incerteza, geralmente apontando outros expositores, que não eles próprios, para esclarecer as razões que levaram ao fim da “Feira do Alba Mar”, numa tentativa de restituir o passado. Os mais novos recorrem aos mais antigos e, assim, pouco a pouco, os expositores vão sendo convidados por seus

colegas a apresentar o testemunho desta história, passando a pergunta adiante, na tentativa de apresentarem uma explicação coesa à pesquisadora:

A feira acabou por causa das obras, teve a obra do mergulhão...com o tempo, parte do local foi sendo transformado em estacionamento.

(Expositor A)

A “Feira do Troca” cresceu tanto que ofuscava a “Feira do Alba Mar”, que tinha um público muito menor.

(Expositor B)

Os antiquários migraram para a Praça Santos Dumont, na Gávea, levando consigo as melhores peças. (Expositor C)

O intenso comércio acabou com as nossas antiguidades, que foram se extinguindo. Agora só tem porcaria, nada aqui tem valor.

(Expositor D)

Alguns expositores deixaram o Alba Mar para fazer parte do Troca. A popularidade desta feira foi um convite para ocupação do espaço público a um custo muito baixo e com a expectativa de boas vendas, um negócio altamente vantajosos do ponto de vista econômico, que atraiu muitos trabalhadores desempregados ou pessoas que desejaram complementar sua renda.

(Expositor E)

Os mais antigos expositores explicam que a “Feira do Troca” foi organizada por um senhor chamado Manoel, que cobrava dos expositores um valor pelo aluguel das barracas. Alguns expositores afirmam que ele dizia trabalhar para um militar. No entanto, ninguém nunca conheceu o “milico” pessoalmente e, muitos se referem à explicação de seu Manoel como se fosse um mito.

De todo modo, é verídico que a “Feira do Troca” funcionou em plena ditadura militar. E durante esse tempo, os feirantes não ousavam questionar a forma de organização, submetendo-se as regras de seu Manoel, que conseguia respaldo do Estado para o funcionamento da feira. Contudo, dentre as dúvidas mais frequentes dos feirantes a respeito da gestão de seu Manoel, surge a pergunta sobre como o organizador empregava o dinheiro arrecadado, já que não havia nenhuma forma de controle por parte dos feirantes.

De qualquer forma, era mais vantajoso economicamente para alguns feirantes aceitar o preço cobrado pelo aluguel das barracas na “Feira do Troca” do que continuar na “Feira do Alba Mar”. O Estado, por sua vez, não tomava partido, e, portanto, nunca

houve uma taxa que se pudesse pagar diretamente à prefeitura, ou qualquer outra instância estadual ou municipal, para ser expositor de feira.

Enquanto seu Manoel cobrava apenas um valor considerado simbólico, os critérios da ABA eram cada vez mais discriminantes e, portanto cada vez menos acessíveis a maioria dos expositores. Em princípio, a associação exigia de seus participantes, como vimos acima, que tivessem a credencial de antiquário reconhecida e que tivessem estabelecimentos comerciais. Além disso, cobrava-se uma taxa de cada um para pertencimento à associação, o que lhes dava o direito de montar sua barraca na feira².

Outro fator determinante para o fim da “Feira do Alba Mar” foi que, com a entrada de novos participantes não muito experientes, a procedência e a qualidade das mercadorias passou a ser questionada pelos membros da associação, que aos poucos foram deixando o espaço. Assim, os expositores da “Feira do Alba Mar”, cada vez mais restrita à classe de antiquários, migraram para o bairro da Gávea, ocupando a Praça Santos Dumont, aos domingos, de 9 às 17 horas, com uma feira que se tornou conhecida como “Feira dos Antiquários”. Por outro lado, os expositores da “Feira do Troca” fizeram uma fusão com expositores que deixaram a Associação, levando ao crescimento tanto do número de feirantes, como também de mercadorias, o que tornou a feira cada vez mais popular. Além disso, os expositores mais bem sucedidos permaneceram nas duas feiras. O “Troca-Troca”, como a chamam os expositores, deixou de existir como uma feira de escambos para receber o título imponente de “Feira de Antiguidades” da Praça XV.

Apesar do tempo suficiente para fincar raízes em lugares específicos da cidade, os mercados que existiram ao redor e na Praça XV, ainda que conservem sua tradição e memória, atestam o quão previsível é a dinâmica migratória das feiras. Não obstante, os expositores mais antigos que acompanharam o processo de fusão entre as duas feiras, descrito até aqui, atrapalham-se sobre datas e acontecimentos e, por vezes, troca-se seus vários nomes, daí a confusão quando se tenta falar de uma única feira.

Para muitos feirantes, o que ocorreu e continua a ocorrer é um desdobramento nesse mercado, uma feira que se dividiu em duas, multiplicando-se numa espécie de *mitose* social para usar uma metáfora biológica, como propõem os Estudos de Ecologia Humana, organizados pelo Prof. Dr. Donald Pierson, da Escola de Chicago. Na visão

² Nota-se que neste caso era responsabilidade do expositor trazer, armar, zelar e guardar sua barraca.

nativa, a feira desdobra-se “vestindo trajes contemporâneos”, embora mantendo sua estrutura inicial, o que poderá ser percebido através do detalhamento atual da organização da Feira da Praça XV e de seus conflitos e divisões e sub-divisões. Eles atentam para o fato de que muitos expositores da época do “Troca” e do “Alba Mar” ainda participarem de ambas as feiras, a da Praça XV e a da Gávea, e que, portanto, “*o pessoal ainda é o mesmo de antes.*”, como diz um feirante. Nota-se ainda a presença de alguns dos expositores na “Feira do Rio Antigo”, que acontece a cada primeiro sábado do mês, na Rua do Lavradio, no bairro da Lapa.

Os expositores mais antigos comentam sobre alguns aspectos da feira durante a administração de seu Manoel. Daquele tempo, final da década de 70, restou para muitos a lembrança do comércio de peças antigas e raras. Época também em que “*se ganhava dinheiro de verdade*”.

Por outro lado, os recém chegados à “Feira de Antiguidades da Praça XV”, que de uma forma ou de outra ouviram falar de seu Manoel, conhecem o fato de que este comerciante foi, por muito tempo, o único representante na mediação entre a DTG, o Estado e os feirantes. De maneira que, seu Manoel, enquanto organizador do evento, costumava gerir o capital recolhido dos expositores para pagar o pessoal da DTG e prestar contas a Prefeitura. A DTG foi e continua a ser, até hoje, a única encarregada do transporte, montagem e desmontagem dos tabuleiros das feiras livres do Rio de Janeiro.

O falecido organizador não prestava contas aos expositores sobre a forma pela qual realizava a redistribuição do capital arrecadado para manutenção e melhoria tanto da feira, como das condições de trabalho dos feirantes como um todo.

Contudo, os expositores mais atuantes nos assuntos políticos e econômicos da feira se recordam de que, após a morte de seu Manoel, e frente às mudanças de governo no Rio de Janeiro, um grupo, do qual o atual organizador fazia parte, foi chamado, à época, pelo subprefeito do Centro, que passou a exigir do grupo de feirantes uma comissão de feira, numa tentativa de regularização da atividade econômica informal realizada em âmbito público.

Nessa ocasião, um dos feirantes apresentou cópia do decreto do prefeito Marcos Tamoio datado de 1976, que autorizava o funcionamento da feira de antiguidades na Praça XV de Novembro, ao redor do Alba Mar.

Apesar de legítimo, o decreto estava desatualizado. Durante a reunião com subprefeito do Centro, Marcos Vinicius, foram ainda prestadas informações referentes ao número de expositores cadastrados e a quantidade de barracas montadas em dia de

feira. As autoridades governamentais estavam interessadas na procedência das mercadorias comercializadas e do lucro dos expositores em suas transações comerciais. Isto é, não houve nenhum escândalo ou denúncia sobre a forma pela qual funcionava a feira, o que pode significar que embora nem todos estivessem satisfeitos com o modo pelo qual os organizadores conduziam a feira, para a maioria dos feirantes era conveniente manter a situação tal como ela se apresentava e dela tiravam vantagens econômicas.

A maior parte dos feirantes que expõem suas mercadorias na feira mantém outros trabalhos nos demais dias da semana, seja formal ou informalmente. Neste sentido, eles argumentam que a feira é um complemento da renda. Por exemplo, um feirante, que é ao mesmo tempo ascensorista de elevador pela manhã, trabalha numa seguradora de tarde até a noite e aos sábados vende na feira.

Em 1996, um pequeno grupo de onze feirantes se apresentou à Subprefeitura do Centro com o intuito de eleger e tornar legítimo um representante que tratasse de seus interesses e organiza-se a feira, tendo a concessão do Estado. Nessa época, foi feito um cadastro de cerca de 200 feirantes com barraca. O organizador da feira procurou o apoio do subprefeito do Centro, Marcos Vinicius, priorizando os expositores mais antigos. Desde então, os expositores cadastrados passaram a exibir orgulhosos seus crachás, através dos quais, ainda hoje é possível identificar aqueles que já participavam da feira desde a época do “Troca” e do “Alba Mar”.



Expositor com o crachá da Feira do Troca
Foto: Pricila Loretti

Contudo, foi dada também aos novatos, que aguardavam numa fila de espera, a oportunidade de ingressar na feira. Consideradas as características de suas mercadorias, segundo a avaliação e critérios do organizador, novos comerciantes aderiram à feira. Atualmente, dos 500 expositores, é cobrada uma quantia de vinte reais para a montagem dos tabuleiros de suas barracas. Durante a pesquisa este valor sofreu alterações. Em 2006, custava oito reais, e em 2009, quinze reais.

Segundo informação da equipe de montagem, o preço cobrado por cada tabuleiro equivale a oito reais, que pressupõe o lucro da DTG. O restante é retido pelo organizador da feira, que é responsável por sua redistribuição. O organizador paga a sua equipe composta por seguranças e cobradores, dentre estes parentes e amigos.

Cabe dizer que todos os dados fornecidos são oriundos de conversas com expositores. Como já dito acima, a fonte deste trabalho não se baseia em dados oficiais, por não existirem, mas na narrativa dos expositores. Informações, datas, procedência de mercadorias, valores não podem ser, portanto, precisados; a não ser segundo consideração do material de campo, que reflete a lógica nativa ou através de novas pesquisas de campo, que os refutem.

Entretanto, para entender a maneira pela qual uma feira é instituída pelo Estado em termos mais ou menos formais e legais, tem-se o exemplo de um decreto fornecido por um expositor, que participa tanto da feira da Praça XV, como da feira da Gávea. O expositor em questão contesta o modo de organização das feiras livres pelo governo do Estado, comparando o funcionamento de feiras tão distintas entre si, mas que mantêm interseções consideráveis.

O decreto apresentado, (Anexo 2: Figura 1) assinado pelo prefeito Luiz Paulo Conde no ano de 1997, é um exemplo de como uma feira é regulamentada pelo estado ³.

Assim, por um lado, na Praça Santos Dumont está localizada a “Feira dos Antiquários”, que sucedeu a “Feira do Alba Mar”, regulamentada com seus 80 expositores e organizada através da ABA. Por outro, no Centro da Cidade, encontra-se a “Feira de Antiguidades da Praça”, contabilizando cerca de 700 barracas e apresentando (di-) visões internas, como veremos a seguir.

³ Durante a pesquisa de campo não foi possível obter qualquer documento oficial que instituísse a “Feira Antiguidades da Praça XV”. No entanto, o organizador afirmou por diversas vezes ter o decreto do Prefeito Luiz Paulo Conde, que a legitimava no cenário urbano.

2.3 Localização da Feira de Antiguidades na Praça XV:

A Praça Quinze de Novembro é um logradouro público, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro, localizada entre o Beco dos Barbeiros, que fica entre as ruas da Quitanda, Primeiro de Março e o centro histórico da Praça Marechal Âncora – onde encontra-se o Museu Histórico Nacional. A avenida principal chamada Avenida Agache, em sua extensão, engloba a Feira da Praça XV, que é cortada por duas ruas: São José e Jacob do Bandolim. O Chafariz do Mestre Valentim, que fica em frente ao prédio da Bolsa de Valores, marca o local onde funcionava o antigo Mercado Municipal considerado um dos símbolos da Praça XV, e onde também existiu o mercado do peixe. A estátua de Dom João VI, presente dos portugueses ao Brasil, está situada no mesmo local onde parte da monarquia portuguesa teria desembarcado, em 1808. No entanto, a principal referência é a Estação das barcas que fazem o trajeto Rio- Niterói. Por sobre a Praça XV encontra-se a Avenida Perimetral que liga a avenida Presidente Vargas ao Aterro do Flamengo e que também dá acesso a Linha Amarela, Linha Vermelha e Niterói. Está sob ela o “Mergulhão”, que é constituído por duas pistas (sentido Zona Norte e Zona Sul), e onde se localizam dois terminais de ônibus, banheiros químicos e escadas rolantes, desativadas, que dão acesso a Praça XV.

Em dias de semana, a Praça XV funciona como qualquer rua de passagem para os cidadãos que trabalham no Centro da Cidade e deslocam-se sentido Niterói-Rio ou Rio-Niterói, que também podem ir e vir de Paquetá. Aos sábados, entretanto, a cenário da Praça XV é transformado, servindo de palco para uma feira de antiguidade que pode ser compreendida por uma extensão de 200 metros – para quem chega pela Rua 1 de Março e caminha até a Rua Jacob do Bandolim pela Av. Agache –, que têm início a partir da primeira pilastra do viaduto, localizada de frente ao chafariz do Mestre Valentim. Seguindo pela Avenida Agache, temos de um lado as principais referências: o prédio da Alerj, situado entre a Praça XV e a Rua São José, o Museu da Marinha, a Rua Jacob do Bandolim e a Biblioteca do Supremo Tribunal de Justiça. Do outro lado do viaduto, está a Estação das Barcas, o antigo mercado, o estacionamento e o restaurante Albamar.

Em frente à Praça XV e debaixo do viaduto – entre a quarta e quinta pilastra (conforme mapa de localização, Anexo 1) –, havia, até poucos meses atrás, uma espécie de “praça de alimentação”, onde vendedores concentravam-se com suas barraquinhas de tapioca, bebidas, além de uma dupla de “baianas de acarajé”, ofertando suas comidas

aos frequentadores da feira. Próximo à Estação das Barcas, esse comércio de vendedores foi recentemente proibido na feira. Apenas vendedores ambulantes circulam entre as barracas, tais como, o “cara do cafezinho”, o “moço da limonada”, a “senhora dos salgadinhos” e o popular feirante, Tio Paulo, que além de ter uma barraca na Praça XV e um traller na feira da Gávea, bastante frequentados, também ficou conhecido por vender sanduíches na feira.



Praça de Alimentação
Foto: Pricila Loretti

As barracas da Feira de Antiquidades são montadas de acordo com a demarcação de seis fileiras (A, B, C, D, E, F) no sentido vertical, que totalizam, cerca de 400 barracas. Na Rua Jacob do Bandolim (sentido horizontal) soma-se uma média de 86 barracas por feira, podendo chegar a 100 o número de barracas montadas nesta área. Neste mesmo sentido, podemos contar seis fileiras de barracas, (A, B, C, D, E, F), distribuídas numa extensão menor, divididos por duas passagem onde não se montam barracas para facilitar o trânsito e a transação dos frequentadores⁴. Aqui o comprimento é menor. Desse ponto observa-se a feira em sua totalidade; percebe-se todo o seu comprimento e dimensão. Dos duzentos metros de comprimento, podemos contar doze colunas que sustentam o viaduto. Há poucos meses atrás, evidenciava-se outro cenário contrastante com a descrição feita até aqui. Ao descer a escada verificávamos a

⁴ Esta passagem é quase sempre ocupada por um aglomerado de homens que revendem relógios de ouro.

presença de vendedores que, sem barracas, ficaram conhecidos por todos aqueles que frequentam a feira pela categoria nativa de “sem terra” ou catadores de lixo. Tal analogia, feita aos trabalhadores rurais “sem terra”, é também identificada nos discursos através do termo “assentamento”, usado pelos feirantes quando se referem aos expositores do “Shopping Chão”, que conseguiram barracas, e portanto foram “assentados” na feira.

Assim, uma fronteira configurava-se entre o subir e o descer desta escada. O sentido das fileiras voltava a ser o mesmo, mas já não havia barracas, as mercadorias eram expostas no chão. Essa parte está cercada de grades, porque centraliza-se entre as duas ruas por onde os veículos entram e saem do mergulhão.

2.4 Montagem e Desmontagem:

Tanto o organizador da feira de antiguidades da Praça XV como todos os expositores que dela participam reconhecem a fronteira simbólica, que os separa do mercado chamado de “Shopping Chão”. A “feira oficial” é compreendida pelo espaço organizado por Rafael e sua equipe, ocupado por uma média de quinhentas barracas por final de semana, montadas a partir da noite de sexta-feira e desmontadas, por volta das quatorze horas do dia seguinte.

Ainda na noite de sexta-feira, a partir das vinte e três horas os montadores de barraca do Departamento de Tabuleiros Guanabara (DTG) chegam à Praça XV, dando início à montagem das barracas. Os expositores chegam pouco a pouco, em torno das seis horas da manhã, uma duração temporal que vai das cinco da manhã até às sete horas da manhã de sábado. A feira possui duas classes de barracas: as barracas fixas e as barracas provisórias. Os expositores com barracas fixas – geralmente os mais antigos –, se dão ao luxo de chegar mais tarde à feira, por volta das 8 horas, quando os primeiros clientes começam a chegar. Alguns clientes chegam no mesmo horário que os expositores, ou até mesmo antes do fim da montagem das barracas. Os vendedores recém chegados à feira aguardam a liberação de barracas provisórias para exposições esporádicas, pretendendo conquistar uma barraca fixa.

Entre 10 e 11 horas da manhã, o público da feira atinge seu ápice. Este é o horário mais movimentado na feira.

Rafael e sua equipe formada por seguranças privados e parentes responsáveis pela cobrança do aluguel das barracas também expõem na feira. Costumam chegar por volta de seis e meia da manhã sábado, para acompanhar a montagem, organizar e

arrumar suas barracas para exibição de produtos e caminhar por entre as barracas alheias para controlar improbidades e proibir a venda de mercadorias ilegais, estão em busca de objetos com valor de troca que possam ser caracterizados e identificados enquanto “antiguidade”, ou outra categoria que se aproxime dessa forma de classificação.

Cabe notar que nem sempre o organizador chega tão cedo à feira. Contudo, pessoas da sua equipe estão sempre presentes desde o início feira, da montagem à desmontagem. Sempre que possível, o organizador acompanha a montagem, passeia por entre todas as barracas ao menos três vezes durante o período em que o evento permanece na Praça XV, observando a exposição em toda sua extensão, atravessando todas as fronteiras simbólicas entre as feiras para perceber a real situação e poder manter o controle.

Diante da diversidade cultural da feira encontramos toda a classe de gente: artistas, ex-donos de antiquários, professores de história, bibliotecários, fiscais de renda, *ex-delegado de polícia*, *ex-presidiário*, médicos, engenheiros, arquitetos, economista, imigrantes africanos, aposentados, baiana de acarajé, taxistas, mendigos, catadores de lixo, moradores de rua. Há também aqueles que sempre viveram da venda de rua e do comércio de “muambas”, pessoas experientes no contrabando de mercadorias, além dos camelôs e dos ambulantes, que se encontram nas intermediações da feira.

A avaliação das mercadorias pode ser também um critério considerado pelo organizador para definir se o feirante tem condição ou não de ter uma barraca fixa. Entretanto, no caso de alguém vir de longe trazendo mercadorias, Rafael conta que sempre dá um jeito de fazer a pessoa expor, mas faz a ressalva para que não retorne na semana seguinte, a pretexto de que nada poderá fazer; orientada a pessoa para aguardar uma oportunidade.

Para evitar que qualquer barraca fique vazia, o organizador pede a confirmação dos expositores durante a semana por telefone. Aos que não estarão presentes, ele pede para que liguem desmarcando, desse modo há tempo para convocar aqueles que aguardam na fila de espera. Contudo, se um expositor novato e com barraca provisória não pode faltar por mais de três vezes consecutivas, sob a pena de perder seu lugar na feira, os mais antigos podem passar longos períodos sem aparecer na feira e voltar quando bem entendem, basta que comuniquem com antecedência ao organizador.

Para pertencer à feira, é preciso apresentar mercadorias, que segundo o organizador sejam identificadas pelo público em geral, como parte de algumas das

seguintes categorias: “antiguidade”, “objetos antigos” e “usados”, “objetos de colecionismo”, “arte” e “decoreção”, “objetos de segunda-mão”, além dos “briq-à-bracs” “quinquilharias”, “objetos etnográficos” e “curiosidades”. O critério de avaliação do organizador sobre o que considera ser uma “antiguidade” é crucial para que um expositor possa ter definida a sua posição na Feira da Praça XV. O organizador explica que as “antiguidades” sempre foram o “carro chefe” deste mercado, mas que, atualmente, disputam espaço com outras categorias de objetos:

No final dos anos 70, quando ainda funcionava a Feira do Alba Mar, organizada pela ABA, vendíamos apenas antiguidades. Eram peças antigas com no mínimo cem anos.

(Rafael Barbeito, organizador da Feira de Antiguidades da Praça XV)

Os comerciantes mais antigos recordam que na época da “Feira do Troca” havia poucos expositores e que eram raras as pessoas que sabiam lidar com esse tipo de negócio, que muitos compradores vinham de fora do país em busca das nossas “antiguidades”, e que muitas pessoas enriqueceram neste período. Nesse sentido, o acesso as informações sobre os valores dos objetos vendidos era ainda mais difícil. Hoje, diversos sites da internet especializados “antiguidade” são pesquisados pela maioria dos frequentadores da feira. Assim como os leilões, a internet é apontada como um instrumento muito eficaz na busca por informação nesse tipo de mercado. Mas, o tempo e as mercadorias mudaram na visão dos expositores mais antigos.

Para Rafael, o Rio de Janeiro era visto como um grande “celeiro de antiguidades” onde havia os móveis de jacarandá que levaram para a Europa; os móveis de Joaquim Ferreira – conhecido designer –, que foram levados para os Estados Unidos; as pratarias; os cristais; as louças portuguesas e os azulejos estrangeiros. Ainda, segundo o organizador, se compararmos os preços das mercadorias no Brasil com as comercializadas no exterior, as encontradas na Feira de antiguidade da Praça XV são vistas como sendo as mais baratas do mundo. O padrão de sua comparação e de onde o organizador adquire parte de sua erudição são os catálogos das duas empresas dominantes no mercado de antiguidades: “*Cristie’s*” e “*Sotheby’s*”. Mas não só; também nos leilões que acontecem dentro e fora do país sobre os quais ele tem notícias. A proporção é a de que a mesma mercadoria que seja vendida aqui a dez reais, por

exemplo, lá fora seja re-vendida a cem reais. Rafael afirma que no Brasil faltam tanto o dinheiro como informação.

Embora, as “antiguidades” sejam apontadas como atração principal da feira, elas não são predominantes, segundo a percepção tanto dos expositores, quanto de clientes. Muitos consideram a falta de segurança o motivo principal do desaparecimento dos objetos raros, com valor de antiguidade. A insegurança é, portanto, um fator inibidor à exposição dos objetos de valor na feira da Praça XV e, conseqüentemente uma explicação sobre o fato de que as “antiguidades” se apresentem cada vez mais escassas nesse mercado.

Dentre as razões apresentadas pelos comerciantes está o fato de que se trazem objetos muito de valor, correm o risco de não vendê-los, já que os demais expositores só trazem “quinquilharias” e competem vendendo por um preço baixo. Os clientes, por sua vez, vão à feira em busca de bons negócios, por ser esse um espaço de informalidade, e um lugar propício a barganha. “As pessoas que vem à feira querem comprar barato”, segundo um frequentador.

Assim, as “antiguidades” mesmo, aparecem muitas vezes como uma falácia de todos, mas que na verdade não existem ou sobre as quais, nem sempre se pode ter certeza de que assim possam ser realmente classificadas. Outra explicação dos expositores e clientes é a de que a feira é um lugar para encontros de *sociabilidade*, onde são formadas *redes de interação social*, e que a venda das “antiguidades” aconteça realmente em outras esfera.

Os feirantes costumam vender suas mercadorias aos antiquários, que em seus estabelecimentos comerciais encarecem os produtos, atribuindo-lhes o título de “antiguidades”. Nos antiquários os objetos adquirem esse estatuto, que muito raramente será contestado, visto que o antiquário é reconhecido como um *expert*, um perito, isto é, aquele que é capaz de reconhecer o valor do objetos. Cabe a indagar se reconhecer ou conferir?

Contudo, isso não invalida a classificação pela qual é qualificada a feira, reconhecida nacional e internacionalmente. Seja como for, “antiguidade” ou não, é possível levar para casa, como nos conta o organizador, “um par de sapatos usados que o freguês já sai usando, uma camiseta assinada por algum jogador de futebol famoso, um aparelho de louças japonesas, uma tábua de prata portuguesa javali do século XIX

para colocar pratos, um tapete persa ou para servir um chá em grande estilo, um samovar.”⁵

Na visão de Rafael, a feira é uma só: aquela que ele organiza. Neste sentido, apenas expositores que têm barraca fixa fazem parte da feira do Rafael, os que não têm barracas aguardam numa fila de espera sua convocação. E os “sem barraca” fazem parte de uma outra feira.

Atualmente a “feira do Rafael” reúne cerca de quinhentas barracas de expositores e concorre com a feira do Paulo, responsável pela organização do “Shopping Chão” e, que mantém a feira dos “Sem barraca”, e segue com um esquema paralelo ao do organizador Rafael. No entanto, o número de barracas e expositores é inferior ao da Feira de Rafael. Assim como Rafael, que além da feira na praça XV, organiza também a Feira do Passeio Público, voltada especificamente para colecionadores de selos e moedas, o organizador Paulo é responsável pela organização de outra feira livre na Glória, que acontece aos domingos.

Para além da Feira da Praça XV e numa relação *simbiótica* para com ela, como podemos notar, existem pelo menos dois nichos: o dos “antiquários” e “catadores”, ambos trabalham na seleção de objetos que possivelmente venham a adquirir ou ter reconhecido um valor no mercado de antiguidades.

Todos esses percursos estão intimamente relacionados ao ambiente da “Feira de Antiguidades da Praça XV”, sendo conhecidos por todos aqueles que a frequentam, seja como freguês, expositor ou colecionador. Além disso, todos os tipos urbanos encontrados nos dias da feira relacionam-se entre si em outras esferas, desde o caso dos estabelecimentos privados – onde ocorre o comércio de objetos antigos e raros –, conhecidos como “antiquários”, até as latas de lixo da cidade.

O organizador da feira tem sob controle a maioria dos expositores, cerca de 500 barracas armadas de acordo com um sistema que as organiza segundo a referência de fileiras sob colunas do viaduto.

⁵ O **samovar** é um utensílio culinário de origem russa, muito utilizado e apreciado pelos czares, e usado para servir chá. Nos dias atuais é muito utilizado pelos hotéis e empresas de *catering*, e para todo o tipo de eventos com bebidas quentes, tais como *coffee breaks*, bufês de pequeno almoço, coquetéis. Pode substituir a garrafa térmica, com café, chá, chocolate, leite e todo o tipo de bebidas quentes. Apresenta-se mais ou menos estilizados. Podem ser fabricados em prata, latão, com ou sem ornamentos, mas os de uso profissional têm linhas mais simples.

Uma taxa pelo uso do solo, espaço público que ocupa cada tabuleiro em dia de feira, é cobrada por uma equipe liderada pelo organizador. A equipe é composta por parentes do organizador, amigos e seguranças privados, chamados pelo organizador de “*colaboradores*”. Para o transporte, montagem e desmontagem, Rafael conta com os serviços da Distribuidora de Tabuleiros Guanabara (DTG). A equipe do organizador é responsável por todo acompanhamento, desde a montagem das barracas em colunas e fileiras, passando por posições ocupadas pelos expositores na feira, até a cobrança pela locação das barracas. Neste particular, nota-se uma espécie de ordem, presente em qualquer mercado; que está de acordo com os ditames econômicos acerca da lógica da concorrência: objetos ou conjunto de objetos semelhantes encontram-se lado a lado.

O organizador busca manter próximas mercadorias semelhantes tais como: barracas de roupa, bolsas e sapatos; brinquedos ao lado de brinquedos, coleções variadas, como por exemplos, produtos da Coca-Cola, de diferentes épocas próximos `a outras coleções como a de selos e moedas; discos de vinil e instrumentos musicais; livros e revistas antigas; fotografias e cartões postais; Máquina fotográficas analógicas e máquinas de escrever; quadros e gravuras, jóias e bijuterias, objetos etnográficos e curiosidades – como as máscaras africanas. Utensílios domésticos antigos: porcelana, cristais, pratarias, mobília antiga, fogão, geladeira, penteadeira; Vidros de perfume antigos, escova de cabelo, perucas, aparelho de barbear. Contudo, são poucos os expositores que se atém a um só tipo de produto, o comum é que numa mesma barraca sejam encontrados objetos de tipos bastante diversos.

Além de garantir um local fixo para cada expositor, a equipe é responsável pela contagem das barracas ocupadas e cobrança do aluguel das barracas por feira; mas não só, respondem ainda pela organização, pagamento do pessoal da segurança e da transportadora, que é também a encarregada da desmontagem das barracas da feira.

Quando necessário, o organizador da feira recorre as suas relações com funcionários da prefeitura e subprefeitura do Centro. O acesso a pessoas que ocupam cargos importantes na administração pública e que simpatizam com a feira acaba contribuindo para sua existência e legitimação no cenário cultural da cidade. No entanto, mudanças de governo, muitas vezes, podem representar mudanças e rupturas na política local.

Como no tempo de seu Manoel, quando questionados a respeito da organização da feira, alguns expositores ficam reticentes ou com um olhar vago, e geralmente, indicam que se busque as respostas a partir do próprio organizador da feira. O fato da

maioria dos feirantes não se sentir à vontade para expor sua opinião sobre a organização da feira caracteriza a falta de um debate dos interesses do grupo e a comunicação fica a mercê da informalidade da feira. Os assuntos são tratados em plena Praça XV e circulam de barraca em barraca através de *rumores* ou *fofoca*. Os próprios clientes se encarregam de transmitir as novidades aos expositores. Eles passam a diante as informações que ouvem, eles falam sobre os objetos que lhes chamam atenção, eles conversam com os expositores.

Ao comparar a opinião dos feirantes sobre a feira organizada por Rafael e a organizada por Paulo, identificamos que mesmo diante da insatisfação da maioria dos expositores em relação ao modo desrespeitoso pelo qual são tratados por Paulo constatamos que os feirantes do antigo “shopping chão”, que permaneceram na mesma área, mas só que agora com barraca, não tardaram a entender que era preciso escolher e também ser escolhido por uma das duas lideranças se quisessem continuar com a prática do comércio de rua.

Portanto, os feirantes se adaptam as regras dos organizadores, que lutam por manter a estrutura da feira. Apesar de não haver um diálogo direto entre poder público e feirantes, é através da *mediação* estabelecida entre o organizador e órgãos públicos, que os feirantes continuam a “fazer a feira” aos sábados. Assim, configura-se uma relação de *co-optação* entre feirantes e organizadores.

O organizador como vimos, apesar de não “trabalhar na prefeitura”, afirmou uma vez “trabalhar para a Prefeitura”, e também se disse “colaborador” ao invés organizador da feira.

Por outro lado, Paulo organizou a Associação dos Amigos da Praça XV através da qual busca como Rafael, alianças políticas que garantam a tolerância do governo para que possa continuar a ocupar a área urbana em que “montou sua feira”, agora com barracas.

2.5 De objeto a Mercadoria: a produção de “antiguidades” no mercado da Praça XV.

A “Feira de Antiguidades da Praça XV” não é apenas um lugar de mercado aparentemente desorganizado e caótico, onde são comercializadas mercadorias de procedência duvidosa; é, sobretudo, um espaço privilegiado de interações sociais e troca de informações – embora, nem sempre confiáveis –, e, portanto um espaço de construção de valores, identidades e de sociabilidade. É um sistema distintivo de trocas

sociais, que não só diz respeito ao consumo de “antiguidades”, como também à sua produção.

A atmosfera de caos no qual esse tipo de mercado está aparentemente mergulhado não é obra do acaso. A aparente anarquia é, contudo, parte de um sistema coerente, composto exatamente por todos aqueles elementos que parecem destoar entre si. Como alertou Appadurai não se pode perder de vista que estes “cenários são propensos a encorajar o fluxo de mercadorias.” (APPADURAI: 2008: p. 29). Logo relações entre os participantes que envolva algum tipo de troca, econômica ou simbólica.

O campo desta pesquisa faz com que, num primeiro momento, o pesquisador se depare com uma grande oferta de objetos. Diante da diversidade encontrada, destaco que o gênero de maior *status* social dentre a tautologia dos objetos, segundo as pessoas que frequentam à feira seriam as “antiguidades”. No entanto, a essa classificação estão derivadas um conjunto de classificações, que permite aos participantes desse tipo de mercado ter um extenso vocabulário como forma de se referirem aos objetos em oferta. Como por exemplo, os seguintes predicativos que qualificam os objetos da feira: “antigos”, “raros”, “originais”, “autênticos”, “de segunda-mão”, “usados”, “semi-novo”, “de arte”, “históricos”, “de coleção”, “curiosidades”, “cacarecos”, “quinquilharias”, “bugingangas”, “falsificados”, “fakes”, “imitações”, e até mesmo “lixo”, dentre outras classificações possíveis de acordo com os critérios de julgamento de cada grupo social.

Tais objetos são feitos de diferentes materiais, tais como porcelana, prata, madeira, vidro, plástico, papel (caso das gravuras, cartões postais, selos e fotografias antigas, para citar apenas alguns exemplos), ferro, cobre, cristal; em geral, quase todos os artigos são industrializados, raros são os objetos artesanais.

O comércio *alternativo* verificado na Feira da Praça XV aos sábados, é um lugar marcado pela heterogeneidade de objetos e pessoas, onde valores e os preços são constantemente relativizados e, portanto, variáveis se comparados aos preços de produtos de um *mercado formal*. Geralmente na feira o preço das mercadorias é passível de barganha; mas são barganhas altamente reveladoras dos valores atribuídos às mercadorias, já que um objeto pode ser vendido por quase pelo preço de 20% do seu valor inicial, ou seja, com mais de 50% de desconto. Um livro que custava R\$ 50,00 às 10 horas da manhã foi vendido à R\$ 10,00 reais na parte da tarde, por volta das 14h30min, quando a feira estava sendo desmontada, isto é, com 80% de desconto. No final da feira, o cliente poderia levar 5 livros pelo preço de 1, porque o vendedor não queria voltar com o peso para casa. Contudo, essa situação se passou entre um cliente e

um expositor do Shopping Chão. Assim, a variação de preços pode ocorrer num mesmo dia. De manhã, um preço, à tarde outro. Diferenças de temporalidades que são capazes de determinar valores e preços das mercadorias.

A lição da barganha continua quando se trata de comprar por “lote”, visto que, por princípio, comprar uma quantidade ao invés de uma unidade é sempre mais vantajoso, tanto do ponto de vista do colecionador, com do comerciante. Por exemplo, no caso das moedas antigas, em que o cliente identifica uma cédula com alta cotação no mercado formal. Contudo, o expositor desconhece a maioria das moedas que vende, ou então, não repara no erro de cunhagem de uma moeda específica. O cliente “monta um lote”, isto é, junta moedas de vários tipos e valores variados e pergunta o preço total, o comerciante faz sua proposta, o cliente anuncia a contrapartida. O expositor aceita. Está feito o negócio. Uma só moeda “paga” todo o “lote” e o cliente sai muito satisfeito, porque, na verdade, não gastou um centavo da moeda corrente comprando moedas antigas, que ele pode revender numa loja de numismática ou somar a sua coleção.

O contrário também pode acontecer. O expositor pode vender a um preço exorbitante uma ou mais moedas a um cliente, que coleciona moedas de diferentes nacionalidades, sem se importar com o ano da cunhagem ou valor histórico, desconhecendo também o seu valor mercantil. Nesse caso, o comerciante explora o desejo e a ignorância do colecionador, o que não tem a ver, necessariamente, com o valor da coisa em si, ou ainda no mercado.

Como nesse mercado tanto o valor (valor de uso e valor de troca) quanto origem das mercadorias são de difícil averiguação entre os atores, eles operam – quase sempre –, com a lógica da barganha.

Assim, a análise das trocas econômicas na “Feira de Antiguidades da Praça XV” estaria marcada por uma racionalidade específica, em que objetos que não são valorizados no mercado formal passam a ser valorizados; mas também objetos que podem valer são desvalorizados. Portanto, é um lugar onde o preço não é fixo. O reflexo do que acabo de afirmar é a falta de clareza e a incerteza dos atores, na maioria das vezes, sobre a origem e o valor das coisas, o que dificulta a confirmação sobre a veracidade da informação.

Como vimos, grande parte dos objetos encontrados na “Feira de Antiguidades da Praça XV” são bens provenientes de heranças. Em muitos casos, os bens de espólios que não interessam diretamente aos herdeiros são descartados, postos à venda, leiloados. Geralmente, os objetos descartados são encontrados no lixo ou nas portarias

de edifícios, onde são negociadas diretamente entre porteiros e catadores urbanos, também conhecidos por “garimpeiros”, que os revendem aos feirantes e donos de estabelecimentos comerciais que lidam com o mercado de coisas de segunda mão. Em alguns casos, o próprio catador pode ser um feirante. Tais objetos quase sempre são vendidos às pressas e sem muito critério pelo possuidor, que em muitos casos desconhece o valor do objeto no mercado, ou não se interessa em esperar pelos compradores ideais – como fazem aqueles que possuem tempo e conhecimento suficiente –, vendendo a mercadoria nas primeiras ofertas.

Se, por exemplo, um catador encontra no lixo um objeto, ele imagina um valor e um preço. Embora raramente se tenha certeza do valor mínimo e máximo a ser alcançado no mercado, o catador sempre sai no lucro, porque sua intenção é valorizar o objeto encontrado transformando-o em mercadorias, isto é, pretende trocá-lo por dinheiro.

É no contexto da feira e durante as trocas, principalmente nas situações de barganha, que o catador fará sua primeira tentativa de descoberta do valor econômico do objeto encontrado, buscando levantar, minimamente, informações acerca do produto que comercializa.

Entretanto, na maioria dos casos, ocorre uma disputa por informações e conhecimentos acerca das coisas que se pretendem realocar no mercado. A chance de o catador ter acesso a informações sobre um objeto encontrado no lixo é menor do que a de um feirante que venha a comprar o mesmo objeto do catador para vender a um colecionador. Não porque o “catador”, necessariamente, por sua condição social, saiba menos que o expositor da feira, mas porque a sua posição na cadeia econômica de produção de valores encontra-se abaixo da posição ocupada por um expositor de feira. Assim como os antiquários que vendem objetos comprados dos feirantes por um preço acima do que o expositor costuma cobrar de seus clientes. Assim, valores e preços são variáveis de acordo com o mercado em que é feita a oferta.

Acontece que os consumidores dos produtos do “Shopping Chão” intencionavam sempre comprar mais barato do que em qualquer outro lugar de mercado – seja na feira dos expositores cadastrados com barracas, seja em antiquários, seja nos leilões. Como em qualquer mercado, a demanda regula o valor da oferta. A procura dos objetos vendidos na feira da Praça XV e no “Shopping Chão” regula também os preços de acordo com a hierarquia de produção das “antiguidades”.

Se considerarmos a demanda e concorrência por informações entre os atores econômicos como antiquários, leiloeiros, colecionadores, feirantes e catadores, nós observaremos que cada um está em busca da *expertise* e conhecimento do objeto, através de pesquisas, avaliações, consultas a especialistas, perícias para determinar valores de mercado. Contudo, a própria busca dos atores sociais consiste na produção de valores para o objeto. A justificativa é que, apesar da divergência entre conhecimentos e falta de informações, todos visam valorizar o objeto encontrado, ou seja, todos estão buscando integrar o objeto enquanto produto na feira ou em outros mercados relacionados, engendrando necessidades, isto é, criando demandas para suas ofertas. O objeto só é inserido como mercadoria na feira quando entre os atores econômicos passa a haver o reconhecimento sobre os possíveis valores da mercadoria. Caso contrário, o objeto continua a fazer parte do “Shopping Chão”, que, por sua vez, não deixa de ser, potencialmente, um mercado. Os objetos concentram-se, deste modo, nas mãos dos catadores, que lutam pela valorização de seus produtos e de seu trabalho. Quando percebe que o objeto encontrado não tem valor de mercado, o catador o abandona ou repassa a outros catadores. Às vezes, os objetos voltam para o lixo. Contudo, eles acreditam que tudo que encontram possa ser reaproveitado, e ainda em suas palavras, “reciclados culturalmente”.

Da feira, portanto, fazem parte, sobretudo, objetos rejeitados por seus possuidores, que pretendem regressar ao estado mercantil, de acordo com o sistema de classificação engendrado pelos participantes. Muitos deles são provenientes de heranças sem sentido para o herdeiro.

Nas páginas de “Ensaio sobre a dádiva”, Marcel Mauss aponta para a incoerência do nosso direito, questionando o fato de que um sobrinho-neto herde, por exemplo, o espartilho de sua falecida avó, pois que sentido ou utilidade teria esse bem ao seu herdeiro. A alternativa é quase sempre converter o bem em mercadoria e em dinheiro.

Na feira, é bastante comum ouvir histórias sobre colecionadores que não tinham herdeiros – ou ainda, parentes de colecionadores, que herdaram coleções, mas que não sabiam o que fazer com elas –, confiando seus estimados objetos aos comerciantes, que saberiam onde e a quem vender. A distribuição desse tipo de mercadoria na feira pretende dar continuidade a carreira dos objetos de coleção. Essa é ainda, segunda a crença dos colecionadores de “manter-se vivo através de sua coleção”.

No caso da feira, objetos que pertenciam a pessoas que já morreram, por exemplo, continuam a vagar em busca de uma classificação, através de um possuidor, que a identifique segundo sua origem e valor. Tais como álbuns de fotografias antigas, que acabaram no lixo, e seguiram do lixo para a feira. Contudo, há quem goste de imaginar histórias para essas imagens.

De acordo com o discurso de alguns expositores e colecionadores, os objetos encontrados na Praça XV representam um passado que estava se perdendo, e, como num esforço individual, mas também coletivo, a feira pretende recuperar usos, tradições, histórias, memória através de uma sociabilidade singular. Neste sentido, encontramos dentre os objetos expostos, uma série de objetos memoráveis, para os quais ainda não foram criados *complexos exibicionários* como museus. Verdadeiros fetiches entre colecionadores, que compartilham da troca de informações sobre coisas que por algum motivo marcaram época, as *memorabilias* são freqüentemente expostas e comercializadas na feira. Como por exemplo, o caso do brinquedo LEGO, que teve sua versão antiga transformada em objeto de coleção entre adultos⁶.

Vale dizer que as peças do sistema LEGO não são exatamente mercadorias, mas assumem o papel preponderante na formação e identificação de grupos interessados especificamente por uma classe de objetos.

Parte dos colecionadores cultiva a idéia da criação de museus para guardar e exhibir peças de suas coleções. Este é o caso do colecionador de brinquedos R., que tem uma barraca na feira, mas afirma não ser um vendedor, mas um colecionador.

Não sou exatamente um comerciante, sou colecionador. Estou aqui para identificar outros colecionadores como eu e poder comprar os brinquedos que interessam à minha coleção. Raramente vendo alguma coisa desta barraca.

(Roberto 40 anos, expositor de brinquedos na Feira da Praça XV)

Assim, o expositor não se considera um comerciante. Apesar de feirante, seu interesse está em aumentar sua coleção através da sociabilidade propiciada no espaço da

⁶ “O sistema **LEGO** é um brinquedo cujo conceito se baseia em partes que se encaixam permitindo inúmeras combinações. Criado pelo dinamarquês Ole Kirk Christiansen, é fabricado em escala industrial em plástico injetado desde meados da década de 1950, popularizando-se em todo o mundo desde então”. <http://pt.wikipedia.org/wiki/LEGO>

feira dedicado às *memorabilias*. Roberto tem um “blog”, na internet, sobre brinquedos e pretende fundar o Museu dos Brinquedos junto a outros colecionadores.

Os expositores sejam colecionadores, sejam vendedores, clientes, antiquários, são considerados “garimpeiros”, pois concorrem na busca incessante por objetos de valor. O valor dos objetos pode ser identificado, muitas vezes, a partir das narrativas sobre a *trajetória* dos objetos. No entanto, os valores, atribuídos aos objetos pelos diferentes atores sociais só podem ser discriminados, quando identificada a (re-) produção de hierarquias classificatórias de acordo com o saber nativo, isto é, quando comparamos discursos compartilhados pelos atores sociais.

Na maioria das vezes, o vendedor exalta as propriedades do objeto em si, referindo-se ao seu estado de conservação, e não revela como ou onde o conseguiu, e muito menos quanto pagou por ele. Categorias como “objetos de arte” e “coleccionismo” também se inserem no âmbito da feira, sendo muitas vezes associados à categoria “antiguidade”. Enquanto certos objetos assumem o *status* de “antiguidade”; outros, por oposição são considerados “sucata”, “ferro velho” “tralha”, “tranqueira”, “quinquilharia”, “lixo”, “badulaques”, “bunginganga”. Em certa ocasião, o organizador da feira referiu-se as mercadorias de baixo valor, identificadas por outros comerciantes como “quinquilharias”, tal como as estatuetas de bronze, por meio termo francês “bric-à-brac”, buscando conferir um estatuto mais digno as coisas que não fossem “antiguidades”, e que geralmente podem ser encontradas em mercados de rua.

A perda da funcionalidade, por sua vez, pode, em alguns casos, condenar o objeto, destituindo-o de seu uso e valor originário. Neste sentido, ao objeto são conferidos outros usos; caso em que sua condição estética e decorativa é enfatizada, ao invés de sua funcionalidade. Esse é o caso da máquina de escrever e de outros objetos considerados de “objeto de época”, que geralmente em cenografias de novela, teatro, filme etc.; podem ainda ser utilizados na decoração de ambientes domésticos e/ou estabelecimentos comerciais.

Assim, para entender as motivações dos agentes na realização da troca de objetos – de segunda-mão, pessoais, herdados, produto de revenda, arrematados em leilões, feiras, é preciso familiarizar-se com as identidades dos atores e os interesses expressos em suas ações através da observação direta.

Seja como for, todas as categorias servem para qualificar ou desqualificar, valorizar e desvalorizar as “coisas” dentro de um sistema classificatório produzido coletivamente pelos atores em suas interações cotidianas, ora em referência às suas

mercadorias, ora às mercadorias de outrem. Entretanto, poderíamos simplesmente afirmar que as classificações dos agentes seguidas das trocas econômicas são capazes de constituir ou destituir o valor dos objetos, bem como definir a sua posição social dentro uma hierarquia de valores? Ou seriam os próprios objetos detentores de seu valor e marcadores simbólicos das relações? Neste particular cabe perguntar etnograficamente quem estaria de fato, e sob quais condições, autorizado a valorizar e a definir o estatuto de um objeto? Em que medida o valor do objeto em si pode contribuir para o julgamento dos atores e a política de valores, que é também uma política de conhecimento e (re-)conhecimento?

CAPÍTULO III

DO LIXO AO LUXO: DA VALORIZAÇÃO DE OBJETOS E DESVALORIZAÇÃO DE PESSOAS

Para se ter uma barraca (fixa ou provisória) na Feira de Antiguidades da Praça XV, é preciso que o expositor apresente ao organizador uma lista de objetos relacionados ao comércio de “antiguidades”. Dentre os objetos admitidos pelo organizador estão fundamentalmente objetos de bronze, cristal, prata, porcelana, vidro, metais, quase todos antigos e que pararam de ser produzidos. A maioria deles aproxima-se daquilo que o organizador da feira entende por “antiguidade”. Ou seja, a maior parte dos expositores com barracas possuem objetos antigos, pessoais ou não, que pretendem ser identificados como “antiguidades” ou através de alguma forma de classificação que se aproxime dessa categoria.

Em certa medida esses objetos não teriam mais a chance de serem tão facilmente encontrados ou reproduzidos por se encontrar fora dos padrões atuais de produção. Entretanto, exatamente por essa particularidade – produtos industriais fabricados em épocas específicas –, são novamente valorizados e recolocados no mercado⁷. Na maioria das vezes, os comerciantes pretendem que seus objetos sejam identificados como objetos de “coleção” ou de “arte”, ainda que sejam encontrados em logradouro público e não em antiquários, galerias de arte e museus da cidade.

Além disso, é fundamental, tanto para os expositores como para seus clientes, um (re-) conhecimento mínimo sobre a *trajetória* de vida do objeto. São principalmente as narrativas destes comerciantes, capazes de capturar ou não a atenção do comprador, que contribui para evocar uma espécie de magia ou *fetichismo* da mercadoria⁸. Para Marx, as mercadorias são figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os homens; tão logo, um produto do trabalho humano se transforme em mercadoria assume uma condição fantasmagórica para os homens. (C.F.Marx:1988:70).

⁷ Segundo Kopytoff (1986), na carreira dos objetos essa corresponderia à fase “mercadoria”.

⁸ LALANDE, André. “Vocabulaire, technique et critique de la philosophie”. Sobre *fetichismo* – o termo “*fetichismo* vem de *factitius*, e quer dizer, primeiramente, objeto fabricado pelas mãos de um homem. *Feitiço*, em português é empregado como adjetivo (artificial, falso, fabricado, não natural) e ainda como substantivo (sortilégio, magia). pp348 (Livre tradução para o português).

ANTENOR, Nascentes. Dicionário de Sinônimos. (pp.141): Sortilégio, que etimologicamente significa profecia em que se lia a sorte, passou a ser um artifício que deixa alguém submisso a uma potência mágica.

A relação entre o ato de guardar, conservar e colecionar, geralmente, é o que atribui valor aos objetos expostos na feira. Contudo numa relação direta com esses objetos estão aqueles que vão parar no lixo e, que por algum critério de avaliação são admitidos no mercado da Praça XV.

Tanto o critério do *status* social dos expositores como o de seus clientes contribuem para a valorização das mercadorias e aumenta sua legitimidade e prestígio. Tal *status* confere legitimidade e confiança entre as duas partes envolvidas na transação comercial: expositor ou feirante e seu cliente. Enquanto o conhecimento mútuo acerca da mercadoria é a garantia de que a troca possui um caráter de equivalência.

Para uma exposição dos dados etnográficos, passaremos à organização social da feira Praça XV a partir da descrição do processo de montagem, considerando também a variação do número de barracas observada nos últimos meses desta pesquisa.

Durante o trabalho de campo, procurei saber a respeito das ocupações dos expositores dentro e fora da feira; acompanhar o percurso de alguns deles, pelos diferentes cenários urbanos, como são reconhecidos e julgados a partir de suas mercadorias e, por fim, a relação entre a carreira do vendedor e objetos. Neste sentido, apresento os dados mais relevantes da pesquisa de campo. Adiante, no terceiro capítulo, poderão ser encontrados apontamentos e reflexões acerca do material etnográfico.

Sobre a motivação dos atores sociais para expor ou comprar na feira, adianto que duas categorias foram mencionadas em conversas realizadas nos últimos dois meses: a “necessidade econômica” e a possibilidade de “socializar”.

É possível esboçar, em parte, a divisão social e algumas subdivisões existentes entre os expositores da Feira da Praça XV. Fato é que, desde o primeiro ano de pesquisa (2006) já era possível observar o aumento, dentre os expositores, da população moradora de rua e do comércio ambulante, que comercializa objetos, geralmente encontrados nos lixos da zona sul da cidade. Em alguns casos, os objetos eram provenientes de doações, e em outros casos notei a oferta de objetos pessoais do vendedor. Os feirantes “sem barracas”, longe de terem suas mercadorias reconhecidas como “antiguidades”, tinham um papel crucial na relação com expositores “com barracas”, que foram unânimes em suas afirmações sobre o fato de que, “com paciência e sorte”, era possível encontrar algum objeto de valor no meio de um monte de “lixo”. Em seus discursos, os vendedores “sem barraca” deixam manifestado o seu interesse por “assentamento”; ou seja, eles reivindicam o reconhecimento de suas mercadorias e

o direito de fazer parte da feira “oficialmente” reconhecida, ou seja, a feira que passaria por um processo de regulação do Estado, através do cadastramento de todos os expositores que estejam “assentados”, isto é, que possuem barraca na feira. O uso do termo “assentamento”, como vimos, é uma clara referência aos trabalhadores rurais – assim como a expressão “sem terra” para se referir aqueles que não têm barraca –, mas neste caso, emprega-se o termo quando é conquistado o direito de permanecer na feira, através da conquista de uma barraca, que é símbolo de status e prestígio social entre os comerciantes na Praça XV.

A atividade dos “sem barraca”, que são também conhecidos como “garimpeiros” ou “catadores de lixo” representa um nicho fundamental dentro dessa cadeia produtiva. A prática dos “catadores” e também dos comerciantes em geral, está associada ao ato da “reciclagem da cultura”, em seus próprios termos, o que significa dizer que os participantes deste mercado buscam a valorização dos objetos de sua própria cultura material, apesar deles serem considerados por outros atores sociais como “lixo”.

Quando questionados sobre o ato de “catar lixo”, eles respondem que essa afirmação não é correta, pois não “catam o lixo” – não são lixeiros, mas “garimpeiros” –, portanto, por sua lógica “catam do lixo”. Tal oposição entre o “catador de lixo” e o “lixeiro” expressam uma forma de distinção e reflete o orgulho e o desejo por dignidade manifestada entre os catadores que, até março de 2009, encontravam-se no local conhecido por “Shopping Chão”.

Por outro lado, um expositor cadastrado a mais de 20 anos na feira, e com barraca fixa, afirmou categoricamente que havia “lixeiros” trabalhando para ele:

Meus dois lixeiros me trazem coisas absolutamente valiosas, em troca lhes pago um salário digno. Onde mais vão arrumar isso? Eles aprendem muito comigo.

(Tio Paulo, antigo expositor da Feira da Praça XV.)

Segundo a lógica dos catadores “o lixo do rico é o luxo do pobre”. Os objetos com algum valor de troca, dotados de valor econômico, garantem aos “garimpeiros” parte considerável de sua renda. Por essa lógica de simbiose, os expositores “com barraca” são os principais compradores das mercadorias dos expositores “sem barraca”, e costumam revender as boas peças negociadas com os “catadores” por um preço superior em suas barracas. Não obstante, notamos que o contrário também se verifica,

pois o lixo do pobre pode vir a ser o luxo do rico, ou pelo menos fazer alguém ficar rico de verdade.

Neste particular, a distinção entre expositores “com barraca” e os “sem barraca” é contrastante e visível apesar da proximidade física; logo, se engana quem percebe apenas uma feira. Existem ao menos duas feiras co-existentes e interdependentes nos limites da Praça XV. O fato de possuírem ou não barraca e de estarem cadastrados é o que aproxima a feira dos expositores com “barracas” e suas mercadorias ao *status* de Feira de “Antiguidade”. Enquanto a feira dos “sem barraca”, ironicamente, passou a ser conhecida como “Shopping Chão” e seus expositores apelidados de “sem terra”. Além disso, suas mercadorias eram desqualificadas pelos demais participantes, muitas vezes classificadas como “lixo”.

Ter uma barraca na feira é, portanto, símbolo de prestígio, dignidade, status ou posição social. Assim, um campo de disputas por legitimidade e reconhecimento tanto de mercadorias como de pessoas através de uma política de (re-) conhecimento de valores é explicitado através de etnografias.

O seguinte dado etnográfico visa fornecer a base para a compreensão da realidade observada. Através da conversa que tive como o atual organizador da feira, reconhecido por vários expositores como sendo o representante “legal” da feira, entendo que a visão dos expositores com barraca acerca do limites da feira de antiguidade da Praça XV é a mesma do organizador: o limite é dado exatamente onde começa o “Shopping Chão”.

Ao perguntar ao organizador até onde ia sua feira, com o dedo indicador, ele apontou para o “shopping chão”, parte que excluía de imediato todos aqueles que não tinham barracas (fixas ou provisórias), e que, por conseguinte, não estavam cadastrados em seu sistema de organização, que teria licença da subprefeitura do Centro para funcionar. Logo, os “sem terra” ou “sem barraca” estavam à margem do pertencimento da “Feira de Antiguidades da Praça XV”.

Entretanto, como a maioria dos feirantes, o organizador reconhece que muitas vezes é possível encontrar objetos “interessantes” com os “sem terra”⁹.

⁹ Não apenas essa categoria foi ativada para referir-se aos expositores que não possuem barraca na feira e ainda que não só as pessoas, como também as suas mercadorias são desqualificadas. As categorias vão de “quinilhariarias” a “lixo” quando se trata de atribuir predicativos aos objetos dos “sem barraca” em oposição à “variedade de mercadorias” dos expositores com barracas, que são chamadas no máximo de “curiosidades” e, muitas vezes de “antiguidades” sendo esta a categoria preeminente na hierarquia das classificações.

3.1 Sobre o conjunto de categorias e critérios de avaliação

Se o mundo material fundamenta e contextualiza a subjetividade da experiência humana, as pessoas, por sua vez, buscam nas coisas atributos objetivos. Contudo, o mundo material não é dotado de classificações e definições exatamente delimitadas. Assim, o uso de critérios depende de uma série de negociações feitas entre os expositores e seus clientes. A “Feira de Antiguidade da Praça XV” pode ser pensada esquematicamente como uma rede complexa e heterogênea, com normas e práticas de organização que envolvem pessoas, coisas e serviços.

Para abordar a relação local de compra e venda de mercadorias, penso ser antes necessário tentar definir o que os atores engajados nestas trocas comerciais entendem por “antiguidade”, que é o que dá nome a Feira da Praça XV. É para essa categoria que se voltam quase sempre às atenções e os interesses. Entretanto, essa não é uma tarefa fácil.

O que percebo é que o uso da categoria “antiguidade” aparece, tanto na prática como no discurso dos agentes, como sendo o principal critério de avaliação das mercadorias que são expostas nas barracas da Feira da Praça XV. A categoria “antiguidade” é apenas um referencial para classificar a complexidade dos objetos e conjunto de objetos que estão sendo expostos neste mercado.

O critério de avaliação dos ‘objetos-mercadorias’¹⁰ acontece de acordo com a idade dos objetos, dentre outros critérios, como por exemplo, a qualidade material e seu valor de uso e de troca, que são traduzidos pelo preço das mercadorias.

O autor Brian Spooner, (2007) ao tratar da autenticidade de um tapete oriental, esclareceu que o sistema classificatório adotado neste tipo de comércio específico passa pelo critério de avaliação “antiguidade” no que tange a capacidade dos atores de fazer

¹⁰ Termo que estou utilizando para pensar os objetos que saíram de circulação por algum tempo e retornaram a sua fase de mercadorias. Essa categoria analítica é tomada de empréstimo de Igor Kopytoff que propôs pensar, na mesma linha teórica de Appadurai, a biografia cultural das coisas, tendo em vista o processo de *mercantilização*. Tal reflexão vai de encontro à infinidade de conjuntos de objetos de diferentes procedências dentre os quais são produzidas as “antiguidades” propriamente ditas.

crer que tal avaliação é legítima. Eles têm sua *expertise* reconhecida por toda comunidade de atores com os quais interagem e discutem acerca do valor conferido às mercadorias. Para tanto, Spooner valeu-se de três tipos ideais ou estereótipos: (1) o negociante e suas fontes de oferta e preços; (2) o consumidor típico e sua verba e necessidades sociais e (3) o *connaisseur* e/ou colecionador com suas exposições públicas e privadas e sua literatura específica.

Como os três tipos ideais encarnados na “Feira de Antiguidades da Praça XV”, pareceu-me conveniente discutir, a partir da etnografia, as posições em que cada um deles se encontra, quais as vantagens e desvantagens na hora da negociações e de que forma eles contribuem para a formação do valor e do preço atribuídos aos *objetos-mercadorias* de acordo com a *expertise* e interesse de grupos sociais .

Consiste em um verdadeiro desafio revelar os critérios que os atores sociais mobilizam cotidianamente na busca pela valorização de seus objetos. E, apesar de ter um repertório vasto de respostas para as perguntas dos *connaisseurs* e colecionadores, os comerciantes da Praça XV, que são identificados, majoritariamente, como “expositores de antiguidades” ou em alguns casos como “antiquários”, geralmente transmitem a informação de acordo com o processo de negociação vinculada à transação da mercadoria; ou seja, é a partir das trocas econômicas que se forma a erudição dos expositores. Através de suas práticas podem se tornar *experts*, peritos, especialistas no mercado de antiguidades, mas para tanto precisam do reconhecimento de sua comunidade ou grupo social¹¹.

As informações acerca das mercadorias comercializadas vêm de fontes variadas, como através de venda, doações, sites da internet, catálogos, exposições de obras de arte, leilões. Neste sentido, como sugere Spooner “a fonte de instrução é a erudição dos negociantes, gerada pela literatura especializada e história do comércio”. Até onde pude perceber, a literatura e as informações sobre as peças de “antiguidade” são quase sempre *ad hoc e*, portanto, difíceis de serem generalizadas. Os próprios especialistas raramente reconhecem ou revelam as limitações dos critérios adotados na avaliação das “antiguidades”, e gabam-se de ter um “olhar clínico”. É muito difícil acompanhá-los e entender o que dizem, e mesmo saber ao certo se falam a verdade sobre os objetos

¹¹C.F. Moulin, Raymonde. In: O mercado da Arte: mundialização e novas tecnologias sobre a perícia no mercado de Arte. O rigor das avaliações dos peritos provoca a queda nas ofertas de “antiguidades”, regulando valores e preços no mercado.

avaliados. Contudo, como os expositores são os últimos proprietários das coisas que colocam à venda, parece razoável que os clientes apostem nos seus discursos.

“Antiguidade” é, portanto, uma dessas categorias que trazem em si uma série de conotações e contradições analíticas, tornando difícil a sua definição. Se a noção utilizada pelos comerciantes e seus clientes na “Feira de Antiguidades da Praça XV” não é exatamente a idéia de que o objeto tenha, presumivelmente cerca de 100 anos ou mais. Então, qual seria?

Brian Spooner (2007) sobre o interesse ocidental por coisas estrangeiras, em particular pelos tapetes persas, considera o critério da antiguidade como sendo o principal critério em qualquer avaliação, afirmando que mesmo que hoje em dia fosse possível produzir artefatos idênticos aos antigos, eles jamais competiriam no mercado de antiguidades, devido ao valor que atribuímos à idade das peças em questão. Porém, o autor ainda observa que por mais que “tapetes antigos continuem, sem dúvida a ditar as regras para o mercado e as coleções, eles abastecem apenas uma ínfima porção deste mercado, que decresce a cada dia, o que pode ser percebido através do valor e da oferta das antiguidades, na logística da produção e no contexto social do consumo.” (Spooner:2007:pp248). Entretanto, do ponto de vista técnico, diz o autor, ainda seria possível adquirir uma antiguidade, visto que por um sentido “*estritamente material*” uma antiguidade é algo que se presume ter sido produzido antes de 1880, segundo a definição da Alfandega dos Estados Unidos. E ainda que:

(...) a maioria dos exemplares que vemos em leilões, showrooms de negociantes, em lojas e nas casas, até mesmo em museus, por melhores que sejam, não é de antiguidades, nesse sentido.

(Spooner:2007:248)

Neste particular, para a maioria dos comerciantes e clientes da feira da Praça XV, que operam com a noção de “antiguidade”, em princípio, basta ter em mente, o ponto de vista técnico – “uma antiguidade é um objeto com cem anos de idade ou mais”. Esse é o primeiro passo, se quisermos diferenciar um objeto considerado “antiguidade” dos demais gêneros de objetos. Mas isso não é tudo; o objeto em questão precisa estar em bom estado de conservação, precisa não ter sofrido nenhum acidente, precisa ser “autêntico” e ser um dos últimos exemplares de sua espécie, senão o único.

Uma antiguidade presume também considerações sobre valores histórico, artístico e mercadológico do objeto.

Segundo Brian Spooner (2007) é necessário ao comprador estar ciente, ao menos por alto, da taxionomia hierárquica do produto a ser consumido. No caso dos tapetes orientais, o esquema de classificações é reconhecido, em diferentes graus por uma larga escala por uma grande quantidade de consumidores; “desde aqueles que estão apenas trocando seus carpetes, até os mais perspicazes colecionadores, no outro extremo.” (Spooner:2007:pp249)

Assim, objetos diferentes possuem significados diferentes para pessoas diferentes. Como por exemplo, os colecionadores e os *connaisseurs* que se distinguem de outros compradores apenas por entrar no debate sobre o reconhecimento e usos de critérios de “autenticidade”.

Neste sentido, um simples objeto “antigo”, “usado” ou “de segunda-mão”, não é precisamente uma “antiguidade”; assim como uma “antiguidade” pode nunca ter sido usada. De acordo com o discurso de cada ator, seja ele um negociante, um cliente, um *connaisseur* ou um colecionador e até mesmo, um catador de lixo, verifica-se o uso do termo “antiguidade” como o critério máximo de avaliação das mercadorias, o que revela o conhecimento taxionômico hierárquico das mercadorias pelos atores sociais, que participam do processo de produção, distribuição e consumo no mercado de antiguidades.

Quanto mais próximo deste critério de classificação estiver um objeto, maior o seu prestígio em relação ao vasto universo de classificação encontrado na “Feira de Antiguidade da Praça XV”. No geral, quase todas as conversas concentram-se em torno do valor dos objetos neste mercado. E o valor está quase sempre associado ao prestígio de que gozam as “antiguidades” nesse mercado.

O fato de comercializar ou não “antiguidades” reverbera na reputação do consumidor e do negociante. A erudição e a *expertise* – e isso se aprende depressa – não estão nos livros, mas nos discursos e na prática quotidiana dos atores; no entanto, a erudição que um negociante adquire sobre seu produto é quase sempre recolhida ao acaso, na prática e nas relações de trocas. Colecionadores e alguns vendedores têm seu olhar treinado, por aquisição ou transmissão, e desenvolveram a capacidade de selecionar por discriminação e conhecimento, o valor – subjetivo ou não –, de um objeto dentre um conjunto maior de categorias.

A circulação de catálogos especializados também é comum entre os negociantes. Os mais interessados estão quase sempre lendo sobre o assunto e trocando informações com seus colegas. Por outro lado, é o *connaisseur*, que geralmente se confunde com a imagem do colecionador, que busca um conhecimento sistemático acerca dos objetos, o árbitro público do valor, mesmo que não tenha o controle sobre as fontes de informação em que baseia seu julgamento. E segundo Spooner (2007: pp.249) “o fato de esses critérios de classificação e apreciação serem traduzidos nos preços de mercado apenas de um modo assimétrico nos alerta, de imediato, da descontinuidade entre os critérios de comércio e os dos círculos dos *connaisseurs*.”

Os vendedores mais antigos, há mais de trinta anos na Feira da Praça XV, são muitas vezes antigos espécimes de *connaisseurs*, e, às vezes, colecionadores, desfazendo-se de suas coleções pessoais. Um colecionador é antes um conhecedor do conjunto de coisas que coleciona. E, se recorro ao exemplo dos colecionadores, é para mencionar sua *expertise*. Eles são mais sistemáticos do que qualquer outro tipo de comprador; recorrem aos catálogos e revistas especializados; freqüentam a feira e os leilões, buscando conhecer todos os percursos, pessoas e meandros deste mercado.

Tanto comerciantes como clientes estão interessados em obter um conhecimento específico sobre as mercadorias antes de entrar no jogo das negociações, e muitas vezes buscam informação a partir dos colecionadores, que podem ser seus clientes. O conhecimento acerca do valor da mercadoria é o ponto de partida para qualquer negociação e a disputa entre comprador e vendedor em torno do valor é o que acaba por definir o preço. De modo que verificamos, também, a disputa pelo conhecimento.

Neste sentido, se o comprador detém o conhecimento e o vendedor não, o comprador leva vantagem se a mercadoria for de seu interesse e não tiver seu valor reconhecido pelo negociante. Caso muito comum na feira, é quando o comerciante encontra a sua mercadoria no lixo de alguma portaria de edifício. Livros, por exemplo, geralmente possuem valor inestimável para professores, estudantes e colecionadores e são vendidos por um preço muito abaixo do mercado na feira, muitas vezes por desconhecimento do vendedor. Este não é o caso do ex-bibliotecário e do livreiro, que conhecem o produto em oferta, e que mesmo estando na feira, propõem um preço de loja. Com eles a possibilidade de barganha é pouca e improvável.

Por outro lado, para aqueles que não têm muito conhecimento sobre o produto, e nem um sistema de transporte e depósito, o peso dos livros representa mais um motivo para a barganha, pois, nestes casos, o vendedor geralmente não pretende voltar para

casa com a mercadoria, o que representaria gastos e não lucro e, assim, prefere trocá-la por dinheiro. Neste particular, leva vantagem o comprador que espera o fim da feira, quando os preços caem. É hora da pechincha.

No mercado da Praça XV também é comum expositores e clientes se tornarem amigos, neste caso o comprador passa a ser um freguês. Muito embora isso não exclua a possibilidade de um tirar vantagem econômica sobre o outro. Um vendedor com uma extensa rede de clientes, muitas vezes, frequenta outros estabelecimentos como, por exemplo, leilões, bazares, antiquários, em busca de mercadorias e melhores preços para atender ao pedido ou desejo de um cliente. Ele faz a compra e leva para feira com intenção de venda. As fontes, evidentemente, não são reveladas ao comprador. Neste particular, é o vendedor quem possui o conhecimento das fontes e das mercadorias, e se coloca como um distribuidor do produto. O comprador aposta numa relação de confiança.

3.2 A Feira do Rafael:

“Não vou salvar o mundo, mas vou salvar o meu mundo”
“Quem briga comigo, briga com todo mundo”.
(Rafael Barbeito, organizador da Feira da Praça XV)

Essas frases proferidas pelo atual organizador da Feira de Antiguidades da Praça XV são um reflexo do seu esforço para defender o mercado estabelecido ao longo de 12 anos. A primeira sentença proferida demonstra o quanto a feira representa na biografia do organizador. E a segunda, indica que o organizador não está sozinho, e que possui amigos e aliados que contribuem para a realização da feira de antiguidades.

Rafael organiza a feira desde 1998. O organizador afirma que junto com mais onze expositores foi eleito pelos feirantes da “Feira do Troca”, uma das mais antigas feiras de antiguidade da cidade, final da década de 70. Como já mostramos anteriormente no Capítulo 1, a mesma época existia uma outra feira, organizada pela Associação Brasileira dos Antiquários, ao redor de um restaurante. A “Feira do Troca”, localizava-se em frente a estátua de Dom João VI, na Praça XV, e era a mais popular, enquanto a “Feira do Alba Mar” situava-se ao redor do restaurante “Alba Mar”.

Apesar, do carisma do organizador por seus admiradores, os expositores não são unânimes sobre uma “versão oficial da feira” que institui a feira, e apresentam contraditórias narrativas para justificar a presença do organizador. Como muitos não

estavam lá, não podem afirmar se houve ou não um processo de eleição. Os expositores mais antigos lembram que depois de seu Manuel, Rafael assumiu a organização da feira na Praça XV, mas não se recordam de terem participado de processo eleitoral democrático.

Contudo, na versão do organizador, durante o primeiro ano de governo César Maia, 1996, quando teve início a obra do Mergulhão, cerca de 80 dos 200 expositores que participavam da “Feira do Troca”, localizada ao redor da estátua de Dom João, foram “removidos”, ou melhor, realocados por ordem da subprefeitura do Centro, provisoriamente, para o Largo da Praça XV, ao lado do Paço Imperial, defronte à Rua 1º de Março e um ano mais tarde para Rua São José.

Durante este período, os expositores foram convocados a comparecer ao antigo prédio da prefeitura, conhecido popularmente como “Piranhão”, para um encontro com o subprefeito do Centro, na época, o arquiteto Augusto Ivan, que apoiava a feira. Nesta ocasião, o subprefeito teria sugerido uma eleição entre os expositores presentes para formar uma Comissão Arbitral da feira. Cerca de 150 expositores compareceram ao encontro, dentre eles quase todos aqueles que faziam parte da “Feira do Troca” para o cadastramento na subprefeitura.

Uma influente amiga de Rafael, que conhecia seu trabalho na “Feira do Casa Shopping” e o julgava capaz de organizar também a “Feira de Antiguidades da Praça XV”, teria levantado o braço do amigo para que ele se candidatasse à representante da comissão da feira. Ao final da eleição, por maioria de votos, Rafael é, então, eleito o representante da feira, passando a ser o principal mediador das relações entre os expositores e os administradores públicos, em suas diferentes instâncias.

Após assumir a feira, Rafael foi procurado pelo dono dos tabuleiros, o Sr. Modestos Justo, que reclamava das dívidas contraídas pelo organizador para com a sua distribuidora, a DTG. Rafael propõe ao ex-organizador o pagamento de um valor equivalente ao lucro que ele tirava do aluguel das barracas dos expositores. No entanto, essa espécie de “mesada” oferecida a seu Manoel, durou de três a quatro meses, por motivo de falecimento do mesmo.

Durante a administração de Rafael, a feira tornou-se cada vez mais popular e reconhecida. Rafael conta que, muitas vezes, teve que investir “dinheiro do próprio bolso”, porque o dinheiro arrecadado de início não cobria todos os custos para a realização do evento: transporte, montagem e desmontagem, distribuição de barracas fixas e provisórias entre os expositores, pessoal da segurança e cobrança. Contudo,

apesar das vantagens econômicas e do prestígio do organizador, protestos e reivindicações por parte de alguns expositores começaram a aparecer. Dentre os expositores presentes na eleição houve quem cobrasse explicações ao organizador a respeito dos privilégios que ele e sua equipe passaram a usufruir por conta da sua posição como administrador do uso do espaço público. Entretanto, Rafael argumenta que os membros da comissão eleita resolveram aparecer “só agora, depois de anos”, quando a feira começa a apresentar vantagens econômicas.

A Comissão não existe. Nunca existiu. Sou eu quem toco o barco sozinho.

(Rafael, organizador da Feira de Antiguidades da Praça XV)

Para o organizador a Comissão é uma ficção. Assim, apesar de existirem muitos problemas administrativos, os que não lidam diretamente com o poder público, costumam enxergar apenas as vantagens, segundo o organizador. Por outro lado, aquele que administra a *res* pública corre quase sempre o risco de enxergar como sua propriedade aquilo que, em tese, seria de todos.

A feira do Rafael funciona da seguinte forma: dos feirantes é cobrada uma taxa pela barraca. É possível ainda, que um mesmo expositor tenha de uma a três barracas. Contudo, é raro encontrar esse exemplo. Apenas aqueles que têm certeza do lucro das suas mercadorias investem em mais de uma barraca. Com exceção da família do organizador e uma meia dúzia de expositores, dentre os quais se encontram os mais antigos e mais experientes. Porém, na maioria dos casos, os feirantes alugam apenas uma barraca por feira. Além disso, é preciso ter autorização do próprio organizador da feira se se pretende ter mais de uma barraca.

Para Rafael, uma feira de antiguidades impede que materiais de extrema importância como livros, objetos de arte, documentos históricos se percam em depósitos de lixo, permitindo que muitos objetos sejam reciclados e reaproveitados em diferentes contextos. O organizador considera ainda em seu discurso o caráter histórico da Feira de Antiguidades da Praça XV e sua importância para a memória da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, vale notar que são escassos ou inexistentes registros oficiais sobre a existência da “Feira do Troca”, e que essa pesquisa só foi possível através do discurso dos expositores e da contribuição do organizador.

O organizador explica que sempre trabalhou em “parceria” com a subprefeitura do Centro do Rio de Janeiro, e que possui interesse em “regularizar” sua feira junto aos órgãos públicos, pois, segundo o organizador existiram os dois decretos citados, que datam do governo do prefeito Marcos Tamoio (1978) e do vice-prefeito prefeito Luiz Paulo Conde (1997; 2000) ¹².

3.3 (Di-)visão: A Feira de Antiguidades e o Shopping Chão

Em conversa com os expositores, notei que eles chamavam Rafael de “curador” e ao perguntar ao organizador da feira sobre essa forma de denominação, ele responde que essa não era a palavra certa para defini-lo, e que na verdade ele se considera um “colaborador”, ou seja, aquele que auxilia na organização e produção de feiras livres na cidade, como no caso da Praça XV. Tal fato reflete a proximidade entre dois mercados de difícil compreensão, o de “antiguidades” e o de “arte”. Poderíamos ainda mencionar as “coleções”, se quiséssemos complicar ainda mais essa discussão e demonstrar a complexidade dos elementos reunidos no mercado da Praça XV.

São essas algumas das nuances e limites de classificação que se encontram no âmbito da feira. De modo que a classificação dos objetos implica na discussão sobre divisões e distinções sociais. Fato é que não existe apenas uma feira, mas várias feiras disputando o mesmo espaço. Assim, podemos analisar a produção simbólica de fronteiras e desigualdades sociais encontradas no espaço público.

No entanto, o que nos interessa é que Rafael Barbeito, o organizador seja reconhecido, pela maioria dos expositores, para usar o modelo de análise proposto por Brian Spooner (2007), como um legítimo *connoisseur*, isto é, um conhecedor, um perito, um especialista tanto em “antiguidades”, como “peças de arte” e “objetos de coleção”, e que, portanto, está autorizado a definir critérios acerca de quem pode ou não fazer parte de sua Feira da Praça XV.

A antiguidade e tradição da “Feira do Troca” contribuíram para o reconhecimento dos órgãos públicos, que atualmente realizam uma espécie de zoneamento do comércio de rua em área urbana, visando sistematizar o número de trabalhadores informais do Rio de Janeiro.

Interrogado sobre os critérios adotados para que alguém se torne um (a) expositor (a), Rafael me responde que a preferência é pelas mercadorias que se

¹² Decreto Nº 15503 de 3 de fevereiro de 1997 e decreto Nº 18818 28 de julho de 2000.

aproximam do que considerada como “antiguidade”. Ao caminhar pela feira, as diferenças entre mercadorias e expositores tornam-se cada vez mais explícitas. As vezes, o mesmo objeto pode ser encontrado em diferentes barracas, apresentando diferentes estados de conservação, por exemplo.

Como as mercadorias são um indicativo da posição social dos expositores, notamos que os objetos dos “sem barraca” não são expostos da mesma maneira que dos expositores da Feira do Rafael. O fato de estarem expostos no chão era suficiente para que não fossem considerados mercadorias.

A sujeira e o odor também eram critérios de distinção entre as duas feiras. Enquanto, a feira do Rafael recebia o serviço de limpeza da Comlurb, que varria a sujeira, o lixo e lavava a área ocupada pelos expositores com barraca, o “Shopping Chão” é que foi varrido e banido do local, literal e simbolicamente falando, já que esta outra feira, com seus trabalhadores e suas mercadorias não foram reconhecida pela administração pública. Os agentes da prefeitura, que colocaram em prática a política do “Choque de Ordem” não apreenderam mercadorias, como costumam fazer com os camelôs, por exemplo, mas colocaram tudo que viram pela frente na caçamba do caminhão de lixo.

Quanto à realidade dos “sem barracas”, em pouco tempo, do período de fevereiro a meados do mês de maio de 2009, a exposição de suas “mercadorias” foi reprimida e proibida pela política do “Choque de Ordem”, que teve início em 9 de janeiro de 2009, data em que Eduardo Paz assumiu a prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, tendo ainda nomeado como seu secretário de Ordem Pública, Rodrigo Betlen.

A intervenção do “Choque de Ordem”, apesar de ter causado uma série de transtornos à feira organizada por ele, não poderia representar seu fim, como chegaram a acreditar alguns dos expositores, pois segundo o organizador:

Se o próprio Eduardo Paes freqüentava a feira, antes de ser eleito. O vice-prefeito Carlos Alberto Muniz é colecionador, freqüentador da feira e têm amigos de infância na Praça XV. Por que eles iriam querer acabar com isso? Quando o “Choque de Ordem” apareceu procurando saber onde estava a licença da Prefeitura ou qualquer ofício que legitimasse o funcionamento da feira, o vice-prefeito, o Muniz interveio, dirigindo-se a um dos agentes de Ordem Pública a meu favor. O vice-prefeito argumentou que era preciso acatar o que eu estava dizendo, pois eu estava certo.

(Rafael, organizador da Feira da Praça XV, ao comentar sobre o impacto do “Choque de Ordem”)

No contexto atual, após um ano do impacto causado pelo “Choque de Ordem”, pela presença de agentes da Secretaria de Ordem Pública e da Guarda Municipal na feira, o organizador ainda aguarda um decreto de Eduardo Paes instituindo e regulamentando a feira. Pergunto, então, a Rafael, se ele realmente terá de apresentar um projeto formal ao estado, apresentando suas propostas para a “feira de antiguidade”, garantindo, assim, a continuidade de sua administração do bem público. E ele responde:

Eu só vou escrever um projeto, quando souber ao certo a quem encaminhar, porque eles estão mudando todo o pessoal, na prefeitura e na subprefeitura. Preciso saber a quem e com qual finalidade devo destinar um projeto da feira, não é mesmo? Ainda estamos aguardando.

(Rafael Barbeito, organizador).

Num primeiro momento de atuação da política do “Choque de Ordem”, esses trabalhadores tiveram suas mercadorias apreendidas e alguns, acusados de desacatar as autoridades, foram levados à delegacia mais próxima. Numa segunda ação organizada pela Secretaria de Controle Urbano, as mercadorias encheram duas caçambas de caminhões da Comlurb.



Cooperação entre agentes da Comlurb, Guarda Municipal e Agentes da Secretaria de Ordem Pública, para acabar com o “Shopping Chão”.
Foto: Pricila Loretti.



Agentes da Secretaria de Ordem Pública e lixeiros da Comlurb
Choque de Ordem, fevereiro, 2009.



Caminhão de lixo para "apreender" as "mercadorias"?
Fotos: Pricila Loretti

3.4. Choque de Ordem na Feira da Praça XV

As ações do “Choque de Ordem” na feira do Rafael duraram até o mês de março do mesmo ano. A partir de então, houve um aumento exponencial do número de barracas e de expositores na feira do Rafael, em consequência da “invasão” dos feirantes do “shopping chão” à sua feira, sob a liderança de Paulo. Os expositores, proibidos pela Secretaria de Ordem Pública de fazer a feira do “shopping chão”, arrumaram barracas e se posicionaram em frente ao chafariz do mestre Valentim, entre as pilastras 1 e 2 (ver mapa em anexo), ocupando o espaço da feira organizada por Rafael, só que desta vez, na extremidade oposta, ou seja, no Largo do Paço Imperial na Praça XV e não mais em seus arredores. Rafael contornou a situação assimilando os expositores do “Shopping chão”. Dentre eles, haviam aqueles que entendiam que deveriam pagar o aluguel ao Paulo, líder do movimento dos catadores. Contudo, grande parte dos feirantes provenientes do “shopping chão” optou por pagar o aluguel das barracas a Rafael, manifestando à vontade de pertencimento à feira organizada por ele. Rafael foi obrigado a argumentar com o organizador da “Feira do Chão”, o Paulo, que não seria possível aos feirantes continuar com a ocupação, pois não teria como obter autorização da subprefeitura, que conhecia e apoiava a “sua” feira e não a do “Paulo”. Esta situação perdurou por alguns meses. Quando Paulo e os feirantes que o acompanham formaram uma associação e conseguiram a permissão do estado para voltar ao espaço de antes, só que agora com barracas.

Nesta ocasião, também foi proibido o funcionamento da “praça de alimentação” e apenas o comércio ambulante de alimentos continuou a ser tolerado. Como nos arredores da Praça XV existem poucas opções de bares e restaurantes, e, além disso, os expositores receiam afastar-se de suas barracas por muito tempo, os expositores estão bastante insatisfeitos e reclamam da falta de ordem do “Choque de Ordem”, que causou distúrbios na lógica da feira.

Além disso, a presença dos agentes do estado provocou rumores de que a Feira estivesse na eminência de acabar os expositores assustados passaram a pedir explicações do organizador. Apesar de alguns trazerem suas “quentinhas”, a maioria é totalmente a favor do comércio ambulante de comidas e também apóia a volta da “Praça de alimentação”.

Rafael se preocupou em proteger-se da “invasão” das autoridades públicas que pretendiam acabar com “sua feira”. Durante o período de janeiro a dezembro de 2009,

teve que “negociar” com delegados e agentes da ordem pública, que tiveram por duas vezes visitando a feira. Além disso, Rafael também procurou auxílio na Secretária de Cultura. Vejamos abaixo a relação entre o agente intermediário, os expositores e o Estado.

3.5 Descrição de uma Situação:

Como forma de buscar alianças, o organizador, orientado por políticos da subprefeitura, procurou apoio na Secretaria de Cultura. Vejamos a descrição de uma situação, em que eu pude acompanhar uma reunião entre o organizador e o subsecretário de Cultura. Prefeitura do Rio de Janeiro. Duas da tarde. Dirijo-me à Secretária do Mario Del Rei, dona Maria Alice Werneck, que tenta impedir meu trabalho de campo, dizendo que não havia sentido eu querer acompanhar uma reunião como aquela, visto não ser “de praxe”. Argumentei dizendo que para o meu trabalho era de extrema importância, e o que eu não estava entendendo era exatamente o contrário, por qual motivo eu não poderia acompanhar uma reunião sobre um interesse público. Maria Alice disse que não era delicado da minha parte, que eu poderia causar um mal estar, um “constrangimento” entre as partes, porque o Mario Del Rei, o subsecretário de Cultura e Rafael Barbeito, organizador da Feira, não se conheciam pessoalmente. Explicou que foi o próprio organizador que telefonara na véspera para a secretaria solicitando um agendamento de reunião, em caráter de urgência. Mais uma vez insisti com a secretária, dizendo que ainda assim eu gostaria de tentar falar com o Subsecretário de Cultura. Ela disse que ele estava “tomando pé” das coisas neste momento e que estava muito ocupado com assuntos do Carnaval. Eu disse a ela que eu já estava a pelo menos dois anos estudando esta feira na Praça XV.

Então, depois de uma breve análise, ela considerou interessante a minha participação, porque eu deveria ter muitos dados de pesquisa que poderiam orientar a Prefeitura sobre a feira, vista por tal Secretaria como um evento cultural urbano. Afirmei que muito provavelmente tínhamos uma boa conversa a respeito de assuntos culturais. A secretária tornou-se mais solícita, disse que nem tanto pelo Mario, mas, como a reunião havia sido marcada pelo Rafael, em caráter emergencial, somente ele, o organizador, poderia consentir a minha presença e decidir se seria ou não conveniente a minha participação como observadora.

Então liguei para o Rafael, dizendo que estava na Secretaria Municipal de Cultura. Ele ficou surpreso. Perguntou quem tinha me dito sobre a reunião. Respondi que ele

mesmo, mas que eu também havia telefonado para a Secretaria de Cultura. Disse que, como estava estudando a feira, não podia ficar limitada apenas a conversas com ele. Essa era também uma forma de acesso a outra visão sobre a realidade estudada, neste caso, o registro da visão do subsecretário de cultura frente à relevância de uma feira de “antiguidades” para a cidade.

Expliquei a importância deste encontro para o meu trabalho. Ele dizia que estava entendendo, mas que se sentia pouco à vontade. Então, disse a ele que iria embora, que não queria causar nenhum constrangimento a ninguém, que eu só estava tentando fazer o meu trabalho. De qualquer forma, eu iria atrás de outras fontes de informação para a tese. Acho que me mostrei um tanto quanto frustrada e chateada com ele por não confiar em mim.

Reafirmei um convite feito na feira, para que ele fosse conhecer o nosso laboratório de pesquisas etnográficas, o LeMetro, para que conhecesse os assuntos que interessavam a nós pesquisadores e que discussões acadêmicas tais assuntos poderiam render, na tentativa de acabar com sua desconfiança. Eu disse que não era “Lois Lane” – repórter e mulher do Super Homem, como ele mesmo costumava me chamar –, que eu não estava querendo um “furo de reportagem”, porque não era jornalista, embora não tenha nada contra eles e muitas vezes pudesse realmente parecer, e que ninguém apareceria para me salvar voando pela janela. Enfim, usei todos os argumentos ao meu alcance naquele momento para tentar ter acesso à reunião.

Rafael notou que eu havia ficado chateada por não ter a confiança dele. Aos poucos foi cedendo e se acostumando com a idéia da minha presença. Eu disse que não pretendia falar nada durante a reunião, apenas limitando-me a fazer anotações em minha caderneta, que nem gravador eu havia levado. Argumentei que meu papel estava muito longe de ser uma denunciadora. Eu compreendia que a feira representava o “ganha pão” de muita gente, e que, pessoalmente, eu era contrária a medida de repressão do “Choque de Ordem”.

Antes da reunião, permanecemos durante quase duas horas numa ante-sala. Rafael não parou um minuto de ressaltar os pontos positivos da feira. Era como se ensaiasse seu discurso antes de entrar em “cena”. Eu ouvia atentamente seus argumentos. Ele afirmou várias vezes ser esta uma “feira de reciclagem do lixo urbano” ou de “reciclagem cultural”, e que dava emprego e dignidade às pessoas. Momentos depois, o subsecretário afirmaria que “reciclagem era bom, que estava na moda”. Pareceu ofendido, enquanto relatava o discurso do tenente responsável pela operação do

“Choque de Ordem” no sábado, dia 06 de fevereiro, que lhe perguntou se aquela era uma feira de “artesanato” ou uma feira do “roubalto”, comparando-a com a feira que existiu em Acari, onde existiu o comércio de mercadorias roubadas, tráfico de drogas e armas. Então, Rafael acionou a história e a memória sobre a feira, em seus vários momentos decisivos, que colaboraram para a sua existência, desde o decreto de Marcos Tamoio, que dava autorização para o seu funcionamento, da re-inauguração da época de Luiz Paulo Conde até o momento atual.

Durante as duas horas em que permanecemos sentados conversando e aguardando o Subsecretário, percebi que Rafael estava lutando para demonstrar a importância da “Feira de Antiguidades da Praça XV” para a cidade frente aos órgãos públicos, que estava, sobretudo, em busca de aliança política.

Uma frase sintomática de seu discurso de resistência para defender a feira foi “Não vou salvar o mundo, mas vou salvar o meu mundo”. Debaixo do braço, ele levava um “pré-projeto” como chamou o texto que escreveu às pressas, da noite para o dia, motivado pela invasão do “Choque de Ordem” na sua feira. Seu irmão, que é arquiteto desenhou a planta da feira, da área compreendida por sua organização. O desenho excluía a feira do “Shopping Chão”.

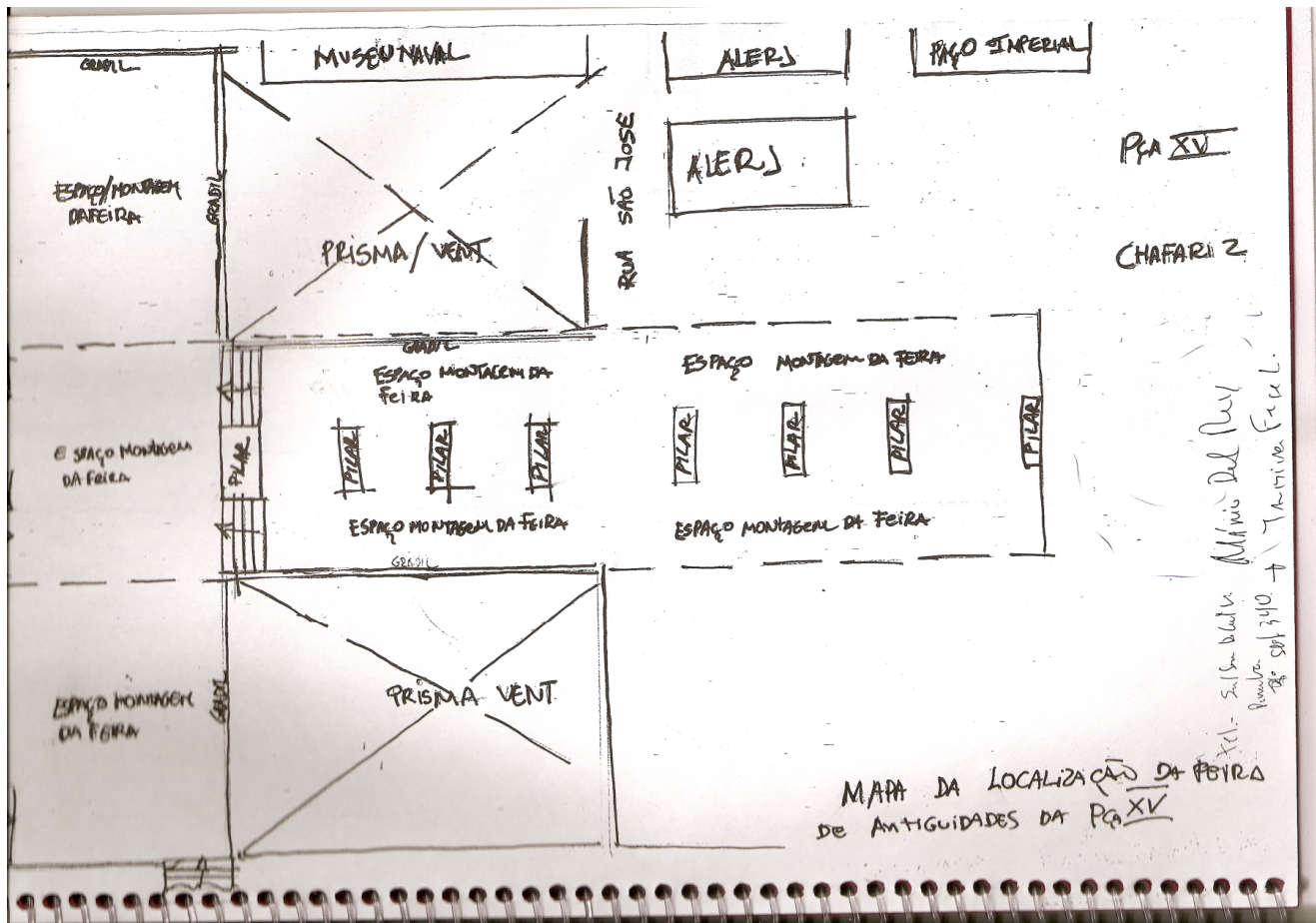
No seu “pré-projeto” Rafael afirmava que havia apenas 390 barracas em sua feira. E também incluiu a história da feira, desde o ‘troca-troca’, quando não se fazia o uso de dinheiro, e que se situava em volta do chafariz, até o período em que esteve concentrada ao redor do restaurante Alba Mar (desde 1978). Aproveitou para pedir um novo decreto-lei mais atual, banheiros químicos e formalização da feira pela Secretaria de Cultura, bem como a licença para o funcionamento da “praça de alimentação” (o comércio de alimentos existiu até o sábado, dia 31 de janeiro de 2009, antes da segunda operação do “Choque de Ordem”).

No pré-projeto apresentado por Rafael encontrava-se a descrição de um grande evento cultural, a partir da montagem da feira, seu horário de funcionamento, descrição das principais mercadorias ofertadas, referências sobre o público que a frequenta, informações a respeito dos expositores, mas nenhuma nota sobre o número de barracas, a procedência das mercadorias e/ou sobre as vantagens econômicas que ele e sua equipe possuem:

A feira divide-se em cinco partes, com barracas destinadas à comercialização dos mais variados objetos de arte e

antiguidades, como móveis, tapetes, roupas de época, acessórios, bijuterias, livros, selos, colecionismo, brinquedos, moedas, cartões postais, porcelanas, prataria e cristais. A feira marca todo o sábado o calendário de eventos culturais da cidade. São cerca de 590 expositores cadastrados, entre eles, antiquários, artistas plásticos, designers, artesãos, escultores, e profissionais liberais aposentados como médicos, produtores, funcionários públicos, professores, livreiros, donas de casa (...) O público da feira é fiel. Varia de 8.000 a 12.000 pessoas por final de semana. O público tradicional de feiras de antiguidades e artes é de classe A, no entanto, nossa feira atrai um público eclético (estudantes, turista do Brasil e do mundo, escritores, artistas, produtores, colecionadores, diretores de cinema e teatro), o que prova que a feira colabora muito para a revitalização do Centro da cidade, atraindo moradores da zona sul, norte e oeste.

(Texto escrito por Rafael, pré-projeto da feira da Praça XV, organizador da feira.)



Mapa da Localização da Feira de Antiguidades da Praça XV, apresentado durante a reunião da Secretária de Cultura no dia 19 de fevereiro de 2009, feito por Theóphilo Barbeito, irmão do organizador e arquiteto.

Após mais de duas horas de espera, por volta das 16h40min, o subsecretário de Cultura Mario Del Rei acabou uma reunião e veio ao nosso encontro. Voltando-se para o Rafael disse: Você deve ser o organizador da feira. E para mim: “Você, pesquisadora da UFRJ, certo?” Confirmamos. E eu, em tom descontraído, disse: “Perdoe-me a intromissão, mas estou acostumada a ter que explicar a importância do meu trabalho cada vez que tenho que realizá-lo”. Ele respondeu: “De forma alguma a participação de uma pesquisadora de “feiras de antiguidades” poderia ser considerada uma intromissão. Acho que depois do comentário do subsecretário minha credibilidade aumentou em relação ao organizador, que passou a respeitar e a contribuir com o meu trabalho. Depois deste dia suas conversas tornaram-se mais diretas.

O subsecretário nos apresentou a dois de seus assessores, cujos nomes eram Sadam e Arthturo. Informou que ficaria num primeiro momento e depois continuaríamos a conversa com os assessores. Ele pedia desculpas e licença, pois tinha ainda que tratar dos assuntos carnavalescos.

A primeira pergunta do subsecretário ao organizador da feira da Praça XV foi se o “Choque de Ordem” havia chegado à feira. Rafael narrou sua versão dos fatos, a mesma história que eu havia escutado durante todas às vezes em que conversamos a respeito e que ele havia ensaiado por duas horas na ante-sala. Fiquei um pouco entediada com aquele discurso absolutamente produzido – nada espontâneo –, queria saber o que diria o subsecretário, mas alguns detalhes novos apareceram no discurso do Rafael, coisas que ele não havia ainda dito, ou não sabia precisar quando eu perguntava, como o número exato de barracas, que continuava a ser um dado controverso.

No entanto, Rafael destacou, sobretudo, a importância cultural de feiras livres para a cidade. Argumentou que feiras geram renda para famílias, ocupa os aposentados, ajuda na reciclagem do lixo urbano. Além de ser um espaço de convivência cultural e também um ponto turístico mundialmente conhecido, tem fundamental importância na memória da cidade.

No momento da reunião o organizador, disse que havia 400 barracas cadastradas, mostrando o desenho feito pelo irmão ao subsecretario, para que este conhecesse os limites da feira ele organiza. No sábado anterior a reunião, contei 450 barracas.

Rafael disse não ser responsável pelos "Sem Terra". Mário Del Rei o corrigiu: “Você quer dizer os “Sem Barraca”. Rafael afirmou que se tratava de “pessoas muito pobres, com baixo grau de escolaridade, tentando apenas sobreviver”, e que havia, entre

os “sem barraca”, catadores de lixo e moradores de rua. Ressaltou a importância dos catadores para a feira, pois são eles quem “catam o lixo”, permitindo a “reciclagem da cultura”.

O organizador aproveitou para citar exemplos de episódios famosos da feira, como por exemplo, o filme do enterro do João do Rio, num rolo de super 8, encontrado por um dos catadores de lixo. Hoje o filme está com o Ricardo Macieira Campos, secretário de Cultura no Rio de Janeiro. Mario Del Rei aproveitou para dizer que havia recebido telefonemas de “gente importante” que buscava conter os efeitos do “Choque de Ordem”, alguns deles haviam intercedido a respeito da feira, dentre os quais, Marcos Vinícius e Marcos Vilaça¹³.

Além dos catadores a feira é formada por funcionários públicos, como por exemplo, médicos, delegado de polícia, fiscal da receita, engenheiros. Dentre os quais muitos são aposentados e outros estão desempregados. Rafael afirmou que Marcos Vilaça era expositor na feira. Mario Del Rei informou que Vilaça havia ligado para ele pela manhã para interceder pela feira, que também tem apoio do subsecretário do Centro, Marcos Vinicius. Rafael revela a Mario que o assessor do subsecretário do Centro, o “Aguiar”, foi quem o orientou a procurar a Secretária de Cultura.

Neste momento, contou a história do tenente, que havia acusado os feirantes de “ladrões” e “vagabundos”. Mario e Rafael concordaram que os “picaretas” estavam por toda parte, e que não era justo prejudicar trabalhadores dignos de respeito, por causa de meia dúzia de “corruptos”. Mario disse que, pessoalmente, discordava da política do Prefeito Paz.

Apesar de todas as suas explicações dadas ao Delegado de Polícia Richester e ao Tenente “Dr. Iran”, disseram que a feira era “ilegal”. Só depois que o Secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlen ligou à meia noite da sexta-feira, dia 23 de janeiro de 2009, pedindo a retirada dos 5 ônibus e dos 100 guardas municipais, que fizeram vigília e impediram a montagem da feira, além da apreensão de mercadorias consideradas “suspeitas”. Sadam, um dos assessores, intervém neste momento da conversa, dizendo que a fiscalização das feiras é da competência do Município e não da polícia, demonstrando mais uma vez a chancela e o apoio da Secretaria de Cultura ao organizador. Rafael reforça o que foi dito, afirmando que até mesmo o prefeito Eduardo

¹³ Dentre os vários cargos de Marcos Vilaça, reconhecido principalmente por ser membro na Academia Brasileira de Letras, ele também já foi Curador da Fundação Nacional Pró-Memória, e que segundo o organizador teria tido uma barraca na feira.

Paz reconheceu a relevância da feira, tendo dito em nota do Jornal O Globo que a operação “Choque de Ordem” referia-se ao pessoal do "Shopping Chão" - aos “sem barraca”-, que estavam lá de modo totalmente “irregular” e “ilegal”, mas que pretendia regularizar as condições de trabalho daqueles que tivesse cadastrados e com barraca.

Rafael disse ainda que para "dar trabalho" aos desempregados concordou, provisoriamente, em elevar o número de barracas de 350 para 503. Contudo, este pessoal não está cadastrado, o que aparece como outra contradição no discurso sobre o número de barracas.

O organizador, durante a reunião, apoiou o interesse da Prefeitura na regularização do funcionamento da feira, fazendo a cobrança da TUAP (Taxa de Utilização de Área Pública) diretamente aos expositores. Por orientação de Marcos Vinícius, ele pediu um "Nada Opor" ao Subsecretário de Cultura, para dar continuidade ao funcionamento da feira até a regularização da situação, mais um ofício a favor da feira e contra as medidas tomadas pela outra instância estatal, a Secretária de Ordem Pública.

Os assessores de Mario Del Rei tomaram nota das reivindicações e disseram que iriam encaminhar o ofício ao secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlen, como forma de garantir que o "Choque de Ordem" não mais perturbasse a ordem da “Feira de Antiguidades da Praça XV” – ou seja, aquela dos expositores que possuem barracas. Entretanto, a feira terá que passar por uma inspeção e regularização através do apoio da Secretária de Cultura, da Subprefeitura do Centro e demais órgãos competentes. O assessor Sadam deu a idéia de colocar uma faixa escrita "PREFEITURA" para intimidar quaisquer "arbitrariedades".

Mario Del Rei reconheceu a importância da feira para o “desenvolvimento econômico”, "geração de renda" para as famílias de baixa renda. Contudo, disse que não poderia fechar os olhos para as irregularidades. Alerta que será preciso ainda discutir o assunto democraticamente com o pessoal da feira, mas que iriam pedir para Bethlen olhar "com carinho" a permanência da feira como evento cultural da cidade do Rio de Janeiro, através do ofício.

Rafael afirmou ser o único organizador da feira e que houve uma "eleição", na qual ele e mais 11 antiquários da época do Alba Mar teriam sido escolhidos. Augusto Ivan, secretário de urbanismo, na época, selecionou 150 barracas para formar a feira. Rafael diz que os outros 10 eleitos desapareceram e, que só ficou ele (...) que seu trabalho repercutiu na Prefeitura, e que Marcos Vinicius reconheceu o seu esforço e

empreendimento. A proposta do subsecretário Mario Del Rei foi formar uma “parceria” com a feira e conferir um certificado de importância cultural. Entretanto, deixou claro que este será um evento apoiado pela Secretaria, mas não da Secretaria. E afirma que o mesmo processo está acontecendo com o projeto, “LAPA LEGAL”, que confere um “selo” àqueles que fazem tudo “certinho”, de acordo com as leis estaduais e municipais. Segundo o subsecretário de cultura, o ‘selo’ trará vantagem e reconhecimento aos vendedores de rua que trabalham à noite que não estejam regularizados, como no caso dos ambulantes na Lapa, por exemplo. Para ele “oficializar” a feira é uma garantia da permanência da mesma, que se encontra ameaçada pela política de ‘Choque de Ordem’ e chamou a essa “parceria”, de “iso-feira”. Penso que o subsecretário propôs ao organizador uma troca, um acordo entre a Secretaria de Cultura e a Feira da Praça XV, posicionando-se a favor do evento cultural e contra a política da Secretaria de Ordem Pública.

Rafael aproveitou para falar da existência de outra feira na cidade, a “Feira do Passeio, mais voltada para colecionadores de selos, moedas e cartões postais. E que como ele também está nesta coordenação, significaria “menos um trabalho” para a prefeitura, em suas palavras. A “Feira do Passeio” pretende funcionar, além dos domingos, também às quintas-feiras. Neste instante, Mario pediu licença para se retirar porque tinha que tratar, pessoalmente, dos assuntos do Carnaval.

Sobre as mercadorias vendidas na feira, o assessor Arthuro mostrou-se curioso. Interrogou Rafael a respeito do que lá se vendia. “Você não conhece a feira?” “Não”, disse o assessor, “mas chegarei de preferência na hora da montagem para um “tour de France”.

A mim perguntou sobre meu interesse em estudar sobre a feira, respondi que estava escrevendo minha dissertação, que me interessavam, sobretudo, as diferentes visões e contradições a respeito da organização da feira.

Depois acontecido, houve um grande esforço dos expositores para cadastrar-se à feira de Rafael, antes que a feira seja regularizada pelos órgãos competentes da Prefeitura, porque eles acreditam, que os agentes de controle urbano respeitarão a lógica da legitimidade pelo critério de antiguidade dos expositores na feira, privilegiando àqueles que lá estão há tempo, isto é, os expositores mais antigos da “Feira do Rafael”. O interesse dos expositores recém chegados é fazer o cadastramento para serem incorporados à nova estrutura, que virá.

Depois dos “choques” – na verdade houve mais de uma ação –, passaram por eles duas listas pedindo para que informassem seus dados, uma lista do Rafael e outra do Paulo. Os expositores puderam escolher em que feira ficar. A maioria apostou na feira do Rafael. O esforço de cadastramento surge porque a prefeitura pretende mapear a cidade e o comércio de rua, controlando o número de feirantes (trabalhadores informais, vendedores de rua), é claro que os expositores ficaram bastante preocupados em fazer parte da lista, para garantir o seu pertencimento no espaço público, caso contrário perdem sua licença de vender na rua.

Neste particular, houve, então, uma tentativa dos vendedores para serem incorporados à feira do Rafael. Muitos contestaram o valor cobrado pelo organizador, já que não se propunham melhorias das condições de trabalho na feira. No entanto, é preciso descrever ainda esses processos de organização. A cobrança de 15 reais por pessoa é justificada como forma de pagamento à DTG e à equipe do organizador.

O resultado foi que, aparentemente, depois do “Choque de Ordem”, os vendedores “sem barraca”, arrumaram barracas. Por essa razão, houve mais uma vez alteração do número de barraca e do número de expositores na feira, cerca de 1.000 vendedores de rua estão na Praça XV, atualmente, todos os sábados.

Na feira do Rafael, a média é de 500 barracas. Na feira do Paulo 200 barracas. Ao todo, seriam 700 barracas.

Contudo, não sabemos quantos expositores existiam antes do “Choque de Ordem”, e quantos permaneceram depois e que não foram absorvidos. Não sabemos também se os que lá estão são os mesmo que lá estiveram na época em que existia o “shopping chão” com seus mais de 300 vendedores sem barraca.

A oscilação do número de barracas merece uma digressão à parte, como veremos mais adiante num momento mais oportuno. Contudo, podemos adiantar que a atual política do governo do Estado do Rio de Janeiro e as conhecidas perseguições ao comércio informal e ambulante, elevaram imensamente o número de expositores da Feira da Praça XV nos últimos meses. As perseguições contribuíram para a explicitação dos problemas sociais apontados pelos feirantes, bem como para as disputas de lideranças na organização da feira e conseqüentes subdivisões.

A política do “Choque de Ordem”, que teve início no dia 9 de janeiro de 2009, provocou uma crise na estrutura interna da feira, corroborando para o esforço de alguns órgãos da Prefeitura e Subprefeitura do Rio de Janeiro no mapeamento sistemático sobre o comércio de rua na região metropolitana, assim, as autoridades governamentais

pretendem a identificação de mercados, e de “quem é quem” no comércio de “antiguidades”.

A ação provocou a migração dos “sem barraca” para o lado “oficial” da feira, que foram provisoriamente “assentados”, segundo sua lógica incorporados à estrutura da feira e ainda tolerada pelo Estado, ficando, provisoriamente, sob a proteção do organizador, que defendeu a existência da feira, buscando aliados na Secretaria Estadual de Cultura e Subsecretaria do Centro. No entanto, com o “Choque de Ordem” um rival do organizador surge, ameaçando seu monopólio. Os ânimos acirrados contribuíram para que os expositores do “Shopping Chão” buscassem uma saída, para regularizar seus documentos e reivindicar seu direito organizando-se em forma de associações. Houve, portanto, a partir desta ocasião duas tentativas de cadastramento em órgãos da Prefeitura e Subprefeitura, o da feira do Rafael e o da feira do Paulo.

De certa forma, após o “Choque de Ordem”, os expositores puderam optar por um representante. Muitos preferiram pagar a taxa cobrada pelo organizador da feira “oficial”, apostando nas relações já estáveis entre o organizador e a instancias do governo.

No final do mês de julho, dentre os quase 300 feirantes que participavam do antigo “shopping chão”, apenas menos da metade retornaram aos seus lugares sob a administração do novo organizador, agora com barracas, dando lugar para novos expositores que aguardavam na fila de espera e aqueles que possuíam barracas provisórias tiveram a chance de ter uma barraca fixa; quanto o *status* das mercadorias e de seus expositores, foi alterado pelas mudanças provocadas pelo “Choque de Ordem”, o que quer dizer que os feirantes do antigo “Shopping chão”, agora com barracas, passaram a ser mais respeitados e a ter mais dignidade. Talvez porque já não sejam os mesmos, em sua totalidade. Pois, a maioria dos expositores do antigo “shopping chão” não possuíam renda o suficiente para pagar o valor cobrado pelas barracas, pelo menos de acordo com os seus discursos. Entretanto, a prática do “garimpo” entre os feirantes ainda continua. E, assim, mais uma vez é criada a ilusão de totalidade, como se existisse apenas uma feira. Contudo, como vimos, na realidade existem duas, e agora, cada qual com o seu organizador.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os sábados, sob o viaduto da perimetral, nos arredores da Praça XV, Centro da Cidade do Rio de Janeiro, é montada uma feira de antiguidades. O objetivo dessa pesquisa foi descrevê-la em sua especificidade. Através do estudo de campo pretendi demonstrar o processo de valorização de objetos e a maneira pela qual a feira está organizada a partir do discurso e da prática daqueles que participam das trocas econômicas e simbólicas neste mercado.

Uma vez fora de seu circuito comercial originário, os objetos passam a fazer parte de um circuito alternativo de trocas, sendo comercializados em diferentes circuitos de mercado. Os objetos são, então, submetidos a um complexo sistema de classificação. Por meio da descrição da estrutura social e organização espacial da feira da Praça XV procura-se compreender o modo pelo qual as coisas ali comercializadas voltam a ser valorizadas, transformando-se em “antiguidades”. Esta política de valores, por sua vez, também está relacionada, em um sentido mais amplo, à economia de mercado, onde são evidenciadas, constantemente, relações com o Estado, em suas diferentes instâncias.

Como poderoso instrumento de análise, o pensamento antropológico e seu método etnográfico pretendeu fazer emergir o *modus operandi* dos bastidores da produção das “antiguidades” a partir da feira montada na Praça XV, todos os sábados, lugar por excelência de mercado. De modo que, o presente estudo etnográfico busca: 1) descrever maneiras pelas quais uma “antiguidade” é produzida em meio aos processos de interação social entre diversos tipos de atores sociais; 2) identificar as sobreposições entre os diferentes percursos neste mercado; 3) revelar a fase da *carreira* em que se encontram alguns dos objetos na feira, e a expectativa de um posto elevado na hierarquia social das “antiguidades”, segundo a ótica de vendedores e compradores na classificação dos objetos; 4) e, por fim, considerar a contribuição dos discursos e práticas dos agentes no processo de produção do objeto enquanto mercadoria, que, por sua vez, ao assumir este *status* desempenha um papel específico na economia informal.

Neste particular, a posição ocupada pelos atores sociais – considerando também os objetos como atores –, contribui para a produção social de uma política de valores e hierarquia social dos objetos. Provavelmente a feira favorece o fluxo de informações, ao mesmo tempo escasso e manipulável. No entanto, a busca por informações é incerta,

irregular e complexa. O problema que enfrenta qualquer consumidor num ambiente como o mercado da Praça XV, não é analisar as escolhas, mas descobrir que apostas podem ser feitas neste mercado. Outro fator determinante para a organização da “Feira de Antiguidades da Praça XV” seriam as informações a partir das negociações sobre os limites entre o mercado “informal” e/ou “ilícito” e os mercados, “legais” e/ou “regulados”. Assim, como a ambigüidade entre esses dois registros, acaba por produzir uma estrutura “semi-formal”, visto que o estado, apesar da repressão explicitada pelo “Choque de Ordem” tolera as “irregularidades” da(s) feira(s). Como certa vez ouvi de um vendedor de rua: “Hoje não pode nada, amanhã pode alguma coisa, no final pode tudo”.

A partir do acompanhamento de diferentes percursos a partir da feira busquei descrever os processos de valorização dos objetos e sua *mercantilização* (Kopytoff:1986) a partir da Feira da Praça XV. O processo de valorização é, portanto, iniciado a partir de uma troca e, por conseguinte, da constatação de demanda, a partir do que se inicia o processo da produção de valores. O que e onde expor são critérios cruciais do ponto de vista da oferta. Ainda que os objetos possuam um valor intrínseco e a troca (mercadoria-dinheiro-mercadoria) seja o ponto de partida da produção de valores, as retóricas da barganha e a posição dos atores comprometidos com a valorização de objetos é o que possibilita o entendimento de que, neste comércio de rua não existe preço fixo para as coisas, que podem receber diferentes valores e preços de acordo com situações singulares.

Além da pesquisa acerca da organização da feira da Praça XV, busquei relacionar o percurso dos expositores, que trabalham na feira, em outros mercados como: os antiquários, bazares e leilões, que fazem com a feira uma interseção, descortinando-se uma interessante cadeia de produção das “antiguidades”.

Assim, mesmo correndo o risco de perder em “densidade” e, sobretudo, a capacidade analítica, é necessário considerar a relação entre o mercado da Praça XV e outras esferas políticas e econômicas.

Parte da administração pública (Secretaria Estadual de Cultura) tolera e admite a presença dos expositores, apoiando a montagem da feira, enquanto outra instância do governo (Secretaria de Ordem Pública) combate o crescimento do mercado de rua, e, portanto, a feira opera numa espécie de *semi-formalidade*.

No caso explicitado acima, a conversa entre o organizador e o subsecretário de Cultura revela a posição dessa Secretaria em relação ao evento cultural. Desse modo,

Mario Del Rei propõe a Rafael, isto é, entre e a Feira de Antiguidades da Praça XV e a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, um sistema de “parceria”, deixando claro, entretanto, que a prefeitura não é responsável pela organização da feira.

Este trabalho poderia ainda desdobrar-se em questões que investigassem relações políticas entre a ABA, IPHAN e Receita Federal. Também o universo dos leilões nacionais com o mercado internacional de “antiguidades”; a reutilização dos materiais encontrados nos lixos da cidade, as políticas e discursos voltados para a conservação e preservação do patrimônio à feira. Tocar essas questões diz respeito aos usos dos espaços públicos e privados, considerando o espaço social como um campo de disputas e conflitos de interesses entre os atores sociais, o que significa ampliar o estudo de uma economia política específica que necessita de estudos sistemáticos.

Contudo, essas e outras implicações fazem parte de um possível desdobramento deste trabalho de campo.

BIBLIOGRAFIA

APPADURAI, Arjun. A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural; tradução de Agatha Bacelar – Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. O Sistema dos Objetos. Editora Perspectiva. 1968.

_____. A Moral dos Objetos. Função-signo e lógica de classe. In: Semiologia dos Objetos. Seleção de ensaios da revista “communications”. Ed. Vozes LTDA. 1979.

pp.195

_____. O Sistema Marginal: a coleção In: O Sistema dos Objetos. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1989.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando Minha Biblioteca In: Walter Benjamin: obras escolhidas II. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

BONNOT, Thierry. La Vie des Objets: d’ustensiles banals à objets de collection. Éditions de La Maison des Sciences de l’homme, Paris. 2002. pp233

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. Ed. Perspectiva.

_____. Bourdieu, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. Ed. Edusp. 2007.

CHAMBOREDON, Jean-Claude. Proximité Spatiale et Distance Sociale: les grands ensemble et leur peuplement. Revue Française de Sociologie, v. 11, p.3-33, 1970.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo. Ed. UFRJ 2004. pp279

EIGENHEER, E. M. Lixo, Vanitas e Morte: considerações de um observador de resíduos. EdUFF. 2003. pp194

GEERTZ, Clifford. Suq: The Bazaar Economy in Sefrou. In: Meaning and order in Moroccan society. Cambridge University Press. 123-244.

HANSEN, Karen. Salaula: The World of Secondhand Clothing And Zâmbia. The University of Chicago Press. Chicago and London, 2000.

KOPYTOFF, Igor. A Biografia Cultural das Coisas: a mercantilização como processo. In: A Vida Social Das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Ed. UFF, 2008

LALANDE, A. Vocabulaire, Technique et Critique de la Philosophie, 1968. pp348

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. Sociologia e Antropologia. Cosac Naif. 2003. pp.29-43

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipelagos da nova guine melanesia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores; v.43)

MARX, Karl. [1867] Parte 1: Mercadoria e Dinheiro. O Capital. Volume 1.Ed.Nova Cultural.

MAUSS, M. [1925] Ensaio Sobre a Dádiva. IN MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. S. Paulo: Cosac & Naify. 2003

Nacional São Paulo 1977.

NASCENTES, A. Dicionario de Sinônimos. Ed. Nova Fronteira. 1981.

RAYMOND DE MOULIN. [2003] O Mercado da Arte Mundialização e Novas Tecnologias. Ed. Zouk, Porto Alegre, RS (2007).

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacifico do “sistema mundial”. (pp.445-501). Cultura na Prática. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2004

_____ La Pensée Bourgeoise. 1976: 180 pp. Capítulo 5.

SIMMEL, G. The Philosophy Of Money. London: Routledge, 1978

_____. Sobre la Aventura. Ensayos filosóficos. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

SPOONER, Brian. Tecelões e Negociantes: A Autenticidade de um tapete oriental (pp.247-298), In: A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Ed. UFF, 2008.

STOCKING JR., G (Ed.) Objects and Others: essays on museums and material culture. Madison, the Wisconsin University Press, 1985.

STEWART, s. Objects of Desire In: On Longing: narratives of miniature, the gigantic, the souvenir, the collection. The John Hopkings University Press, Baltimore, 1984.

VEBLEN, Thorstein. A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições. Nova Cultural, 1988.

Anexo 1

Caderno de Notas de Leitura: os objetos valiosos e antropologia, teorias; métodos e caminhos de uma pesquisa

Em “*Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*”, Malinowski (1922:15) descreveu o circuito *Kula* como “uma complexa instituição geográfica compreendida por uma multiplicidade de bens que abarca grande número de atividades inter-relacionadas.” Neste sentido, o *kula* aparece não só como um sistema econômico complexo, mas também como um fenômeno social que norteava o cotidiano dos ilhéus do Pacífico Ocidental.

O etnógrafo buscou compreender as relações intertribais dos ilhéus, viajando para um arquipélago, Ampelett, Dobu e Massim do Sul para descrever as práticas cotidianas dos trobriandeses e seus empreendimentos por rotas marítimas. Malinowski teve sensibilidade de perceber o circuito *Kula* a partir de seus deslocamentos e distanciamento durante suas idas e vindas ao campo, o que tornou-se referência para gerações de pesquisadores. Segundo Malinowski “Deve-se pesquisar, ao mesmo tempo, toda cultura tribal na *totalidade* de seus aspectos. A consistência, a lei e a ordem que descobrimos em cada um desses aspectos, contribuem para reuni-los em um todo coerente”. (Malinowski:1922:34). O antropólogo revelou através da pesquisa de campo e da prática etnográfica, o que Mauss considerou como “fato social total”, um fenômeno social, que necessita de explicação exatamente por não ser natural, mas algo socialmente construído e vivenciado por um grupo particularmente.

Em seu “Ensaio sobre a Dádiva”, Mauss toca o “concreto”, colocando em evidência o mecanismo central de solidariedade, que é a reciprocidade, criticando o utilitarismo das teorias econômicas e extraindo o princípio heurístico que consiste em estudar os fatos como “fatos sociais totais”. Para Mauss, a troca é uma maneira de tocar uma das rochas humanas nas quais estão fundamentadas as sociedades, pois a vida econômica está profundamente ligada a certos tipos de moralidades.

Para descrever a especificidade do circuito *Kula*, foi preciso considerar tanto a circulação dos *vaygu’á*, como a dos objetos comercializáveis, a dos próprios nativos, e

ainda acompanhar os percursos e a submeter-se ao tempo do outro para entender seu modo de vida e a lógica da sua classificação. Desde a etnografia das ilhas Trobriand, notamos que uma etnografia deve ser comparativa e que a relação entre fatos sociais, tal como proposto por Malinowski, propicia um exercício etnográfico que não pode ser outra coisa senão uma análise *totalizada*. Tomando como referência a teoria de Malinowski busquei uma visão geral do contexto da feira, sem deixar, entretanto, de prestar a atenção as suas especificidades.

Desse modo, as classificações oferecem um esquema de referências para o sistema de categorias sociais mobilizados através dos discursos e práticas dos atores sociais. De acordo com o antropólogo polonês: “na verdade, o comportamento é um fato, um fato relevante e que pode ser registrado, tolo e míope é o cientista que se defronta com uma classe inteira de fenômenos, prontos para serem coletados, e os despreza, mesmo que não veja, no momento, qual a sua possível utilização teórica”. (Malinowski:1922:43)

Para que um nativo participasse do *Kula*, era preciso atender a três critérios fundamentais – conforme a descrição etnográfica feita por Malinowski –, que restringiam a participação de quaisquer indivíduos. Tais critérios podem ser expressos da seguinte maneira: ao nativo era preciso ter reconhecida sua posição social (quanto mais próximo o parentesco em relação ao chefe mais *status* possuía o nativo), ter conhecimento acerca da magia e ter conquistado objetos valiosos em viagens marítimas. Percebe-se claramente que o *status* e o *prestígio* não só eram aplicados à *pessoas*, mas, sobretudo, às *coisas*. Deste modo, Marcel Mauss (1925), apresenta a noção de *hau* como “espírito da coisa”.

Parte considerável da presente pesquisa de campo se refere a essa política de (re) conhecimento de valores dos objetos e percursos urbanos, relacionados ao acesso ou busca incessante por informações acerca de certo tipo de objeto ou conjunto de objetos, que os indivíduos manipulam cotidianamente, para participarem da vida social, e também levar alguma vantagem sobre outros agentes com os quais competem nas trocas econômicas e/ou simbólicas. A informação, o conhecimento acerca do valor dos objetos confere poder e prestígio tanto aos seus possuidores como aos próprios objetos. Os agentes compartilham um conjunto de crenças a respeito dos valores e significados dos objetos que trocam. Cabe ressaltar que a “busca incessante” não é só por conhecimento, mas por reconhecimento desses valores atribuídos aos objetos através dos possíveis usos e discursos dos agentes. A questão fundamental ao trabalho de campo é de que

forma os atores sociais acessam essas informações; como adquirem o conhecimento e a erudição a respeito dos objetos que manipulam e quais são suas estratégias para alcançá-las.

Dois anos após a publicação de Malinowski, Marcel Mauss refletia propriamente sobre o poder imanente às coisas e pessoas, e tal como os nativos neozelandeses ou da melanésia, passou a chamar esse poder de *mana*, carisma ou prestígio social¹⁴, de acordo com a categoria nativa. O termo, *mana*, por uma espécie de convenção, é ainda hoje frequentemente usado para referir-se ao carisma, prestígio, status privilegiado e legitimado que algumas pessoas têm e outras não – geralmente autoridades e lideranças, o mesmo sendo válido para pensar o universo dos objetos valiosos.

Partindo do princípio teórico de que a vida social é uma realidade autônoma, que independe de vontades individuais, o mesmo pensamento poderia ser aplicado aos símbolos, conforme demonstrou Lévi-Strauss (2003:43), que compreendia que “o significante precede e determina o significado (...) e o símbolos são mais reais do que aquilo que simbolizam” (Lévi-Strauss, 2003:29). Assim, a eficácia simbólica se deve, fundamentalmente, ao poder dos símbolos independentemente do seu significado.

Sem desconsiderar a crítica de Lévi-Strauss a Marcel Maus, precisamos reter que para o primeiro (1950:40-43) a noção de *mana* não é da ordem do real, mas do simbólico, podendo tal conceito ser definido, de acordo com o estruturalismo, como “o reflexo subjetivo da exigência de uma totalidade não percebida”. Neste sentido, *mana* é simplesmente a forma, símbolo em estado puro, um ‘valor simbólico zero’, como afirma Lévi-Strauss (idem). Um signo não se faz sem significado; e, portanto, um significante sem significado definido é suscetível a múltiplas interpretações, possui diversos significados, mas ao mesmo tempo nenhum especificamente. Assim, qualquer símbolo é precedido por seu significante (forma), independente de significados (conteúdos), o que significa dizer que tem força, valor em si mesmo. Um objeto tem, portanto, o poder de afetar uma pessoa, independentemente de ela saber ou não o significado ou valor. Isto porque todo objeto “*causa*” alguma reação ao observador.

¹⁴ O sistema de prestação e contra-prestação descrito por Malinowski e retomado por Maus, por exemplo, apresenta essa força, que obriga o receptor a retribuir a dádiva, pois dar alguma coisa a alguém é dar algo de si. Isso explica, em parte, a aversão de algumas pessoas em adquirir objetos de segunda-mão, ou seja, que foram usados por outrem, porque desconhecem suas rotas. Neste mercado, para além do valor econômico da mercadoria, é considerado o aspecto moral do objeto; o quanto vale relacionado a quem pertenceu. A pergunta está sempre voltada para a procedência e também para a carreira promissora do objeto.

O ganho do estruturalismo está no fato de que tenta compreender um objeto através de suas relações em um sistema de objetos. Sempre *em relação*, e nunca de forma isolada. Isto é o que permite a um estruturalista perceber as relações políticas entre um elemento e outro do sistema analisado e, descrever um fenômeno. De forma absolutamente sintética, o estruturalismo permite ao pesquisador compreender o todo através de suas partes.

O elemento predominante dentro do sistema relacional é aquele que apresenta um valor superior aos demais, de acordo com as relações estabelecidas com outros elementos do sistema. Este é o caso da categoria “antiguidade” em relação ao conjunto das demais categorias do sistema lingüístico utilizada pelo grupo de expositores e seus clientes. Seu valor somente pode ser percebido por oposição. Por exemplo, quando os atores sociais a confrontam com a categoria “lixo”.

Appadurai (2008) é contrário à idéia de que um objeto não possua significados afora os que lhe possam conferir as transações, atribuições subjetivas e motivações humanas, ou seja, ele reconhece que para além do valor de troca, as coisas têm também um valor *per si*.

Do ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam o contexto humano e social (...) apreender o fluxo dos objetos é seguir as coisas em si mesmas, pois seu significado está inscrito em suas formas, seus usos, suas trajetórias.

(APPADURAI: 2008:16)

Assumir o *fetichismo* metodológico é afirmar que uma pessoa possa ser também representada por seus objetos, pois são eles que “fazem”, em certa medida, as pessoas. Apesar de ser o *fetichismo* metodológico bastante útil às nossas análises, devemos atentar para o fato de que o fluxo, a circulação de objetos diz sempre respeito às trocas realizadas entre sujeitos. O método aqui sugerido justifica apenas o fato das mercadorias, como as pessoas, possuírem uma vida social e, portanto, uma *trajetória*.

Não obstante, o nascimento de um objeto e sua transformação em mercadoria dependa, em certa medida, do trabalho humano que o produz, a trocas econômicas garante a continuidade de seu fluxo e de existência. Neste sentido, no âmbito social, o objeto depende da atribuição de valores e significados, que não são independentes dos discursos dos atores sociais que os manipulam.

Embora reconhecendo que toda mercadoria possua um valor intrínseco, Appadurai (2008) de acordo com Simmel (1978) afirma que a troca é capaz de conferir maior prestígio e *status* ao objeto trocado.

O valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas, concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a política, em seu sentido mais amplo.

(Appadurai:2008.15).

Esse modelo de análise é relevante para o nosso estudo de caso, porque se “propõe pensar o valor econômico do objeto através de múltiplas perspectivas sobre a demanda e o desejo, o sacrifício recíproco e o poder” (APPADURAI: 2008. pp.16). Para tanto, a concepção sobre o valor social dos objetos precisaria ser invertida, já que a percepção da economia política acerca do movimento das coisas é um tanto quanto limitada no que se refere às discussões entre trocas econômicas e as relações sociais. Neste sentido, é bastante conveniente recorrer à Marx sempre que necessário para explicar de que exatamente é feito o *fetichismo* das coisas, ou seja, como é produzido esse poder imanente as coisas criadas pelos homens? , tendo em vistas o primeiro capítulo de *O Capital*:

O segredo da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho (...) trata-se de determinada relação social entre os próprios homens que assume para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. (...) Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo tenha a troca adquirido extensão e importância suficiente para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas.

(Marx: 1988:71).

Importantes princípios: o valor de troca é considerado no momento da produção, em outras palavras, uma política de valores é considerada no instante da produção. A equivalência entre valores possibilita a troca entre as coisas, porque estabelece a grandeza relativa das partes e o cálculo que iguala o valor das mercadorias.

Ao contrário de Appadurai, Marx, apesar de reconhecer o valor intrínseco das coisas, busca explicar o caráter *fetichista* da mercadoria através das relações sociais de trabalho – relações políticas –, ocultadas na forma do objeto. Neste trecho, dá pistas da forte relação existente entre o mercado e a moralidade, atentando para o contexto histórico de produção das mercadorias.

O que devemos aqui considerar é que Marx jamais negligenciou o caráter metafísico das mercadorias e que tinha razão ao afirmar, que as mercadorias ocultam o dispêndio de energia empregado durante todo o processo de produção, sobre o valor do trabalho que a produz, e que nisso mesmo consiste o *fetichismo* das mercadorias. Mas de onde terá vindo a inspiração de Marx ao adotar o termo “*fetichismo*” para pensar o caráter fantasmagórico que assumem as mercadorias e ao fascínio que exercem sobre os homens? Etimologicamente o termo “*fetiche*” tem sua raiz na língua portuguesa e significa “feitiço”¹⁵. Do latim *facticus* é usado para algo que é artificial, fictício, o termo refere-se quase sempre a um objeto material, ao qual se presta reverência, adoração e que é considerado por apresentar poderes sobrenaturais positivos ou negativos. Inicialmente usado pelos portugueses, a palavra era usada para referir-se aos objetos empregados nos cultos religiosos de tribos africanas e também para designar comportamentos supersticiosos. Assim, cabe ressaltar que, o caráter fetichista das mercadorias não é de forma alguma um atributo exclusivo ao modo de produção capitalista.

Para Marshall Sahlins (1976), os homens, ao prestarem culto às mercadorias, as transformam em *fetiches*. Neste sentido, o próprio Marx poderia ter se sentido atraído por mercadorias do sistema capitalista, tal como aqueles que as produziram. “Como se o analista fosse iludido pelo mesmo *fetichismo* de mercadoria que fascina os participantes do processo.”(Sahlins:1976:180). Neste caso, as especificidades históricas também correriam o risco de serem reduzidas.

¹⁵ (Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa; Lisboa, Lello Editores, 1996 e 1999).

Entretanto, como não poderíamos apenas contentar-nos com explicações da economia clássica para explicar como são produzidas as mercadorias, consideramos “(...) a organização social, a política, a religião, as artes, o sistema de parentesco, tudo o que concerne à antropologia passa a ser tomado como objeto de análise da ciência econômica. (Sahlins, *idem*).

A solução apontada por Sahlins é considerar que, para além da lógica utilitária existe o valor simbólico, porque o simbolismo é a premissa implícita da ação humana. Neste sentido, por que haveria de ser ignorado nas trocas econômicas? A conclusão é que:

Agimos economicamente com base num conjunto permanente de metáforas que nada tem a ver com valores práticos – exceto num sentido de determiná-los. Assim, a intenção humana estaria sempre relacionada a um esquema de categorias: relativo, contextual e arbitrário; mas nem por isso aleatório (...) A prova é que nem tudo na racionalidade econômica é economicamente racional, mas apresenta raízes no esquema simbólico, que define valores e uso das coisas, o que não pode ser justificado por um cálculo objetivo.

(C.F. Sahlins:1979:180).

Exatamente por ser a mercadoria um fenômeno universal, é possível adotarmos a proposta do *fetichismo* metodológico em nossa investigação etnográfica sobre a vida social das coisas, considerando os diferentes regimes de valor e esferas de trocas, de acordo com a especificidade cultural, a exemplo de muitos trabalhos preocupados com a questão da *mercantilização* no mundo não considerarem apenas o modo de vida capitalista como advento da mercadoria.

A produção de utilidades *para os outros* vai ao encontro da ênfase de Simmel na troca como fonte de valor econômico. Discutimos aqui, portanto, a relação entre o valor das mercadorias e as relações sociais – por conseguinte, econômicas e políticas –, que propiciam a produção do valor das coisas expostas no mercado. Neste particular, é fundamental recorrer ao primeiro capítulo de *The philosophy of Money*, em Simmel (1907), que oferece uma chave para compreensão do valor.

De acordo com a análise de Appadurai sobre a obra de Simmel, o valor não era apenas uma propriedade do objeto, mas, antes, um julgamento feito pelo sujeito a respeito do objeto e que, “o desejo por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de outro objeto, que é o foco do desejo de outrem”. Eis o princípio da troca. O valor do objeto reside no domínio da subjetividade, ainda que esta seja provisória. Está no desejo do

sujeito ainda insatisfeito, no esforço da conquista, no abrir mão de alguma coisa por outra, a constituição do valor do objeto. Para Simmel, o valor está, justamente, “na dificuldade de aquisição, no sacrifício oferecido em troca” (Simmel:1978:100). A distância entre o sujeito e o seu objeto de desejo pode ser ultrapassada por meio da troca econômica, na qual se determina reciprocamente o valor dos objetos, a equivalência de valor entre as coisas.

A tese de Appadurai retoma, em parte, a teoria de Marx, considerando que o *fetichismo* das mercadorias possa ser utilizado como método analítico das condições sob as quais objetos econômicos circulam em diferentes *regimes de valor* no tempo e no espaço.

Os objetos econômicos são aqueles que existem no espaço entre o desejo puro e o usufruto imediato, com alguma distância entre eles e a pessoa que os deseja. Tal distância pode ser ultrapassada através da troca econômica, em que se determina reciprocamente o valor dos objetos.

(Appadurai:2008:16)

O segundo texto da coletânea “*A vida social das coisas*”(APPADURAI:2008), que complementa as idéias expostas até aqui e contribui para elucidar nossa reflexão sobre a vida dos objetos materiais e o valor, é o texto de Igor Kopytoff (1986), que busca uma definição antropológica refinada para o conceito de mercadoria, num instigante confronto. De acordo com esse autor, não existiria diferença entre a visão do senso comum e a teoria econômica clássica –, a saber, para ambas uma mercadoria é um item com valor de uso e de troca. Para Kopytoff, a produção de mercadorias é, antes, um processo cognitivo e cultural. Assim, numa sociedade nem todos os objetos são identificados como mercadorias, visto que em determinadas situações uma coisa pode ser tratada como mercadoria e não ser em outra, bem como a mesma coisa pode, ao mesmo tempo, ser vista por uma pessoa como uma mercadoria, mas não por outra, o que revela, em suas palavras, “uma economia moral subjacente à economia objetiva das transações visíveis”:

Uma biografia econômica culturalmente informada de um objeto o encarará como uma entidade culturalmente construída, dotada de significados culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas. É desse ponto de vista que eu gostaria de propor um esquema para estudar as mercadorias – ou, em termos

processuais, estudar a mercantilização. Antes de mais nada, porém, o que é uma mercadoria?

(Kopytoff: 2008:92)

Como não se pode negar as duas visões, seja a do senso comum, seja a da teoria econômica clássica, o autor pensa a mercadoria como algo que, geralmente, possui valor de uso e, sendo assim, evidentemente pode ser trocado por uma contrapartida numa transação quase sempre descontínua. A própria expectativa de troca – direta ou indireta –, indica que a contrapartida tem um valor equivalente, dentro de um contexto imediato. Tudo que possa ser trocado é, por definição, uma mercadoria, seja qual for o destino que lhe seja reservado depois da transação. A medida ocidental do que consideramos ser uma mercadoria é a capacidade de uma coisa ser vendida, alienável, isto é, trocada por dinheiro. Por outro lado, a impossibilidade de alienação empresta ao objeto uma aura especial de isolamento daquilo que é mundano e comum. Portanto, segundo o autor “um mundo perfeitamente mercantilizado seria aquele em que tudo é trocável ou onde tudo está à venda. Em oposição, o mundo perfeitamente *desmercantilizado* seria aquele em que todas as coisas fossem singulares, únicas e inalienáveis” (Kopytoff:2008:pp.96).

Assim, ao contrário de Marx, Kopytoff concebe as mercadorias como um fenômeno cultural universal e sua existência é concomitante à existência de transações que envolvem a troca de coisas (objetos e serviços). A análise de Kopytoff sugere que parte do *fetichismo* das mercadorias seja atribuído após a fase de sua produção, e que isso ocorra através de um processo autônomo, cognitivo e cultural de *singularização*, distinguindo-se do pensamento marxista.

A tarefa cultural é determinar equivalências de valor entre esferas de trocas distintas (Kopytoff:1986). Assim, para os Tiv da Nigéria, por exemplo, antes da colonização existiam três esferas de trocas distintas. Os itens de cada esfera eram intercambiáveis e cada esfera era governada por sua própria espécie de moralidade. O mundo natural de coisas singulares era organizado em diversas classes de valores manipuláveis – coisas diferentes eram selecionadas e cognitivamente assemelhadas entre si quando colocadas dentro de cada categoria, e distinguidas entre si quando colocadas em categorias distintas. Como sabemos, um sistema de classificações é formado coletivamente e a tendência é a de que se estabeleça uma hierarquia moral entre as diferentes esferas de trocas, sendo que cada sistema cultural de classificação

reflete a estrutura e os recursos culturais da sociedade em questão (Durkheim & Mauss: 1963; Dumont: 1972). No caso dos Tiv, a esfera da subsistência era considerada a mais baixa moralidade, e a esfera dos direitos-na-forma-de-pessoa, ligada ao mundo do parentesco e das relações entre grupos de parentesco, era a mais elevada. Entre as duas estava a esfera dos itens de prestígio como gado, escravos, posto de autoridade ritual, tecidos especiais, remédios e varas de latão.

Em circunstâncias excepcionais as pessoas renunciavam – sem querer – as varas de latão em troca de itens de subsistência; no outro extremo era possível usar as varas para iniciar trocas na esfera dos direitos-na-forma-de-pessoa. Assim, os Tiv, consideravam gratificante e moralmente apropriado fazer conversões “para cima”, da subsistência para o prestígio, e do prestígio para direitos-na-forma-de-pessoa, mas consideravam vergonhosas as conversões “para baixo”, que por isso eram realizados em circunstâncias de grande dificuldade.

(Kopytoff:2008:97).

Ao enigma filosófico no campo da economia a cultura apresenta sempre uma solução, nem sempre compreensível; a dificuldade está em agrupar em uma única esfera de mercadorias todas as coisas (Kopytoff:2008:89-121). É justamente essa dificuldade que fornece a base cultural para a construção de esferas distintas através das quais, coisas patentemente distintas, são transformadas em coisas semelhantes em termos de valor. A cultura, que por sua vez, opera essencialmente por meio da discriminação, opõe-se à *mercantilização* generalizada, cuja grande marca é a troca de objetos de valores equivalentes. O problema está exatamente em compreender e achar uma equivalência de valores entre coisas tão distintas, pois a resposta é sempre cognitiva e cultural. Neste sentido, Igor Kopytoff (2008) entende criticamente que a *mercantilização* de bens e serviços em excesso, é um processo anticultural. Assim, toda sociedade apresenta objetos cuja *mercantilização* é publicamente impedida, porque moralmente condenada. Essas proibições geralmente são culturais e coletivamente sustentadas. Logo, uma não mercadoria é uma coisa que apresenta um valor incalculável, a que “não se pode dar um preço”, no sentido mais amplo possível do termo, indo desde o particularmente valioso até o particularmente sem valor, que pode ser tanto um quadro de um ilustre pintor como um palito de fósforo.

Kopytoff coloca questões muito pertinentes para quem pretende resgatar a identidade de um objeto através de seu percurso, propondo as mesmas perguntas que faríamos em relação a pessoas, tais como: Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes ao status da coisa, e à época e à cultura, e como se concretizariam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual a sua carreira até aqui e qual a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as “idades” ou as fases da “vida” reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (Kopytoff:2008:92).

Anexo 2

Caderno de Imagens, Mapas e Documentos

Figura 1:



Ano X - Nº 223 - Rio de Janeiro - Quinta-feira, 06 de fevereiro de 1997

DECRETO "N" Nº 15503 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997
I N S T I T U I a Feira de Antiquários
da Cidade do Rio de Janeiro.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

no uso de suas atribuições legais
terdo em vista o que consta do pro
cesso nº 04/103 296/96,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na Praça Santos Dumond - Gã
vea, a Feira de Antiquários-II da Cidade do Rio de Janeiro, que
funcionará aos domingos, no horário de 09 às 17 horas, para exp
sição e venda de peças reconhecidamente antigas.

Art. 2º - Os expositores da Feira criada no artigo an
terior serão antiquários comprovadamente estabelecidos ou autôno
mos reconhecidos como comerciantes de antiguidades.

Parágrafo único - Fica, inicialmente, limitada em 80
(oitenta), a quantidade de barracas e expositores a serem autori
zados, através de exame a ser aplicado pela Comissão Arbitral.

Art. 3º - A Comissão Arbitral acima citada será res
ponsável pela aterição profissional dos expositores e pelo res
peito ao disposto no art. 1º, "in fine", sendo constituída por
02 (dois) representantes da Divisão de Feiras da Coordenação
de Licenciamento e Fiscalização, um dos quais na condição de
Presidente e com voto de qualidade e 02 (dois) representantes
da Associação Brasileira de Antiquários.

Parágrafo único - A Comissão a que se refere este
artigo poderá utilizar a Associação Brasileira de Antiquários
como órgão consultivo.

Art. 4º - O licenciamento de expositores será feito
na Coordenação de Licenciamento e Fiscalização, da Secreta
ria Municipal de Fazenda.

Figura 2: Contagem de Barracas num dia de Feira

P1/ P2

Horizontais: 4

Lado 1:

A=6 B=6 C=6 D=5 E=5 F=5

Meio:

11 barracas

Lado 2

A=6 B=5 C=5 D=5 E=5 F=5

Horizontais: 7

Total: 86 barracas

P2/ P3

A=9 B=9 C=6 D=6 E=8

Nº BARRACAS: 38

Nº FILEIRAS: 5

Nº BARRACAS/FILEIRA: 6 a 9

P3/P4

A=9 B=9 C=7 D=8 E=8

Nº BARRACAS: 48 a 54

Nº FILEIRAS: 5

Nº BARRACA FILEIRAS: 7 a 8

P4/P5

A=8 B=8 C=7 D=8 E=7

Nº BARRACAS: 38 a 40

Nº FILEIRAS: 5

Nº BARRACA FILEIRAS: 7 A 8

P5/P6

A=8 B=6 C=7 D=6 E=7 F=6

Nº BARRACAS: 40

Nº FILEIRAS: 6

Nº BARRACA/ FILEIRAS: 6 a 8

P6/P7

A=10 B=11 C=9 D=6 E=8 F=9

Nº BARRACAS: 53

Nº FILEIRAS: 6

Nº BARRACA/ FILEIRAS: 9 a 11

P7/P8

A=5 B=6 C=6 D=5 E=6 F=5

Nº BARRACAS: 30 a 36

Nº FILEIRAS: 6

Nº BARRACA/ FILEIRAS: 5 a 6

P8/P9

A=8 B=8 C=7 D=7 E=7 F=8 G=8

Nº BARRACAS: 56 A 63

Nº FILEIRAS: 7

Nº BARRACA/ FILEIRAS: 7 a 8

P9/P10

A=8 B=7 C=8 D=7 E=8 F=7 G=8 H=8

CONTAR DE NOVO!

Nº BARRACAS: 56 a 64

Nº FILEIRAS: 8

Nº BARRACA/ FILEIRAS: 7 a 8

424 A= 424 barracas

Figura 3: Esquema da Feira sugerido por um expositor

Horizontal

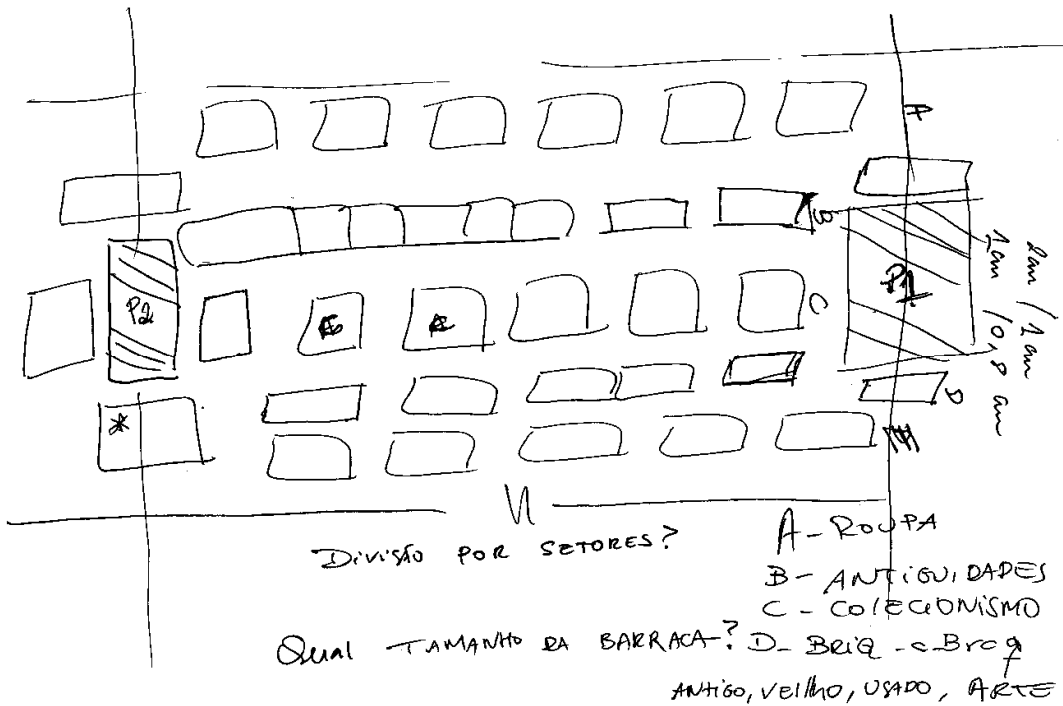


Figura 4: Mapa de Localização: fileiras de barraca tendo como referência o viaduto da perimetral.

Vertical

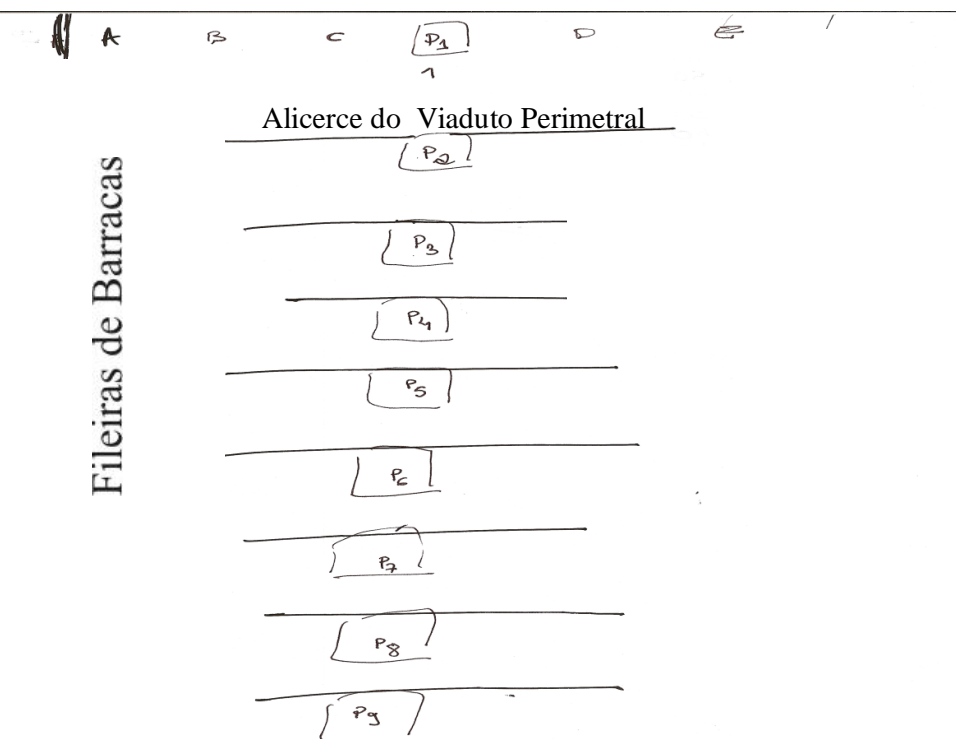


Figura 5: Esquema geral da Cadeia de Produção do Mercado de Antiquidades:

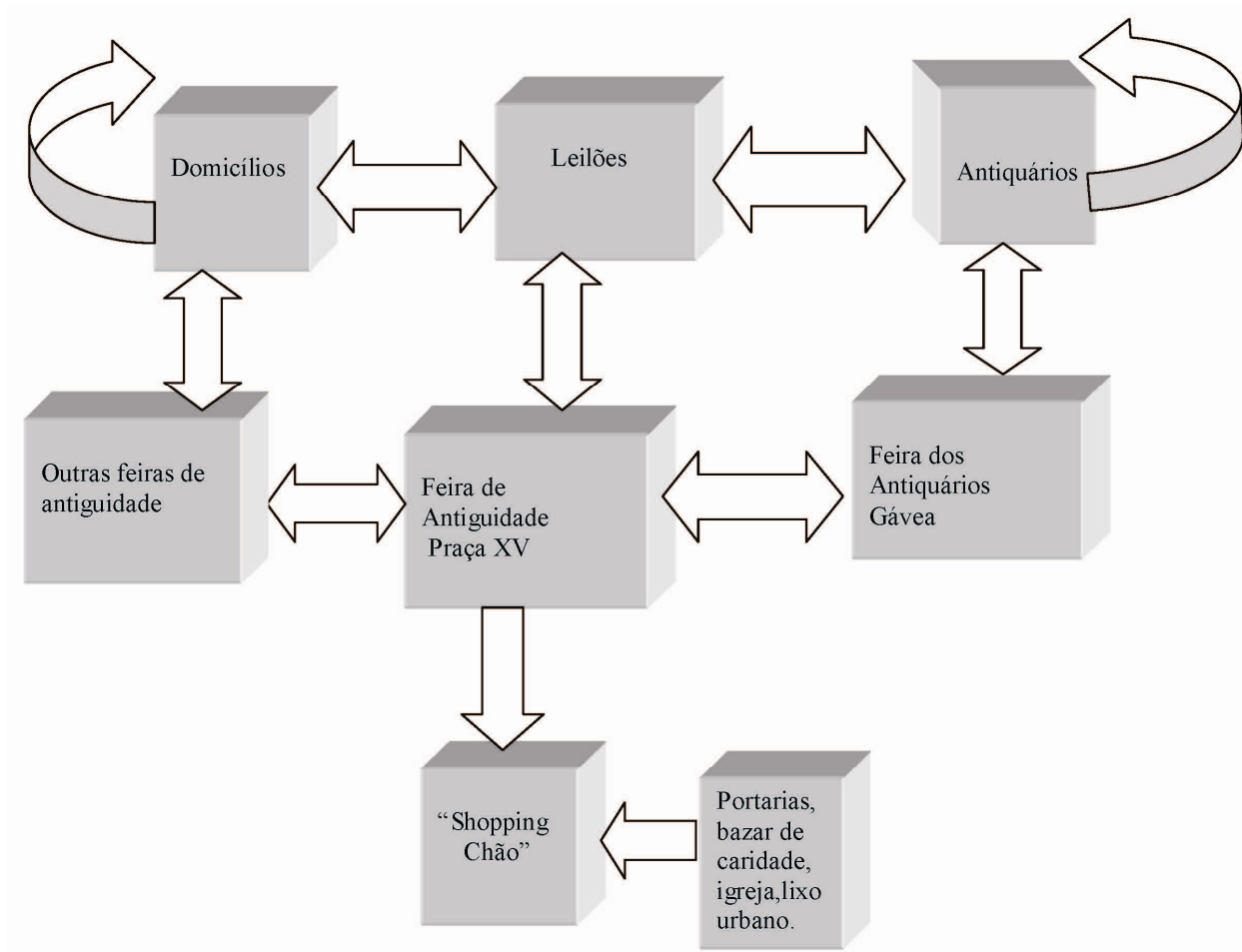


Figura 6: Capa do Jornal Antiquarivs

VARIG **CRUZEIRO**

apresentam

ANTIQUARIVS

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTIQUÁRIOS — Nº 5 — JANEIRO/ABRIL 1987

IMPRESSO

Palavras do Presidente

Marcadas as eleições para escolha da Diretoria para o Biênio 87/88 (dia 11 de março próximo), desejo prestar contas do trabalho realizado durante três gestões consecutivas.

Impossível desconhecer as realizações de 1983 a 1987, que foram apresentadas em números anteriores do *Antiquarivs*, o que seria entadonho repetir.

Necessário é reiterar o sentimento do dever cumprido e de ter dado o melhor de mim no exercício da Presidência. Se mais não foi feito, credite-se às próprias limitações humanas. Credite-se, no entanto, a intransigência de ir em frente na defesa dos interesses da classe apesar de todas as dificuldades, não somente da conjuntura político-econômica do país — de que não somos imunes —, como também a ausência de interesse coletivo e imobilidade de muitos, com raras exceções.

Se houve falhas, certamente não foram por falta de disposição e honestidade em enfrentar os problemas do dia-a-dia, como também aqueles que exigem uma visão mais abrangente que os limites de uma entidade e envolvem componentes de risco elevados. Neste caso insere-se o desejo da classe em ter sua sede própria. Mas nem todos os desejos se concretizam no momento que desejamos.

Conforme registrado em *Antiquarivs* nº 2 (dezembro/85), prevíamos para o ano seguinte a inauguração da sede própria. Isso após recuperação financeira a partir de 1983 e aplicações que nos propiciaram numerário em caixa.

A procura de imóvel que reunisse as condições necessárias demandou algum tempo. Dezenas de imóveis foram visitados e as condições de compra analisadas. Alguns estiveram em cogitação e apresentaram problemas, inclusive de ordem legal. Finalmente surgiu excelente oportunidade — pela área, localização e preço — no Apart-Hotel da Barata Ribeiro esquina de Siqueira Campos. Após demoradas negociações, verificaram-se falhas na documentação e impossibilidade de escritura definitiva. Nesses termos seria uma temeridade concluir a compra.

A disparada dos preços de imóveis, consequência da insegurança econômica e a reversão do mercado inviabilizaram nossas pretensões de sede própria até o momento atual.

No entanto, as aplicações da ABA em Cademeta de Poupança deixam em Caixa nesta data, aproximadamente Cz\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados) para que a nova Diretoria possa realizar as aspirações de seus associados.

Finalmente, faço votos que a nova Diretoria assegure a continuidade dos objetivos da ABA em "fortalecer e elevar o conceito da classe, defender seus interesses, contribuir para o desenvolvimento do mercado de arte de antiguidades de arte e difundir nossa cultura".

ARY PAULO RESENDE
Diretor-Presidente

ANTIQUARIVS

Associação Brasileira de Antiquários
Fundada em 14 de outubro de 1970
Sede: Av. N. S. de Copacabana, 978 — Sala 1106
Cep 22060 — Rio de Janeiro — Brasil
Telefone: (021) 256-7555

Diretoria Eleita em 14/09/86
Gestão Biênio 1986/1987
Presidente: Ary Paulo Resende
Vice-Presidente: **Thais Mello Lima**
1º Secretário: **Alia Monteiro de Souza**
2º Secretário: **Iapontí Araújo Soares**
1º Tesoureiro: **Luiz Filipe Barros do Amaral**
2º Tesoureiro: **João Luiz Martinho**
Diretor Social: **Fábio Sabag**
Diretor Social: **Martha Maria Lopes Pontes**

CONSELHO DELIBERATIVO

Eletivos
Márcio José Machado Filho — Presidente
Alice Arlette Silva de Melo — Vice-Presidente
Orestes Benardino — Secretário
Nica Rias Rodrigues
Iapontis Araújo Soares
Amaury Alves dos Santos
Mário Nazaré Tavares de Lemos
Octávio Humberto Domingues da Silva
Rita de Cássia Rocha Lima
Francisco Oliveira de Moura

Suplentes
Lucy Gonçalves Paschoal Coelho
Suely Fernandes Martins
Marta de La Sábete Costa Ferreira
Sostenes Ribeiro de Souza
Walter Gomes
Antonio Gonçalves Ribeiro da Costa
Leidy Mendes Gonzales
Claudio Politi
Elio Sergio Offiniski
Raymundo Etaldo da Cruz Gols

CONSELHO FISCAL

Eletivos
Wagner Maltaroli
João Pereira do Carmo
Tereza das Graças Coelho

Suplentes
Omar Paulo Hamdan
Fernando Cordeiro Maneira
Carlos Rougemont Ottero

ANTIQUARIUS
Informe da Associação Brasileira de Antiquários
Coordenação e Redação:
Assessoria de Comunicação Social
Lourdes May — Conresp nº 215
Elaine Bahiana
Cesar Oliveira
Secretária: **Neide Nunes Nogueira**
Composição: **Roberto**
Fotolitos: **Sulamirica**
Impressão: **Editora Gráfica Serrana Ltda.**

Não é permitida a transcrição total ou parcial das matérias publicadas a não ser com autorização por escrito da Associação.

ÍNDICE

A Cerâmica Através dos Tempos 2

René Lalique, o renovador 3

RJ recupera patrimônio 6

Figura 7: Anúncios do Jornal ANTIQUARIUS, publicado pela ABA.

UM FIM DE SEMANA COMO ANTIGAMENTE

O sucesso da Feira de Antiguidades no Casashopping, aos domingos, aumentou. Agora acontece também aos sábados. Prata, tapetes orientais, arte sacra, luminárias, art-nouveau, art-déco, bric-à-brac. Junte isto às opções de lazer do Casashopping e passe um fim de semana agradável e proveitoso como os de antigamente.

Sábados, das 17 às 20 h Domingos, das 10 às 20 h



Associação
Brasileira de Antiquários



FEIRA DOS ANTIQUÁRIOS

TODO SÁBADO HÁ UM "SHOW"
DE BELAS COISAS ANTIGAS

Tapetes Orientais, Arte Sacra,
Prata, Marfins, Cristais,
Porcelanas, objetos Art Nouveau
e Art Deco Bric-a-Brac, etc.

**OBJETOS DE ARTE
ARTE É INVESTIMENTO**

Horário: 09:00 às 18:00

Praça Marechal Âncora
(ao lado do restaurante Albatroz
e Clube da Aeronáutica)
Criação da Riotur e Associação
Brasileira de Antiquários

Lampadário São José



**Compra e venda de lustres antigos
Peças de arte e artigos para decoração**

Rua Gal. Polidoro, 20 – loja G

tel. 541-3096 – Botafogo – Rio de Janeiro

Para receber o jornal Antiquarius no seu endereço preferido,
remeta este cupom – ou xerox dele – para a Associação Bra-
sileira de Antiquários (Av. Copacabana, 978 – gr. 1106 – Rio).

Nome _____

End. _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Tel. _____ Assinatura _____

Loja _____ End. _____

FEIRA DE ANTIGUIDADES

Barraca nº 26
Praça Marechal Âncora (Praça XV)
Aos sábados

Octavio Humberto
Compra e Venda de Objetos de Arte em Geral.
Tels.: (021) 268-3039 e 268-2696

Barraca nº 68
Casashopping (Barra da Tijuca)
Aos domingos

A cerâmica através dos tempos (3)

CERÂMICA KO

São equiparadas às de KUAN. Produtos de pasta escura com craquelê provocado. Cinza e verde são os tons empregados, variando muito os lustres. São raros e formosos os objetos KO.

CERÂMICA CELADON

Da época de SUNG que pertenceram à categoria de LUNG-CH'UAN, de CHU-CHOU e algumas outras de HONAN.

As porcelanas do Distrito de LUNG-CH'UAN se destacam por possuir pasta dura coberta por um verniz verde cinzento que é comumente chamado CELADON.

Segundo textos chineses, o CELADON era fabricado em LUNG-CH'UAN nos primeiros anos da Dinastia SUNG.

Podem ser de cor cinza-azulado ou cinza-esverdeado, cobertas por grossa capa de verniz cuja cor varia do verde intenso ao cinza. Geralmente é de um verde suave devido à presença de ferro. São solidamente modelados, de muito peso.

As melhores peças foram elaboradas pelos irmãos CHANG, mais leves e delgadas com uma tonalidade cinza azulada.

Os japoneses apreciam muito o CELADON que chamam de KINUTA (vaso para flores ou plantas) porque possuem num de seus templos uma peça de CELADO – um vaso de flores, um KINUTA – daí chamarem todas as cerâmicas do mesmo tipo de KINUTA.

Durante a Dinastia SUNG surgiu a técnica de se fabricar os jarros em duas peças. O jarro propriamente dito e o fundo separado. Depois de cozidos e prontos eram unidos pela aplicação de verniz, o que pode ser visto em contra-luz.

Um jarro típico representa a DEUSA TERRA. Sua forma resulta da introdução de um cilindro dentro de um prisma quadrangular que sobressai por ambos os lados do prisma.

CERÂMICA CHUN

Em geral de cor verde oliva. As melhores peças estão numeradas em caracteres chineses por dentro, de 1 a 10.

Existem outras cores e tipos de cerâmica CHUN denominada SHO-TAI de pasta arenosa amarelada azulada. Às vezes, encontram-se misturadas com verniz e têm salpicos de cor púrpura. São conhecidos como MA-CHUN já que seu primeiro fabricante chamava-se MA. A cerâmica CHUN foi depois imitada em outras regiões.

CERÂMICAS PARDAS

São em castanho, castanho esverdeado e até castanho avermelhado, assim como tom de chocolate. Foram fabricadas em diversas regiões da China. Estão agrupadas sob a denominação de Cerâmicas PARDAS. Foram fabricadas nos últimos anos da Dinastia TANG e à Dinastia MING. A maioria das peças são xcaras de

CERÂMICA TING

São as mais importantes e conhecidas da Dinastia SUNG. TING-CHOW, distrito de CHENG-TING, é seu lugar de origem. Teve início no Governo T'ANG mas só se tornou importante com os Imperadores SUNG. São conhecidas suas cerâmicas negras, vermelhas e castanhas. A única que se pode identificar sem dúvida é a cerâmica PAI-TING, pasta dura de cor branca acinzentada, transparente nas partes mais finas, com reflexos vermelhos quando vistas contra a luz, assemelhando-se a certas porcelanas modernas. O verniz tem leve cor de marfim e apresenta pequenas protuberâncias. Sua produção foi marcante na feitura de taças e pratos.

CERÂMICA TZU-CHOU

Centro de manufatura. Pasta suave e dura, às vezes coberta por uma capa de limo muito fina de cor branca ou creme. As decorações eram incrustadas e feitas com verniz negro.

CERÂMICA YINE-CHING

As azuis sombreadas são as mais representativas. Talvez tenham sido as primeiras porcelanas fabricadas na China. Sua origem é incerta. Apareceu no Norte da China e na Coreia.

São denominadas BRANCO-CORÉIA ou HAKU-GORAI, mas não possuem aquele aspecto brilhante de cor azul dos bons exemplares chineses.

CERÂMICA CHAI

As cerâmicas CHAI – como as Imperiais JU – são azuis "o céu depois da chuva". Possuem um anel ou revestimento de cobre nas bordas superiores como nas cerâmicas TING. As bases são invariavelmente planas. Algumas são das mais transparentes texturas que se conhecem. As mais comuns não são translúcidas nem refletem a luz. O verniz é transparente e, nos pontos de capas finas, é praticamente incolor. Nas partes grossas toma distintos matizes que variam do celeste ao verde-mar. Alguns exemplares indicam terem sido submersos no verniz e outros, pincelados. No primeiro caso, o verniz é cristalino e suave com borbulhas na parte mais espessa. No caso de pincel, o verniz aparece opaco e leitoso, sem borbulhas. Todas as peças apresentam craquelê ocasional ou proposital. Na decoração aparecem peixes, dragões e flores estampadas em relevo. Poucas vezes em baixo relevo e com fundo sombreado.

3. DINASTIA YUAN (1280/1368)

No século XIII, os mongóis invadem e dominam a China. O Grande Império Mongol iniciado por Gengis Khan durou cerca de um século.

Gengis Khan foi o invasor com suas ordas bárbaras e seu neto, Kublai Khan completou o domínio e se fez imperador denominando sua Dinastia de YUAN.

administrador e fez prosperar a China. Adepto do Budismo, permitiu a liberdade de cultos. Marco Pólo gozou de seus favores. Os mongóis não influenciaram a cultura chinesa por serem de origem nômade e guerreiros. Nessa época, registram-se o estabelecimento das rotas comerciais e a chegada dos europeus à China.

4. DINASTIA MING (1368/1644)

Data de cerca do ano 200 a fabricação de cerâmica contendo caulim, matéria-prima indispensável à fabricação da verdadeira porcelana. Nas épocas SUNG e T'ANG empregou-se o caulim para elaboração de mistura mais duras que as comuns. Assim, a PORCELANA não foi propriamente inventada na época MING. Mas foi então que se obteve melhor resultado de uma prática que vinha de muitos séculos para culminar nessa dinastia.

As pastas das primeiras porcelanas MING são de grãos finos e brancos, protegidos por verniz untuoso denominado pelos chineses de *toucinho* ou *banha-de-cordeiro*. As grossas cobertas são ligeiramente desiguais apresentando pequenas depressões como *cabeças de alfinete*. Em alguns exemplares feitos para a família Imperial, tal verniz apresenta um brilho azulado devido a depressões microscópicas na superfície, que os chineses chamavam *coberta de pele de frango*.

A pasta era feita com caulim, feldspato, quartzo, areia, tiza (giz) e magnésio. Era lavada e amassada com água até ficar apta para ser modelada e, depois de descansar, trabalhada no torno. Numa segunda etapa, era submergida em verniz composto na maior parte por feldspato e cal cozido, em temperatura que variada de 1350° a 1450°C. Tais operações transformavam a pasta numa porcelana branca, translúcida e sonora.

BRANCO DA CHINA

As peças que permaneceram totalmente brancas possuem motivos gravados na própria pasta ou em adornos pintados com *engobe* branco. Eles eram feitos em alto-relevo ou então modelados em separado e colados depois na superfície das peças com argila.

Quando foram empregadas cores na decoração, as peças apresentavam azuis com esmalte e algumas em cor vermelha com a cobertura revestida de vernizes monocromados de cores diversas. Azul sob fundo branco ou o inverso eram mais usuais. Os melhores azuis, de cobalto e magnésio, eram importados da Pérsia.

Azul maometano era destinado à Casa Imperial e para uso do próprio Imperador. Era sumamente caro e difícil de obter. Durante o período HSUAN-TE, sua aquisição torna-se onerosa e seu uso mais abundante e difundido. Daí as peças dessa época serem afamadas.

As decorações azuis eram pintadas com pincel sobre as peças antes do primeiro cozimento especial. Em seguida aplicava-se a cobertura levando-se uma segunda vez ao forno para cozimento da pasta, do

LALIQUE, O RENOVADOR

Pesquisa de Ary Paulo Resende

Foto: Leonidno Kubis



Cinzeiro meio-cristal, incolor, motivos de dália e borboleta, 165 cm. Assinado "R. Lalique - France". Coleção: Cleusa Taurisano Resende.

Entre os amantes das Artes, o nome de René Lalique figura entre os de maior prestígio e suas peças são avidamente colecionadas. Nascido em Ay, Marne, na França, em 1860, morreu em 1945, em Paris. Lalique foi insuperável, tanto como ourives em ouro e prata como artista em esmalte, vidro e pedras preciosas, além de criador em diversas áreas das artes aplicadas. Sua vida corresponde a essa versatilidade.

Aos 16 anos de idade, demonstrando grande talento para o desenho, sua mãe o encaminha para o aprendizado com um ourives e estudos na *École des Arts Décoratifs*, em Paris. Dos 18 aos 19 anos de idade, trabalha na Inglaterra e completa seus estudos no *Sydenham College*. Em 1880, aos 20 anos, volta a Paris, trabalhando inicialmente com a joalheria *Petit Fils* e, pouco depois, associa-se aos *Varene*. Passa a fornecer modelos de peças de joalheria para Cartier, Boucheron, Destape e Aucoc e, simultaneamente, estuda escultura e desenha tecidos e papéis de parede.

Em 1885, une-se ao joalheiro Destape e, um ano depois, assume a direção dos negócios.

O JOALHEIRO INSUPERÁVEL

Considera-se que Lalique foi seu próprio mestre. No transcorrer dos anos seguintes ele abandona todos os tradicionais cânones da joalheria, inclusive a supremacia do diamante e do ouro, substituindo-os

por pedras coloridas e o conceito de *objet d'art*. As jóias tomavam formas de sereias, seres mitológicos femininos, libélulas, as pedras sendo usadas apenas para conferir um toque de cor à composição.

A Exposição Internacional de Paris em 1889 é o ano do triunfo de Emile Gallé, ceramista, artesão do vidro e marceneiro. Lalique apresenta pela primeira vez uma pequena coleção de jóias.

Novas e ousadas criações são mostradas em vários Salões de Paris a partir de 1894. O ouro é frequentemente substituído por prata e outros metais, chifre e marfim entalhados são introduzidos na joalheria. De 1895 em diante, usa variantes de esmalte – opaco, transparente, translúcido, *claisonné* – sobre o metal, além de trabalhar o metal com claros ou aberturas.

Seu prestígio é imenso. Em 1897, torna-se membro da Sociedade dos Artistas da França e Cavalheiro da Legião de Honra.

Em 1898, cria os primeiros trabalhos em vidro opalescente com engaste de prata. Nessa época torna-se colaborador de Samuel Bing e exhibe suas peças na *Maison de l'Art Nouveau*. Amigo de Alphonse Mucha – autor dos *posters* da famosa atriz Sarah Bernhardt –, Lalique desenha várias jóias para a Divina Sarah. Eugène Feuillâtre (1870/1916), discípulo de Lalique, sofre grande influência do mestre, desenhando e executando esplêndidos vasos e peças de joalheria. Importantes joalheiros de Paris passam a inspirar-se em Lalique embora com materiais mais suntuosos, às vezes em prejuízo da composição.

A Exposição Mundial de Paris em 1900 – criada para comemorar a chegada do novo século – resulta na consagração do joalheiro René Lalique e marca sua trajetória voltada para novos campos, intensificando seu interesse pela arte de lapidar vidro e pedras.

Em 1902, Lalique aluga uma pequena oficina em Clarefontaine contratando quatro artesãos em vidro. Inicialmente seu interesse pelo vidro era pelo aspecto escultural. Utilizando o processo de *cire perdue* (cera perdida), ele pôde modelar estatuetas, vasos, luminárias, painéis de portas e pequenas caixas em vidro incolor decorados em alto relevo com figura, plantas, etc.

CIRE PERDUE

No processo de *cire perdue*, o original de peça é transformado em matriz de cera. Um molde, então, é adicionado ao redor do modelo de cera e nele derramado vidro incandescente. O modelo de cera é derretido pelo contato com o material em fusão sendo substituído pelo vidro que, uma vez enrijecido, constitui-se numa peça única. Assim, os vidros em *cire perdue* de Lalique não podem ser confundidos com *pâte-de-verre*. Esse processo também foi usado por Lalique para produzir molde (matriz) que era reutilizado na produção de vários exemplares de uma mesma peça. A maior vantagem do processo *cire perdue* sobre as outras técnicas é que o molde resulta de qualidade excepcional, reproduzindo cada detalhe, por mais delicado e pouco profundo que seja.

O joalheiro Lalique no entanto não abandona seu interesse por outros ofícios. Continua a esculpir tanto pequenos medalhões e medalhas em bronze, ouro e prata, como grandes esculturas em bronze e metais preciosos, assim como marfim esculpido e esmaltado, às vezes em conjugação com opalas e outras pedras. Decora também couro em pirogravura e desenhos para capas de livros. Passa também a experimentar o vidro colorido e incolor em seus adereços. Alguns eram pequenos "botões" atuando como jóias, outras peças tinham vidros coloridos ou incolores com paisagens, plantas ou rostos femininos gravados. Também faz uso do vidro em algumas esculturas.

OUTRAS EXPOSIÇÕES

Lalique expõe em 1902 na Primeira Exposição de Arte Decorativa Moderna, em Turim, Itália, também com grande sucesso.

Em 1903, Lalique desenha uma imensa porta de vidro moldada com painheiros para sua casa em Cours Albert Ier.

Em 1905, tem lugar a sua maior exposição, realizada em Londres na Galeria Thos Agnews & Sons, em Bond Street. É também sua última grande exposição de joalheria. São catorze grandes vitrines desenhadas por ele e na relação de peças apresentadas figuram broches, anéis, brincos, colares, braceletes, *pendants*, ti-



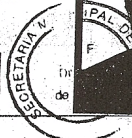
Taurisano


Antiquidades
Compra e venda

Cleusa & Ary Paulo

Rua Teneleiro, 236-A - Ffz: 235-5443-235-9695
Cooacabana - Rio

Figura 10: Documento de Arrecadação de Receitas Municipais (DARM), para o Comércio de Antiquidades.

 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO		Secretaria Municipal de Fazenda Coordenação de Feiras					
		ANTIQUÁRIOS - II					
Matrícula 15046		Comércio ANTIGUIDADES					
Nome do titular PAULO CESAR DIAS							
Feiras	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
	701	000	000	000	000	000	000

 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS MUNICIPAIS / DARM R I O		MODELO APROVADO PELA RESOLUÇÃO SMF Nº. 1529/95	
10. NOME / RAZÃO SOCIAL PAULO CESAR DIAS		01. RECEITA 2526	
11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 717010		02. INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE 7.012.316-9	
COMERCIO DE ANTIGUIDADES		03. DATA DE VENCIMENTO 30/06/2008	
COMPETENCIA: 2 TRIMESTRE/2008		04. COMPETÊNCIA 02 2008	
VALOR: R\$ 15,04		05. GUIA (PARA USO DA REPARTIÇÃO) 0599776	
MATRICULA: 015046		06. VALOR DO TRIBUTOS 15,04	
LINHA DE FEIRAS: 701 000 000 000 000 000		07. VALOR DA MORA 3,23	
		08. VALOR DA MULTA	
		09. VALOR TOTAL 18,27	
12. AUTENTICAÇÃO MECÂNICA (PARA USO DO BANCO)			

8176000000 1 15043659200 3 80630252701 5 23160599776 7



00102 615634790 040908

18,27C PM DIN

2ª VIA - CONTRIBUINTE

Figura 11:

**PREZADOS SENHORES
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**REF.: DECRETO 15.503 DE 03 DE
FEVEREIRO DE 1997**

Ao ensejo de ratificar as colocações feitas no encontro com o Sr. Tadeu que, atenciosamente, me recebeu em 04 de setembro do ano em exercício, na sede deste órgão, venho pela presente aduzir o que se segue:

- 01) Sou um dos associados da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTIQUÁRIOS, e, ainda, sou devidamente matriculado neste órgão sob o nº. 15.046, em dia com as contribuições cobradas pela Prefeitura para o exercício de minha função, enquanto feirante de antiguidades, conforme comprova o documento apenso.
- 02) Para minha surpresa, o Sr. Tadeu me certificou que na Feira de Antiguidades realizada na Praça Santos Dumont, apenas duas pessoas são habilitadas pela Prefeitura a desempenhar as funções de feirante.
- 03) Quero deixar registrado que a ABA, em administração passada, chamou para si a responsabilidade para o pagamento das taxas devidas pelos associados feirantes numa tentativa de simplificar o pagamento. Entretanto, esses pagamentos nunca ocorreram. Num determinado mês, eu me dirigi a um setor deste órgão procurando pelas guias de pagamento que foram pagas pela ABA com o dinheiro arrecadado dos associados e tomei conhecimento que tais guias não haviam sido pagas, pois só poderiam ser entregues ao titular.
- 04) Dessa data em diante, trimestralmente, faço o recolhimento da taxa que sou devedor para utilizar o espaço na Praça Santos Dumont expondo e vendendo as minhas mercadorias.
- 05) Ressalta-se que em fevereiro de 2003, por decisão judicial, o então presidente da ABA, o Sr. **ANTONIO GONÇALVES RIBEIRO DA COSTA**, responsável por essa arrecadação, foi afastado de suas funções, cujo processo de apuração de perdas e danos tramita até os dias de hoje.

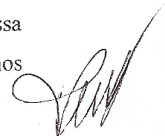


Figura 12:

- 06) Essa ação gerou para mim um desgaste, haja vista o fato de eu e mais três associados serem os autores da ação que afastou o presidente da ABA, razão pela qual tenho me mantido afastado, me abstendo de uma participação mais efetiva na ABA.
- 07) Ocorre que há mais ou menos uns dois meses atrás, passei a sofrer um outro tipo de perseguição por parte da atual administração, pois ao chegar no local para a realização do meu trabalho dominical, encontrei uma carreta de 15 toneladas estacionada em frente ao meu *stand*, ocupando oito vagas de estacionamento, bem em frente a uma placa que dizia que o uso permitido para estacionar seriam de veículos até 1,5 tonelada. Ao procurar um representante da ABA para solucionar o problema, Sr. Marcos, tesoureiro da instituição, fui informado que *“foi pessoalmente a fiscalização que lhe concedeu autorização para estacionar o caminhão”*.
- 08) Indignado com a falta de visão comercial deste senhor e com a infração cometida pelo caminhão prejudicando aos feirantes que lá estavam para trabalhar e ainda a falta de respeito com a comunidade que nos recebe de maneira carinhosa há mais de dez anos, ao ver um veículo da PM, solicitei ajuda do sargento, que deu duas horas para que o caminhão fosse retirado porque o motorista morava na Baixada Fluminense e já tinha ido para a casa descansar.
- 09) No horário determinado, o caminhão foi retirado e achei que o problema estaria resolvido. Ledo engano!!! A partir desse dia, todas às vezes que vou trabalhar, o equipamento que me é oferecido é da pior qualidade possível, com furos nas lonas, estruturas bambas e madeiras quebradas, sem contar que tenho sido intimidado verbalmente pelos montadores das barracas.
- 10) Desta forma, verifiquei no artigo 5º do Decreto 15.503 de 03 de fevereiro de 1997 que rege aquela feira, que a montagem e desmontagem da barraca ficarão sob inteira responsabilidade do expositor, que respeitando os limites estabelecidos no artigo supra, poderá montar a sua própria barraca.
- 11) Assim, me dirigi ao atual presidente, Sr. Eduardo Bicudo, postulando o direito de confeccionar minha própria barraca, porque a ABA alega não ter dinheiro suficiente para remodelar as barracas, mas o mesmo foi contundente ao dizer que *“barracas especiais só a ABA pode fazer no centro da feira para vender comidas e eventos”*.

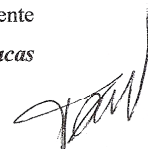


Figura 13:

- 12) Inobstante todos os fatos narrados, tem me incomodado o fato de qualquer pessoa, sem ser associada à ABA, expor as suas mercadorias através de “barracas avulsas”, bastando para tanto pagar a ABA a módica quantia de R\$45,00 (quarenta e cinco reais) em detrimento dos associados que ali estão trabalhando há mais de 10 (dez) anos, conforme documentação anexa.
- 13) Tamanha foi a minha indignação que me tornei “avulso” por dois meses como forma de protesto, objetivando mostrar aos colegas feirantes e aos diretores da ABA a injustiça que se fazia com os feirantes que contribuíam mensalmente para a ABA.
- 14) Como se depreende do disposto no artigo 4º do Decreto que instituiu a Feira de Antigüidades “*O licenciamento de expositores será feito na Coordenação de Licenciamento e Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda.*”
- 15) Por oportuno menciona o artigo 7º do referido Decreto que: “*O expositor pagará a Taxa de Uso de Área Pública correspondente à atividade e a área utilizada.*” Pelo que fiquei sabendo pelo Sr. Tadeu, repita-se: apenas eu e outro feirante pagam a taxa de uso de solo.
- 16) DA dicção do artigo 3º tem-se que: “*A Comissão Arbitral acima citada será responsável pela aferição profissional dos expositores e pelo respeito ao disposto no artigo 1º, in fine, sendo constituída por 02 representantes da Divisão de Feiras da Coordenação de Licenciamento e Fiscalização, um dos quais na condição de Presidente e com voto de qualidade e 02 (dois) representantes da Associação Brasileira de Antiquários.*” Entretanto, essa Comissão jamais foi constituída, causando um série de desconfortos a quem trabalha na feira e é surpreendido por qualquer infortúnio.
- 17) Assim, é a presente para solicitar aos senhores providências necessárias no sentido de compelir a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTIQUÁRIOS a cumprir o DECRETO que institui a FEIRA DE ANTIGÜIDADES, com a devida regularização dos feirantes, evitando, deste modo, a desorganização da feira e a falta de controle com relação à venda de bebidas e alimentos, evitando ainda que pessoas se oportunizem da situação para a obtenção de privilégios e, finalmente, seja constituída a Comissão Arbitral, em cumprimento ao supramencionado diploma legal.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2008

Paulo Cesar Dias



Figura 14:



Paulo Cesar Dias <paulocesar.tiopaulo@gmail.com>

Sistema de "avulso"

2 mensagens

Paulo Cesar Dias <paulocesar.tiopaulo@gmail.com>
Para: aba@rionet.com.br

25 de agosto de 2008 17:06

**PREZADOS SENHORES
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTIQUÁRIOS**

Através desse e-mail quero registrar a partir de hoje, dia 25/08/2008, o meu retorno, enquanto associado, à feira, efetuando pagamento mensal por meio de boleto bancário que deve ser enviado ao meu domicílio.

Quero dizer também que fui informado pelo tesoureiro Marcos que a partir de agora, no sistema de "avulso", tem que haver o pagamento antecipado até quarta-feira, na sede da Associação, o que estarei fazendo nesta última semana, sob protesto e manifestando o meu repúdio pela desorganização da Associação.

Quero deixar claro que durante os dois últimos meses contribuí para o sistema de "avulso", criado pelos senhores para arrecadar dinheiro, sistema este que permite a qualquer pessoa, associado ou não, antiquário ou não, de fazer a feira de antiguidades realizada na Praça Santos Dumont, por entender que foi a única forma de lhes mostrar o quanto era injusto com os associados que contribuem mensalmente com a feira.

Chamo a atenção dos senhores, no sentido de se cumprir o Decreto 252/86 que determina as normas reguladoras das feiras, evitando problemas futuros.

Outrossim, na qualidade de associado, tomar conhecimento das pessoas que compõem o Conselho Consultivo e Fiscal e, ainda, se há vacância de algum cargo.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2008

Paulo Cesar Dias <paulocesar.tiopaulo@gmail.com>
Para: aba@rionet.com.br

25 de agosto de 2008 17:06

----- Forwarded message -----

From: Paulo Cesar Dias <paulocesar.tiopaulo@gmail.com>
Date: 2008/8/25
Subject: Sistema de "avulso"
To: aba@rionet.com.br

**PREZADOS SENHORES
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTIQUÁRIOS**

Através desse e-mail quero registrar a partir de hoje, dia 25/08/2008, o meu retorno, enquanto associado, à feira, efetuando pagamento mensal por meio de boleto bancário que deve ser enviado ao meu domicílio.

Quero dizer também que fui informado pelo tesoureiro Marcos que a partir de agora,

<http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=ff3acedb17&view=pt&search=sent&th=11bfb7...> 25/8/2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)